

À MARGEM DA CIDADE

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO**

ANA CAROLINA PIUNTI DA COSTA
Nº USP 7599234

**DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO PAULO**

Trabalho Final de Graduação apresentado à Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo como requisito para
obtenção do título de Arquiteta e Urbanista.
Orientadora: Profª. Drª. Maria Cecília Loschiavo

São Paulo
2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha irmã Gabriela, pela doçura e paciência com que me apoiou em toda a jornada da Arquitetura. Para ela, meu amor e carinho.

RESUMO

O objetivo do presente ensaio foi o desenvolvimento de diretrizes para a criação de uma política pública de habitação municipal voltada para população em situação de rua. Considerando a especificidade inerente ao tema, buscou-se estudar os aspectos que tangenciam o assunto, de maneira a se obter subsídios multidisciplinares para embasar a proposta de trabalho. Disciplinas essas como habitação de interesse social, saúde, assistência social, educação e reinserção no mercado de trabalho.

A partir do estudo do público alvo da política, suas características e diversidade, traçou-se o perfil do morador de rua de São Paulo, definindo suas reais necessidades. Também foram estudados os serviços de suporte disponíveis, ofertados pela rede de acolhimento municipal e como eles poderiam ser incorporados sob a perspectiva de uma política de habitação. Ainda para subsidiar a proposta de trabalho foram analisadas experiências internacionais de políticas públicas de habitação para a população em situação de rua.

Por fim, foram propostas as diretrizes de implantação de política pública de habitação para população em situação de rua da cidade de São Paulo.

Palavras-chave: População em situação de rua, Habitação de interesse social, Políticas públicas de habitação.

ABSTRACT

The purpose of this essay was the development of guidelines for the creation of a public policy for municipal housing aimed to the homeless population. Considering the specificity inherent to the theme, it was sought to study the aspects that surround the subject, in order to obtain multidisciplinary subsidies to support the work proposal, such disciplines as housing of social interest, health, social assistance, education and reintegration into the labor market.

Based on the study of the target public of the policy, its characteristics and diversity, the profile of the homeless residents of São Paulo was drawn, defining their real needs.

It was also studied the available support services offered by the municipal net and how they could be incorporated under the perspective of a housing policy. In order to also subsidize the work proposal, were analyzed international experiences of public housing policies for the homeless.

Finally, were proposed the guidelines for the implementation of a public policy of housing for the homeless population in the city of São Paulo.

Keywords: Homeless, Housing of social interest, Public housing policies.

SUMÁRIO

- INTRODUÇÃO.....7**
 - I. Objetivo.....7
 - II. Metodologia.....8
- 1. POP RUA: ESTATÍSTICAS, DADOS E ANÁLISES.....11**
- 2. POLÍTICAS DE ACOLHIDA.....27**
 - 2.1 Serviços de Atendimento à População em Situação de Rua.....27
 - 2.2 Os programas ofertados.....28
 - 2.3 As necessidades atendidas pelos programas.....31
 - 2.4 Grupos Especiais de Atendimento.....33
- 3. ESTUDOS DE CASO.....39**
 - 3.1 Housing First.....40
 - Análise Programática.....48
 - 3.2 Social Bite Village.....50
 - Análise Programática.....53
 - 3.3 Plano Municipal de Política para População em Situação de Rua de São Paulo.....55
 - Análise Programática.....68
 - 3.4 Department of Homelessness and Supportive Housing (HSH) da cidade de São Francisco.....70
 - Análise Programática.....77

4. POLÍTICA MUNICIPAL DE ACOLHIMENTO E HABITAÇÃO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE SÃO PAULO: DIRETRIZES.....79

1. Sistema de Informações.....81

2. Sistema de Habitação.....85

3. Sistema de Saúde.....111

4. Sistema de Alfabetização e Profissionalização.....115

5. Gestão Mista.....123

CONCLUSÃO.....127

BIBLIOGRAFIA.....129

INTRODUÇÃO

I. Objetivo

Este ensaio pretende produzir diretrizes para a criação de um sistema de habitação para população em situação de rua, com recorte na cidade de São Paulo. Considerando a complexidade inerente ao tema, essas sugestões de políticas públicas, por sua vez, foram desenvolvidas a partir de extenso levantamento de dados, estudos de caso e diálogo com lideranças políticas e especialistas no tema.

Sobre a relevância do tema

Há que se pontuar que, em um primeiro momento, havia a proposta de criação de habitáculos, de “lares efêmeros”, com o principal objetivo de atender tanto a uma demanda emergencial de abrigo das intempéries como de um sopro de beleza na paisagem urbana. Entretanto, essa proposta, bem-intencionada, mas ingênua, foi descartada após o conhecimento das verdadeiras demandas da população em situação de rua, por meio de diálogo direto em grupos de trabalho, em palestras, em seminários e com lideranças de movimentos sociais. Por essa razão, mudou-se o foco do estudo para atender às necessidades reais dessa população, sem a pretensão de produzir um mero gesto arquitetônico, mas com a fiel intenção de produzir políticas públicas para essa população tão marginalizada.

O próprio tema da habitação voltada para população em situação de rua é quase inexistente no Brasil, o que torna relevante pontuar que proposições voltadas especificamente ao referido tema baseiam-se em referências análogas e, principalmente, em experiências internacionais. É preciso, portanto, criar novos paradigmas.

Sobre as peculiaridades inerentes ao tema

O projeto de habitação voltado para a população em situação de rua apresenta uma série de peculiaridades, pois engloba diversas disciplinas que precisam, obrigatoriamente, trabalhar juntas. O aspecto da intersetorialidade é fundamental, no que se deve ao “esforço conjunto de diferentes setores da máquina governamental: secretarias de saúde, habitação, assistência social, de trabalho e educação”¹.

De fato, a recente Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua, de outubro de 2006, é fruto de trabalho intersetorial ² entre poder público e a sociedade civil organizada, comprovando a indiscutível força da atuação conjunta dos diferentes

atores da sociedade e do governo.

O objetivo final dessa ampla cooperação é o resgate da autonomia e dignidade dessa população. O ponto de partida, no entanto, é a moradia, a partir da qual se passaria a conquistar/ recuperar outros aspectos da vida em sociedade, visto que “o morador de rua está excluído do sistema, economicamente marginalizado, socialmente estigmatizado e altamente vulnerável”³.

Também pressupõe alguns mecanismos específicos da legislação (planos de habitação nacionais, estaduais e municipais), que permitam tanto o acesso dessa população à moradia, como garantam sua permanência. Entre eles, os principais são a moradia social e a locação social, dentro, naturalmente da Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua.

Portanto, não se trata apenas de uma política pública para projeto de moradias, mas de um novo e complexo “sistema de habitação”, que se estende pelos universos do Urbanismo, Arquitetura, Design, Política, Saúde, Sociologia e Direito à Cidade.

É uma proposta ambiciosa, mas que reconhece ser um primeiro gesto de transformação da sociedade, com recorte na cidade de São Paulo.

Por fim, também é objetivo desse estudo o levantamento de dados atualizados e criação de bibliografia específica sobre o tema da habitação social para população em situação de rua, no que tange seus diferentes aspectos: o estudo da extrema pobreza, seus dados estatísticos, a compreensão da heterogeneidade dessa população, as políticas sociais, decretos e leis que foram criados para protegê-los, os mecanismos de leis usados para assegurar a moradia às populações excluídas, entre outros diversos estudos, publicações, ações e políticas que direta ou indiretamente estão ligados a compreensão do tema.

II. Metodologia

O trabalho está dividido em quatro tópicos:

-
1. Seminário : “ O direito à moradia do povo de rua”, Grupo de Trabalho. [5 de maio, 2017]. Sefras - Serviço Franciscano de Solidariedade. São Paulo.
 2. BRASIL. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 13 de ago. 2017.
 3. SANTOS, M. Cidades de Plástico e Papelão: o habitat informal dos moradores de rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio. São Paulo, p.4-5, 2003.

1. POP RUA: ESTATÍSTICAS, DADOS E ANÁLISES

Levantamento de dados sobre a população em situação de rua de São Paulo: estatísticas, pesquisas, censos. Entendimento de suas especificidades, suas demandas, suas causas e territorialidades.

2. POLÍTICAS DE ACOLHIDA

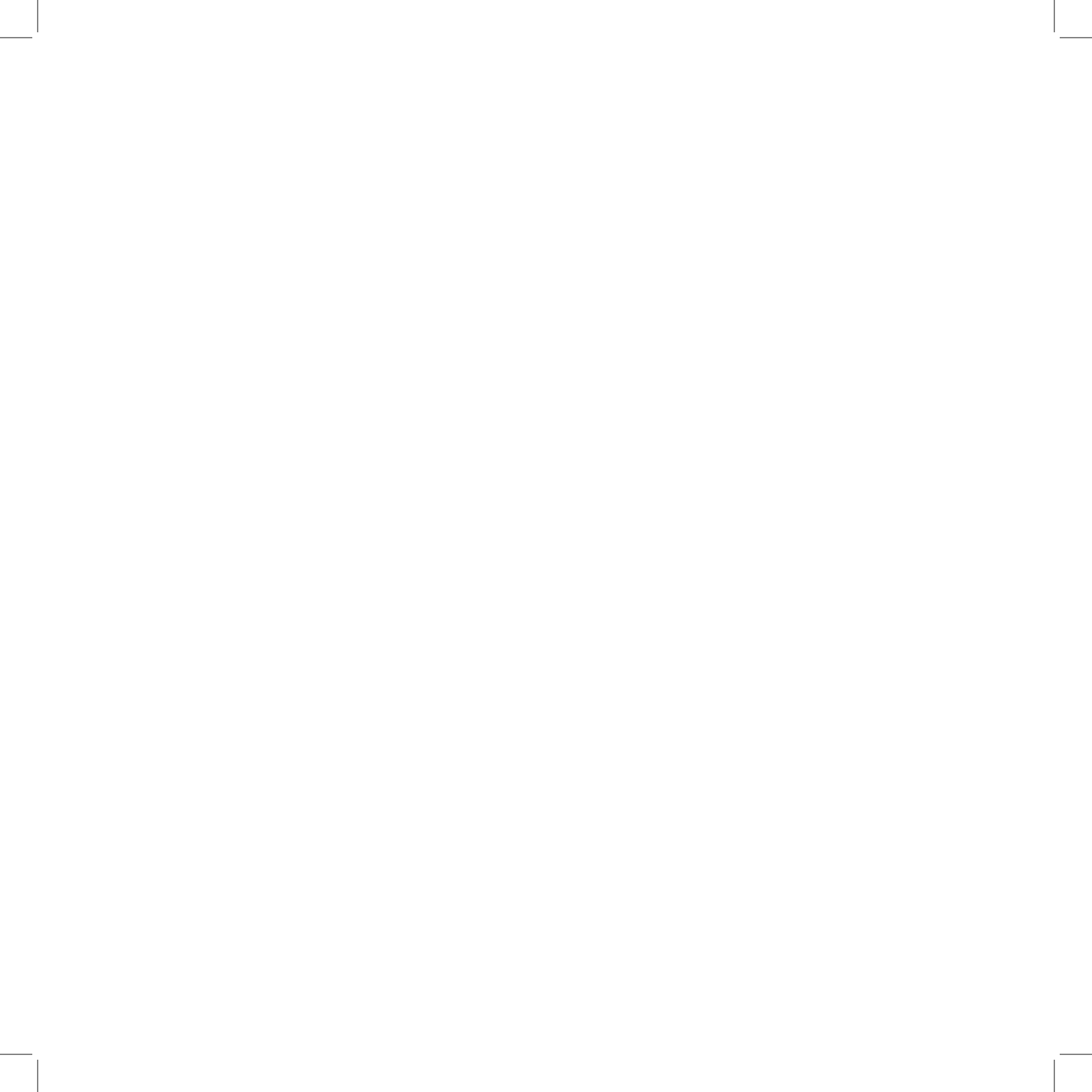
Tratará de elencar as diversas políticas de acolhida tanto do poder público como de ONG's, instituições religiosas ou filantrópicas, o que já foi realizado e o que está sendo proposto para ser implantado no futuro. Nesse subtema também foram analisados os diversos setores da gestão pública que necessariamente devem atuar de maneira conjunta para dar suporte a população em situação de rua.

3. ESTUDO DE CASO

Esse subtema abordará políticas públicas, majoritariamente internacionais, que têm sido feitas especificamente em prol da população em situação de rua.

4. DIRETRIZES DE PROJETO

A assimilação dos três subtemas anteriores permitiu a elaboração de diretrizes de política pública. Elas propõem a criação de um sistema de habitação para a população em situação de rua, com recorte na cidade de São Paulo.



1. POP RUA: ESTATÍSTICAS, DADOS E ANÁLISES

Este tópico do ensaio irá coletar os dados referentes ao Censo da População de Rua de 2015, realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), para a Prefeitura de São Paulo. Os dados e informações coletados servirão de parâmetro para o entendimento da atual situação da população mais vulnerável da cidade, suas territorialidades e seu perfil humano, para assim elencar as reais demandas que nortearão as diretrizes da proposta final de trabalho. O Termo de Referência que sustentou a proposta técnica da Fipe, aprovada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), define como objetivo do trabalho a realização de pesquisas para identificação quantitativa e espacial da população em situação de rua na cidade de São Paulo, seu perfil socioeconômico e a identificação das suas mais prementes necessidades.

Em um primeiro momento, é necessário definir “população em situação de rua”, definição essa que se refere “Ao conjunto de pessoas que por contingência temporária, ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade - praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos e nos centros de acolhida públicos ou de entidades sociais” (Censo da População de Rua, 2015).

Essa condição comum, contudo, abriga diferenças: as diversas disposições e materialidades utilizadas como abrigo e pernoite, duração e razões para dormir nas ruas e escolha dos centros de acolhida, resultando em um amplo número de situações. Há pessoas pernoitando nas ruas em condições temporárias, ocasionais, e há, também, aquelas pessoas que vivem há anos nas ruas ou nelas cresceram (Fipe, 2015). Dessa maneira, pode-se entender que a população em situação de rua se caracteriza de maneira diversa, heterogênea em suas motivações, causas e limitações, mas tem como característica comum a falta de abrigo (Censo da População de Rua, 2015).

A definição dessa população é fundamental, também, para a escolha precisa do público alvo das políticas públicas. A inclusão de grupos vulneráveis diversos, com necessidades e reivindicações distintas dificulta a formulação de políticas de atendimento focalizadas e eficientes, pois é fato de que na pobreza urbana de São Paulo detectam-se grandes desigualdades internas e grupos sociais extremamente expostos a diferentes condições de vulnerabilidade (Censo da População de Rua, 2015). Elencada essa urgência social, o foco para a avaliação das intervenções propostas e sua eficácia ficam grandemente ampliadas.

Visto isso, é necessário pontuar que a cada três anos a prefeitura de São Paulo realiza o Censo da População em Situação de Rua

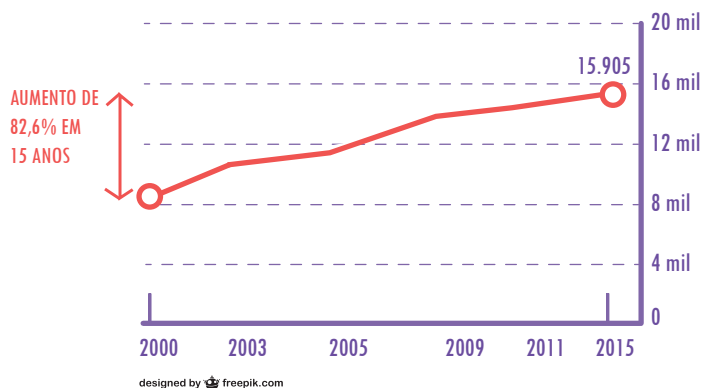
através da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) em parceria com a Fipe. Segundo a Secretaria, essas informações orientarão de maneira mais precisa as políticas públicas para essa população que cresce até três vezes mais que a taxa de crescimento da população de São Paulo (Censo da População de Rua, 2015). É necessário pontuar que a SMADS seleciona os dados de maior importância do Censo para subsidiar a discussão das questões de política de atendimento à população em situação de rua, de modo que nem todos os dados coletados são utilizados.

Abaixo seguem alguns dados relevantes sobre a população em situação de rua (Pop Rua), em especial suas territorialidades, composição e diferentes características, informações essas levantadas pelo Censo da População em Situação de Rua de 2015:

1- Crescimento

A capital paulistana conta com 15.905 pessoas morando nas ruas, representando 0,1% do total da população da capital. Nos últimos 15 anos, o número de moradores em situação de rua aumentou 82,6%. Entre 2011 e 2015, o aumento foi de 16,3%. No mesmo período, a população total cresceu 4,9%. Segundo a Prefeitura de São Paulo, a taxa de crescimento anual do total da população de rua caiu de 5,14% (no acompanhamento ano a ano de 2000 a 2009) para 2,56% (no ano a ano de 2009 a 2015). O aumento se mostra preocupante, ainda que o crescimento anual tenha diminuído, pois em números absolutos este é um grupo considerável de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social.

Nota-se, ainda, que o aumento da população que pernoita nas ruas foi acompanhado do crescimento da presença de barracas nos pontos do levantamento censitário realizado pela Fipe (pouco mais de 2.800 pontos recenseados). Em termos percentuais, foram encontradas barracas em cerca de 12% dos pontos. Constatada dificuldade na aproximação e contato com as pessoas abrigadas nas barracas, foram organizadas visitas prévias pelos supervisores do censo, com o objetivo de identificar a forma mais adequada de abordagem desses locais, de modo que essas dificuldades foram contornadas



Fontes: Censo da população de rua de SP (2015) e Fundação Seade

como resultado do contato prévio com a área e a definição de estratégias de aproximação.

A região central da capital constitui a área com maior presença de barracas, aproximadamente 130 pontos, seguida pela Região Sudeste (61 pontos), Oeste (46) e Centro Sul (31). As demais regiões também apresentaram pontos com barracas, mas em número inferior. A existência desses pontos com barracas deverá vir acompanhado pelos serviços de atendimento desses indivíduos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), sendo que o aumento do seu número constituirá um novo aspecto a ser considerado em relação a tratamento e abordagem.

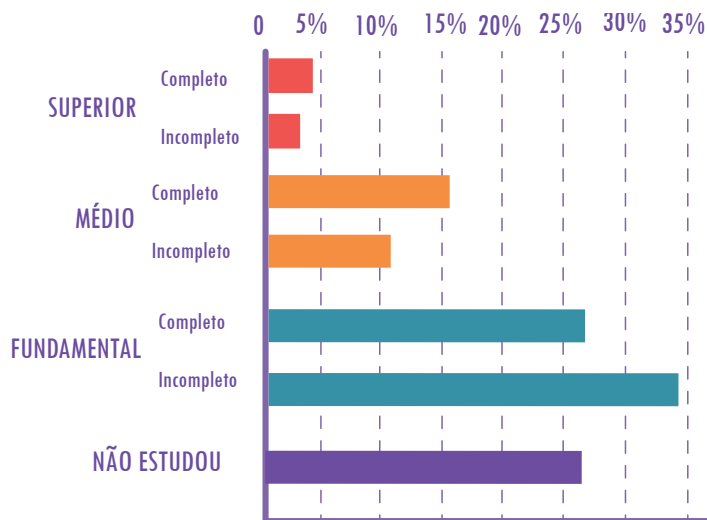
Embora predominem os “pontos” com apenas uma pessoa (cerca de 60%), foram identificadas em várias localidades concentrações de 10, 20 e mais pessoas, sendo a maior concentração observada na área central da cidade, com quase 230 pessoas. Dessa situação, pode-se prever que as concentrações encontradas guardem relação com o consumo e venda de drogas, fato visualmente constatado pelos recenseadores, em diferentes pontos da cidade (Fipe 2015).

2- Nível de escolaridade

A maioria declarou saber ler e escrever. A taxa de analfabetismo verificada em 2015 (10%) é inferior ao registro do Censo de 2010 (16%). Mas, entre os idosos, 20% afirmaram não saber ler ou escrever. Em 2015, foi maior também o percentual de quem declarou ter concluído o ensino médio: 15% contra 9% em 2010.

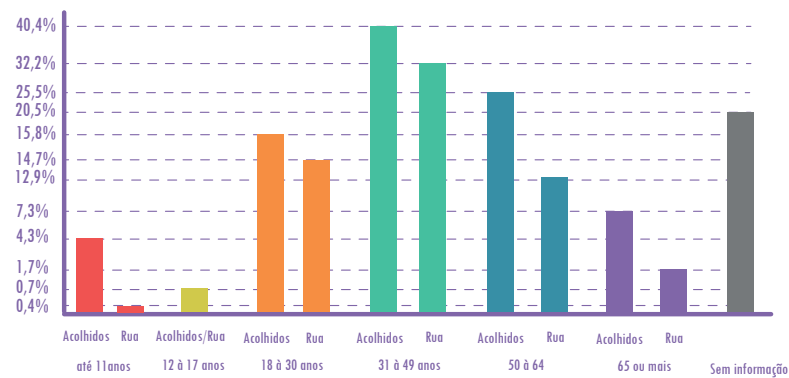
3- Perfil

Comparado à pesquisa de 2000, usada como referência inicial pela SMADS, o perfil do morador de rua pouco mudou. Entre as mais de quinze mil pessoas que habitam as ruas ou buscam abrigo em centros de acolhida, a maioria é do gênero masculino e tem entre 31 e 49 anos. Dentre esse montante, 505 são crianças e adolescentes, 72 a mais do que em 2011. O relatório também aponta que houve aumento



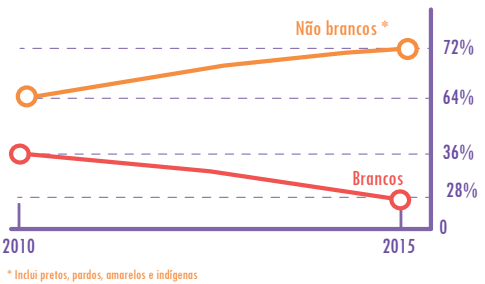
Fonte: Censo da população de rua de SP (2015) Pesquisa reúne 526

entre os que se autodeclararam não brancos (pretos, pardos, amarelos e indígenas) na região central. Esse grupo, que era de 64% em 2010, passou para 71,5% em 2015.



Fontes: Censo da população de rua de SP (2015) - Resultados

designed by freepik.com



* Inclui pretos, pardos, amarelos e indígenas

Fonte: Fipec - Censo PopRua 2015

designed by freepik.com

4- Região central concentra população de rua

A região que compreende a Subprefeitura Sé concentra a maior parte da população de rua, situação que tem se mantido nos últimos cinco anos. Nesta área se encontram os distritos de Cambuci, Bela Vista, Liberdade, Bom Retiro, Consolação, República, Santa Cecília e Sé. A preferência por essa localização, segundo a Prefeitura, é explicada pelo fato de que os moradores de rua consideram esses locais mais seguros para a pernoite.

Ainda que considerada a concentração na

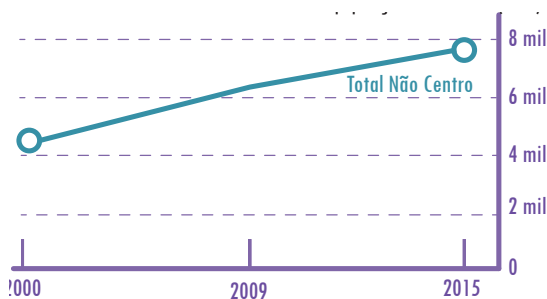
SUBPREFEITURAS	2009	2015
Sé	3.733	3.863
Mooca	707	842
Lapa	369	414
Santana/Tucuruvi	213	275
Pinheiros	222	215
Santo Amaro	195	199
Vila Mariana	212	146
Demais Subprefeituras	936	1.381
Total	6.587	7.335

DISTRITOS	2009	2015
Sé	1.195	1.311
Santa Cecília	309	1.019
República	1.570	718

DISTRITO	2009	2015
Mooca	1.145	1.184
Barra Funda	0	878
Pari	763	847
Santa Cecília	1.025	809
Vila Guilherme	0	709
Bela Vista	125	703
Bom Retiro	290	570
Brás	561	394
Total	7.079	8.570

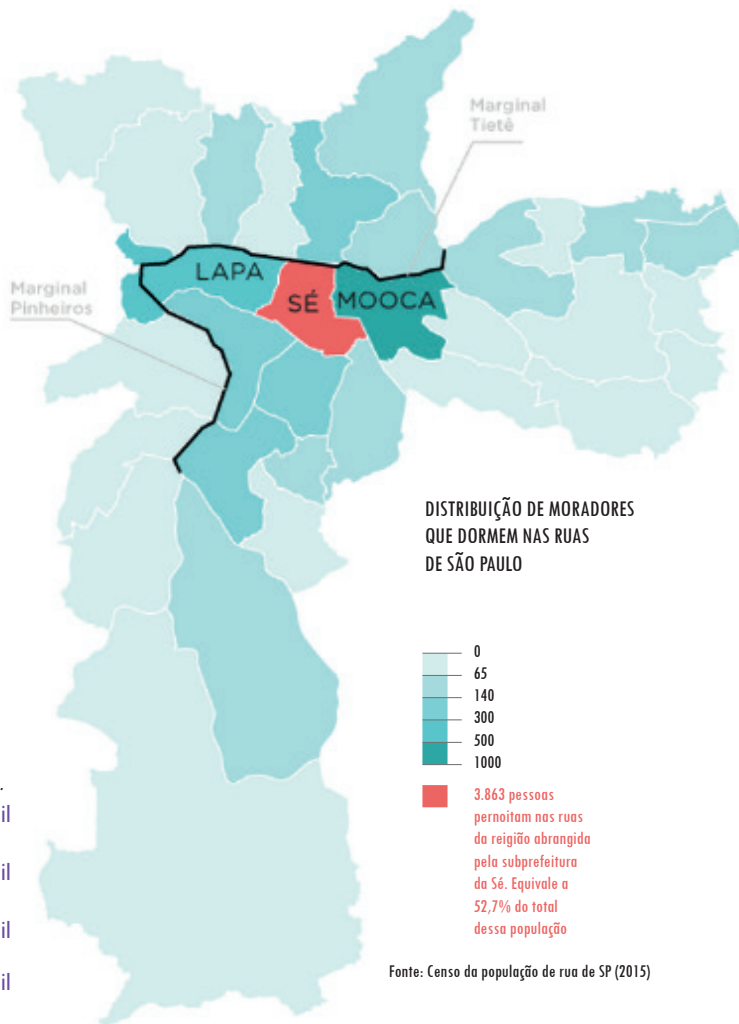
PERÍODOS	Variação anual %	
	Centro	Não Centro
2000/2009	3,6	1,3
2009/2015	0,6	3,3

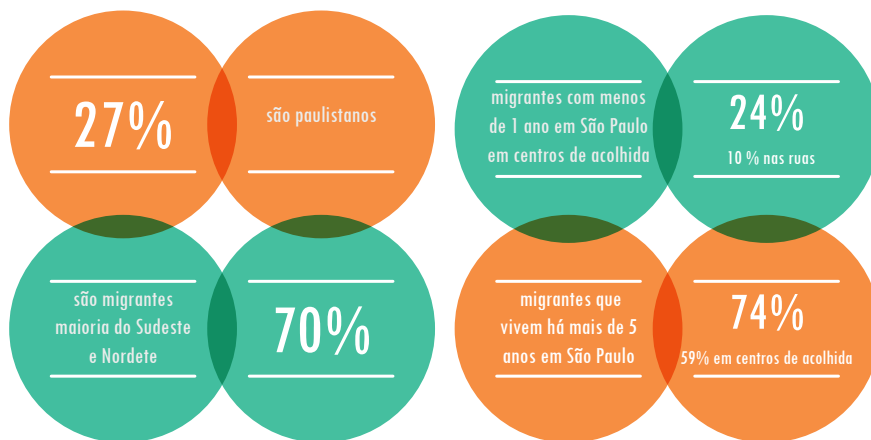
região central, é necessário voltar a atenção à taxa anual de crescimento dos moradores de rua na área “Não Centro”. Apesar de ser mantida a alta concentração da Pop Rua na área central, as taxas de crescimento levantadas mostram uma modificação relativa na distribuição territorial dessa população na cidade, quando comparada com o censo de 2009. Como apresentado no gráfico, no período 2009 a 2015, a taxa anual de crescimento das pessoas encontradas na área “Não Centro” se tornou superior à da “Área Central”. Se mantida essa tendência na modificação da distribuição espacial, as políticas públicas de atendimento a essa população deverão levar em conta essa alteração.



Fonte: Fipe - Censo PopRua 2015

designed by freepik.com





Fonte: Censo da população de rua de SP (2015)

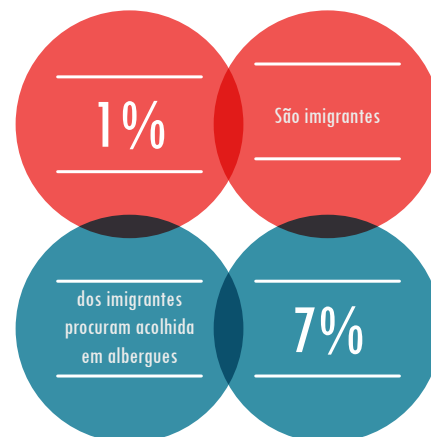
designed by freepik.com

5- Maioria migrantes

Em média, 70% dos albergados e das pessoas que moram nas ruas de São Paulo são originários de outras cidades. A maioria tem origem nas regiões Sudeste e Nordeste. Já aqueles com origem na capital paulistana totalizam 27%. Os imigrantes, por sua vez, são minoria: 1% entre os que

vivem nas ruas e 7% entre aqueles que procuram os centros de acolhimento.

A presença de imigrantes vivendo em situação de rua, por sua vez, constitui fato social relativamente recente na dinâmica da cidade. Oriundos principalmente de países africanos, procuram os serviços da rede de assistência social assim que chegam à cidade. Apesar de constituírem um grupo relativamente pequeno, verifica-se uma tendência de crescimento em um futuro próximo devido à intensificação do fluxo de refugiados para a capital, oriundos de regiões que enfrentam dificuldades econômicas e/ou conflitos de natureza política, étnica e religiosa como África e Síria (www.nexojournal.com).



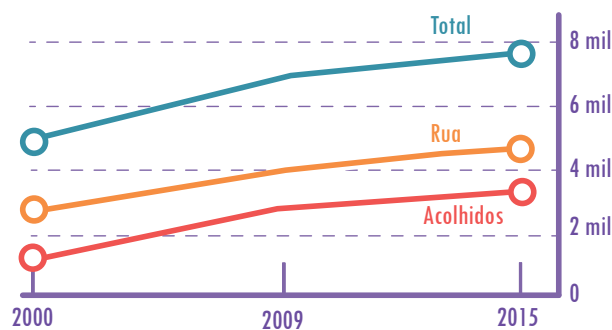
designed by freepik.com

6- Acolhidos e em situação de rua

A partir de 2009, o número de moradores que vivem exclusivamente nas ruas é inferior àquele dos que procuram abrigo regularmente para passar a noite ou parte do dia. Atualmente, estão em funcionamento 83 centros de acolhida na cidade. Grande parte dos que evitam procurar os centros de acolhida disseram preferir as ruas pela liberdade de horário para realização de suas atividades cotidianas, assim como pela ausência de regras, além dos registros de queixas de tratamento desumanizado e dificuldades de relacionamento com os de-

mais frequentadores ou usuários desses locais.

O crescimento do grupo de “acolhidos” pode ser entendido como resultante da ampliação da rede de abrigamento. A partir desse resultado, deve-se levar em conta a diversidade dessa população, que ganha relevância na medida em que cresce em números absolutos. A presença de pessoas com características distintas se transforma, ao crescer dessa população, em grupos diferentes que demandam condições de atendimento diferenciadas. Dessa maneira, a prioridade da SMADS à análise de quatro grupos de pessoas em situação de rua — Famílias, Idosos, Jovens entre 18 e 35 anos e Acolhidos sós - pode ser interpretada nesta perspectiva de heterogeneidade.



Fonte: Fipe - Censo PopRua 2015

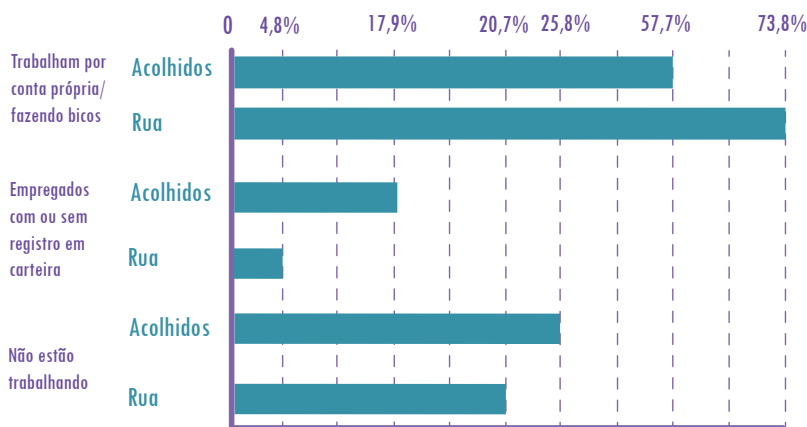
designed by freepik.com

7- Atividades empregatícias

A maioria dos entrevistados para realização do Censo (73,8%) declarou realizar atividades empregatícias informais, ou “bicos”, como forma de obter renda. Dentre os que declararam estar empregados, o total cai para 4,8%. Já entre os que não trabalham, a porcentagem é de 20,7%. Dentre esse total, a maioria declarou fazer mendicância para conseguir sobreviver. Entre os que buscam centros de acolhimento para a pernoite, é maior o grupo que declara ter emprego fixo, com ou sem registro formal (17,9%).

Segundo o relatório do Censo :

A condição de assalariamento formal ou informal é relevante do ponto de vista do volume e estabilidade dos fluxos monetários [...]. Há possibilidade de planejamento dos dispêndios com bens e serviços, inclusive na participação de algum tipo de programa habitacional que tenha



Fonte: Censo da população de rua de SP (2015)

designed by freepik.com

alguma contrapartida monetária (compatível com a renda) do beneficiário. Assim entendendo, os trabalhadores assalariados abrigados nos centros de acolhida da rede desfrutaram de uma posição privilegiada em relação aos demais trabalhadores. Esse conjunto de trabalhadores constitui um subgrupo da população de acolhidos, para os quais é possível pensar programas diferenciados, particularmente de provisão de serviços de habitação[...]” (Censo da População de Rua, 2015).

Estima-se uma renda mensal média obtida pelos acolhidos que disseram trabalhar com carteira assinada de R\$ 1.024,00 e a mediana R\$ 967,00. O valor mínimo encontrado foi de R\$ 500,00 e o máximo foi de R\$ 2.000,00. A renda ganha pelos trabalhadores assalariados sem carteira é, em geral, inferior a dos que trabalham com vínculos formais. Constatou-se então que 25% da população (primeiro quartil) ganham até pouco mais de meio salário mínimo (R\$ 460,00) (Fipe 2015).

Já a renda média encontrada para os moradores de rua que declararam trabalhar com carteira assinada é relativamente alta. O valor mínimo declarado foi R\$ 700,00 e o máximo R\$1.800,00. A renda ganha pelos trabalhadores assalariados sem carteira é, em geral, inferior a dos que trabalham com vínculos formais. Assim, 25% da população (primeiro quartil) ganham até 460,00, com a mediana dessa distribuição de R\$ 700,00 e a média de R\$ 791,00. É preciso pontuar que as estimativas obtidas representam meras referências da ordem de grandeza, sem pretensão de utilizá-las como estimativa do ganho monetário de fato auferido por essa população (Censo da População de Rua, 2015).

A condição de trabalho identificada como “conta própria” e “bico” representa a maior porcentagem tanto para os acolhidos como para moradores de rua. Essas atividades, por sua vez, foram agrupadas em duas categorias sendo a primeira “trabalho com contratante”, todas as atividades que, de alguma forma, são solicitadas ou mediadas por alguém. Essa agregação traz a possibilidade, ainda que precária, de relação com o mercado de trabalho. Essa integração pode significar uma condição um pouco mais favorável à participação desse trabalhador em eventuais programas de trabalho do que aqueles dedicados às atividades sem nenhuma mediação. Os moradores de rua diferem dos acolhidos quanto ao perfil das atividades por “conta própria” ou “bicos” prevalentes. Para aqueles, a catção (42%) e a mendicância (30%) são atividades exercidas em proporções muito superiores às verificadas entre os acolhidos (Censo da População de Rua, 2015).

Ainda com relação às atividades por “conta própria” e “bicos”, é possível afirmar que aumentou o grau de informalidade do trabalho dos acolhidos, comparando-o com a situação anterior à chegada nas ruas. Assim, antes de chegar às ruas, eram exercidas atividades no comércio formal como serviços de transporte, atividades no setor industrial, serviços administrativos, que não mais constam da relação atual. Algumas atividades permaneceram como o setor de construção civil, mas com um menor percentual. Verifica-se a predominância,

atualmente, de atividades típicas da situação de rua, como, por exemplo, a mendicância e a catação.

Já entre os moradores de rua verifica-se um processo semelhante de mudanças nas atividades exercidas anteriormente e as atuais. Cai a participação de atividades que eram exercidas antes, como a construção civil, serviços de limpeza, comércio ambulante e ajudante geral. Algumas atividades não mais são exercidas, como é o caso do trabalho na indústria, no setor de transportes, em zeladoria/porteiro. Em contrapartida, várias atividades típicas da situação de rua aparecem: catador, mendicância, entre outras. Comparando-se as atividades passadas e as atuais na rua, a percepção é de aumento das atividades menos qualificadas e informais. Com relação às despesas monetárias realizadas pelos acolhidos e pelos moradores de rua, destaca-se a participação do dispêndio alimentar (comida, refrigerante/suco/água), seguido da compra de cigarro e drogas.

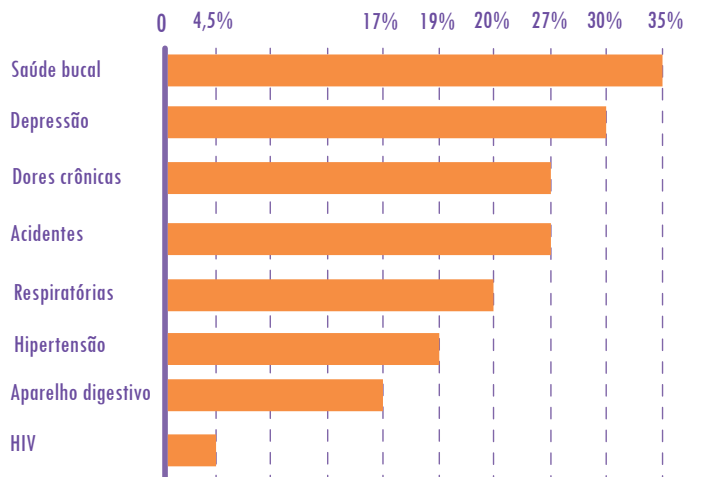
Por fim, deve-se mencionar a categoria “não faz nada para ganhar dinheiro”, com um percentual expressivo de 25,8% para os acolhidos e 20,7% para os que vivem nas ruas.

Outras atividades mencionadas pelos moradores são todas típicas de situação de rua. Em relação às atividades exercidas mediante solicitação ou mediação de terceiros, a diferença entre os acolhidos e os moradores de rua é significativa: na rua, o percentual é de 36,1%, enquanto nos centros de acolhida atinge 64%.

8- Saúde e perda da autonomia

Com relação à Saúde, a pesquisa procurou identificar se a população de rua está utilizando os serviços de saúde, quais são eles e quando foram utilizados pela última vez. Procurou também conhecer a incidência de doenças, especialmente as crônicas.

Um resultado positivo encontrado foi a constatação de que a grande maioria da população em situação de rua procura os serviços de saúde (94% para acolhidos e 84% para os de rua). Os serviços mais



Fonte: Censo da população de rua de SP (2015) designed by freepik.com

procurados nos dois grupos são: UBS/Posto de Saúde em primeiro lugar, seguido por Pronto Socorro/hospital e, em proporção bem menor, o Consultório na Rua e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Segundo a Secretaria de Saúde do município, as equipes do Consultório na Rua atenderam no primeiro semestre de 2015, em média, 5800 pessoas por mês, o que corresponde a 36% do conjunto da população em situação de rua da cidade, o que indica que o acesso aos serviços de saúde foi ampliado. No entanto, ainda não há dados para fazer afirmações sobre a efetividade do atendimento (Censo da População de Rua, 2015).

O censo verificou que quase 80% da população em situação de rua ou daqueles acolhidos em albergue sofrem de uma ou mais doenças. As mais mencionadas pelos entrevistados foram depressão, ou “doenças dos nervos”, como foi declarado. O relatório elaborado pela Fipe sugere que “Apesar da imprecisão da categoria depressão/‘doença dos nervos’, esta pode ser uma indicação da necessidade de se conhecer melhor o quadro de saúde mental da população de rua”.

Ainda segundo o relatório, o uso de drogas ilícitas e álcool é maior entre os que vivem exclusivamente nas ruas (84%) em comparação com aqueles que recorrem a centros de acolhida (54%). O uso de drogas não constitui um problema específico apenas da população de rua, mas atinge a sociedade como um todo. No entanto, nos grupos mais vulneráveis da população, as consequências da utilização e dependência química têm consequências mais graves, seja pela criminalização dos usuários, seja pela ausência de políticas de prevenção e tratamento dos dependentes. A presença crescente de usuários na população de rua, especialmente entre os mais jovens, exige uma atenção especial das políticas sociais para além da repressão. Experiências como o programa De Braços Abertos necessitam ser acompanhadas e avaliadas no sentido de oferecer alternativas de abordagem da questão.

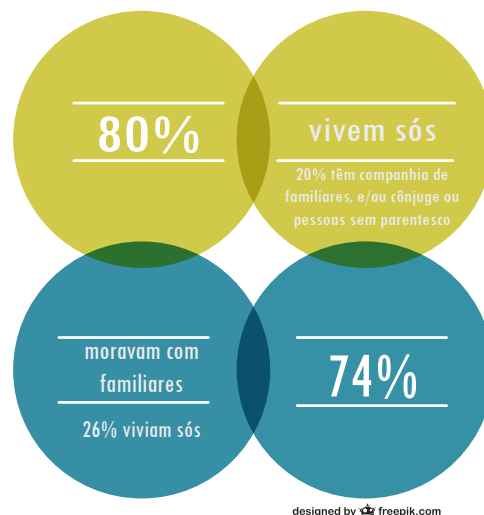
9- Perda de vínculos familiares

A maioria da população em situação de rua da cidade vive sozinha. Nos centros de acolhida, cerca de 80% dos moradores afirmaram que atualmente vivem sós e pouco menos de 20%, têm a companhia de familiares, seja de cônjuge, ou da família de origem, além de pessoas sem relação de parentesco. Relataram morar com familiares, antes da ida para a rua, um total de 74% dos acolhidos, enquanto 26% viviam sozinhos (Fipe 2015).

Nesse quesito, aqueles que vivem nas ruas se diferenciam dos acolhidos. Os que vivem sozinhos contabilizam 69%, e aqueles que têm companhia são em maior proporção entre os albergados (31%). Para ambos os grupos a vida na rua representou rompimento e perda

das relações familiares. No entanto, entre os acolhidos, 82% moravam com a família e somente 18% viviam sozinhos.

Essa comparação permite notar que tanto entre os acolhidos como entre os de rua, acontece um significativo aumento de pessoas vivendo sozinhas e uma expressiva redução de pessoas convivendo com cônjuges ou com a família de origem. Entretanto, também se observa a formação de novos arranjos familiares/afetivos que diferem das famílias tradicionalmente definidas, o que é mais evidente entre aqueles que vivem exclusivamente nas ruas. A manutenção dessas relações é positiva não apenas do ponto de vista afetivo, mas também como forma de autoproteção nas severas condições de sobrevivência nas ruas (Censo da População de Rua, 2015).

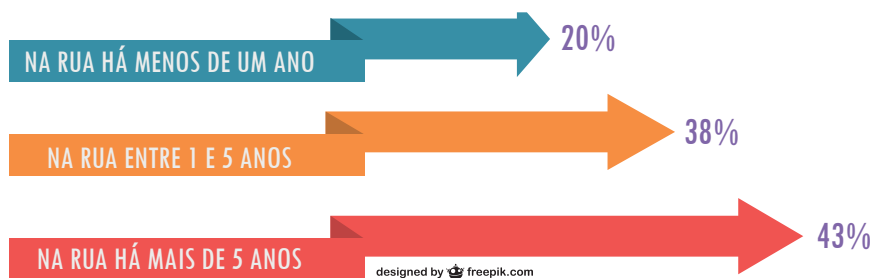


Fonte: Censo da população de rua de SP (2015)

10- Última Moradia e Tempo de rua

A perda da moradia é informação central para a estimativa do tempo de rua, uma vez que constitui um evento marcante e uma referência ao momento inicial de uma trajetória que conduziu à situação de rua. Estima-se que parte significativa de pessoas acolhidas e de rua perdeu a casa em que morava há menos de um ano (26% e 20%). Para 38% dos dois grupos, essa ruptura ocorreu de 1 a 5 anos, enquanto para uma proporção bem maior esse fato ocorreu há mais de 5 anos (37% e 43%) (Fipe 2015).

O tempo de rua é uma variável crucial nos estudos sobre as condições de vida dessa população, uma vez que a permanência pro-

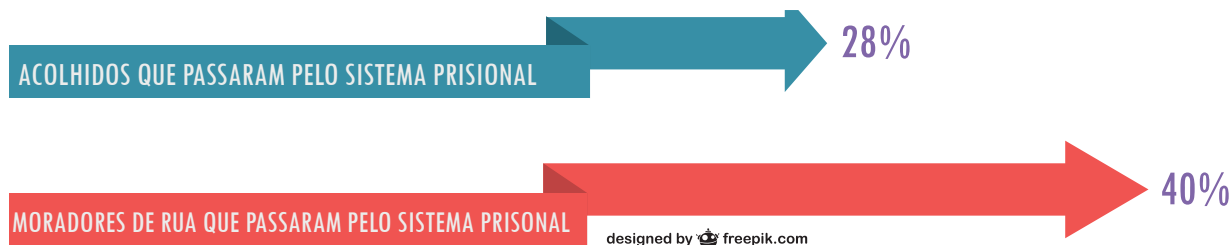


Fonte: Censo da população de rua de SP (2015)

longada nas ruas tende a alterar o comportamento das pessoas, sua percepção e pode desencadear transtornos mentais, diminuindo as possibilidades de reinserção no mercado de trabalho e de disposição para participação em programas que visam recuperar sua autonomia.

11- Internação em Instituições, cidadania e discriminação

Mais da metade dos acolhidos e dos moradores de rua passou por internação em alguma instituição (54% para acolhidos e 64% para



Fonte: Censo da população de rua de SP (2015)

os de rua). Entre os acolhidos destacam-se as clínicas de recuperação de dependência de drogas ou álcool (30%) e o sistema prisional (28%), além de instituições psiquiátricas (11%) e Fundação Casa (10%). Com relação aos moradores de rua, chama atenção que 40% passaram pelo sistema prisional, 33% por clínicas de recuperação de dependência de álcool e drogas e 12% pela Fundação Casa (Censo da População de Rua, 2105).

A possível relação entre encarceramento e uso de drogas entre moradores de rua necessitaria de maiores informações. Infere-se que a criminalização de usuários pode redundar em prisões, principalmente em populações vulneráveis como jovens pobres. Estes dados colocam pelo menos dois desafios para as políticas públicas. Em primeiro lugar, para o sistema penitenciário em relação ao apoio necessário à reinserção social de presos após o cumprimento da pena. Sem este suporte, há grande probabilidade de que muitos dos egressos passem a viver na rua. O segundo desafio está relacionado ao atendimento dos egressos que estão vivendo na rua, em geral jovens, que acumulam ao estigma de viver na rua o de ser egresso do sistema penitenciário.

Em relação à cidadania, a posse de documentos é uma informação importante, considerando que sem documentos de identificação, a pessoa inexistente como cidadão, encontrando dificuldades para ter acesso a diversos serviços e benefícios, abertura de conta bancária ou acesso ao emprego. A maioria dos acolhidos e moradores de rua afirmou possuir pelo menos um dos documentos listados no questionário

(98% para os acolhidos e 80% para os de rua). Foi também identificada a proporção dos que possuem os quatro documentos considerados mais importantes para o exercício da cidadania: a carteira de identidade, o CPF, a carteira de trabalho e o título de eleitor. Os resultados indicam que quase 64% dos acolhidos e apenas 34% dos moradores de rua possuem todos esses documentos.

Já em relação a discriminação e violência, na comparação entre os dois segmentos da população em situação de rua (acolhidos e os de rua), constata-se que os moradores de rua são vítimas de violência sempre em maior proporção do que os acolhidos. Com relação a roubo/furto de seus pertences, foram atingidos 59% dos acolhidos e 66 % dos moradores de rua; respectivamente, agressão verbal na forma de xingamento, ofensa e humilhação: 55% e 70%. Dentre os vários tipos de violência física, o espancamento e luta corporal: 37% e 50%; tentativa de homicídio com tiro, facada, queimadura: 16% e 24%; remoção forçada do local em que costuma ficar: 25% e 38%. Dentre as diversas violências, o abuso e/ou violência sexual foi a menos cometida contra essa população: 4% e 6%.

Entre os autores dos diversos tipos de violência contra essa população destacam-se: a Polícia Militar; Guarda Civil Metropolitana (GCM); pedestres/transeuntes; outros moradores de rua; comerciantes e agentes de segurança privada. Além desses, foram incluídos nessa pesquisa dois novos agentes: o traficante e outros agentes públicos, especificamente os da limpeza urbana. Também chama atenção a proporção de moradores de rua que praticam essas agressões contra seus pares. Eles são acusados de todos os tipos de violência, em proporções elevadas, como a prática de roubos/furtos; o espancamento/luta corporal; tentativa de homicídio e abuso sexual.

12- Participação em movimentos sociais

Um dos aspectos importantes do exercício da cidadania é a participação em movimentos sociais, porque são formas de organização e de luta de pessoas e grupos em defesa de interesses coletivos específicos. Nessa perspectiva, a participação da população em situação de rua em movimentos sociais é um indicador de inserção na vida política e social. Além do Movimento de População de Rua, foram apontados os seguintes Movimentos: o de Catadores, o de Luta por Moradia, o LGBT e o de Mulheres. Estima-se que 84% dos acolhidos e 89% dos moradores de rua não têm participação nesses movimentos (Censo da População de Rua, 2015).

13- Carência de dados em nível nacional

Não há dados ou estimativas oficiais recentes sobre a população de rua em nível nacional. A última pesquisa realizada remonta

ao ano de 2008. O estudo, que foi realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, abrangeu 71 cidades do país com mais de 300 mil habitantes e todas as capitais, com exceção de Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Recife (que já haviam realizado levantamentos semelhantes).

O número de adultos em situação de rua registrado no país, em 2008, era de 50 mil, segundo estimativas do governo federal. Alguns dos dados colhidos se assemelhavam aos obtidos nas pesquisas feitas na capital paulista, como o perfil

ser majoritariamente do gênero masculino (82%), ter entre 25 e 44 anos (43%) e se autodeclarar pretos ou pardos (67%). O nível de escolaridade também se assemelhava: a maioria declarou ter o ensino fundamental incompleto (48,4%) e 15,1% nunca estudaram. Ainda assim, 74% disseram saber ler e escrever.

Em relação a população de adolescentes e crianças que residem nas ruas, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2010, realizou levantamento em 75 cidades (capitais e cidades com mais de 300 mil habitantes). Foram identificadas 23.973 crianças e adolescentes em situação de rua, dos quais 72% eram do gênero masculino.

Conclusão

A saída das ruas e a conquista da autonomia é um objetivo difícil de ser alcançado em função dos problemas que a população em situação de rua vêm acumulando, desde as razões que as levaram a essa situação até as consequências do tempo em que habitam as ruas como a perda do vínculo familiar, e problemas de saúde física e mental, condições essas que podem ser desencadeadas ou acentuadas. Também se verifica a dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho, fácil acesso às drogas e ao consumo excessivo de bebida alcoólica, entre outros tantos problemas. Os serviços públicos de assistência social, saúde, trabalho e habitação ainda não conseguem dar vazão às demandas específicas dessa população de forma a alcançar, conjuntamente, o objetivo de tirá-la da situação de rua e evitar que para ela retorne (Censo da População de Rua, 2015).



Fonte: Ipea 2015

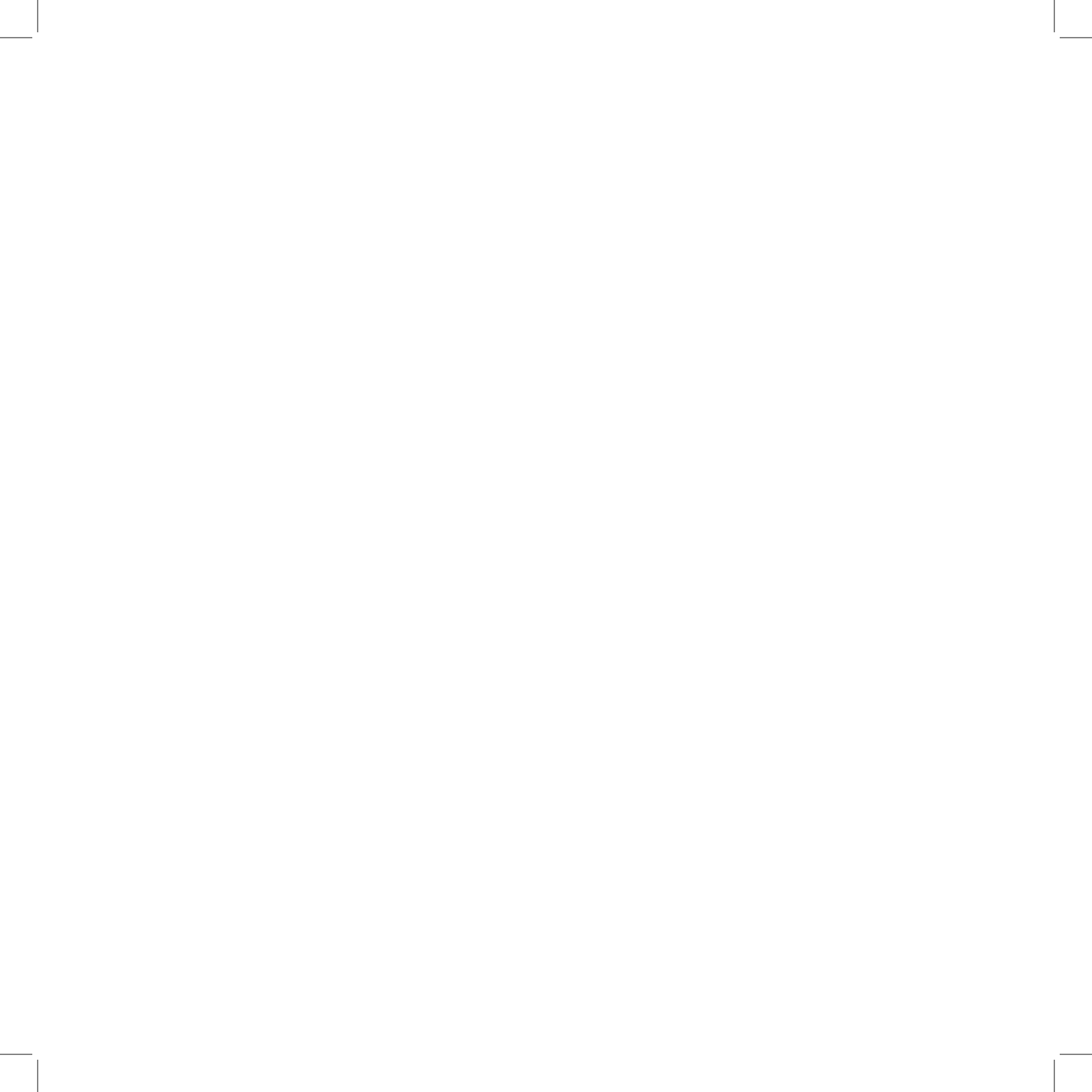
designed by  freepik.com

Os levantamentos realizados pela Fipe e outras entidades, aliados às informações acumuladas com o tempo, permitem subsidiar, por sua vez, a discussão de políticas públicas para promover a saída dessa população das ruas, assim como para amenizar o sofrimento daqueles que nelas vivem. Visto isso, pode-se elencar a necessidade de que duas condições sejam atendidas de maneira primordial: moradia e renda. A moradia é a primeira condição para que as demais políticas de atenção operem satisfatoriamente. Já em relação à necessidade de geração de renda monetária, para a obtenção e manutenção da autonomia, devem ser disponibilizadas oportunidades para essa população, seja através de formação profissional, seja por meio de subsídios educacionais que os permitam serem realocados no mercado de trabalho.

Entretanto, deve-se levar em conta a diversidade de condições das pessoas em situação de rua para proposição de políticas públicas e ações de moradia e renda. A diversidade, por sua vez, expressa-se em grupos com graus diferenciados de autonomia, que demandam distintos encaminhamentos de soluções para cada caso. O reconhecimento das diferentes condições de autonomia não significa que as menos satisfatórias não possam ser melhoradas. De fato, o primeiro passo para resolução do problema é reconhecê-lo.

As condições de moradia e renda de maneira alguma esgotam o amplo conjunto de fatores que devem ser contemplados pelas políticas públicas. Saúde, educação, segurança alimentar, dignidade, cidadania, entre outros aspectos são sobremaneira relevantes. Ainda assim, são interdependentes, criando sinergismo entre as várias ações (Censo da População de Rua, 2015).

Por fim, é reafirmado o já reconhecido caráter multidimensional da situação de rua. A contrapartida para tal natureza é a necessidade primordial de atuação conjunta de diferentes políticas de atenção que, na estrutura atual de divisão de atribuições e competências na esfera municipal, exige a atuação das várias secretarias que têm a população em situação de rua como uma de suas responsabilidades.



2. POLÍTICAS DE ACOLHIDA

Este tópico do ensaio irá elencar e analisar as políticas de acolhida atualmente vigentes na cidade de São Paulo, sob coordenação das secretarias municipais, e, porventura, através de instituições religiosas, de caridade e/ou sem fins lucrativos. O entendimento das políticas de acolhida se faz necessário para este estudo na medida em que permite contemplar o panorama dos trabalhos, ações e programas que estão sendo realizados em prol da população em situação de rua e, a partir desse vislumbre, elaborar as diretrizes finais de proposta de política de habitação.

Na medida em que se faz necessário que as secretarias trabalhem de maneira transversal e colaborativa para que se consiga atingir resultados eficientes nas políticas públicas para a Pop Rua, as políticas de acolhida são o primeiro passo para o atendimento humanizado dessa população e futuro encaminhamento para outros programas de atendimento. Nesse sentido, será analisado em que medida essas ações poderão atuar de maneira intersecretarial (no caso das secretarias municipais), em especial com a secretaria da habitação, pois a moradia será considerada o ponto de partida para as demais ações.

2. 1. Serviços de atendimento à população em situação de rua

A descrição dos programas de atenção à população de rua procurou apresentar a rede de proteção social à população em situação de rua. A descrição teve também como critério a especificação dos eixos prioritários para análise: trabalho, renda e saúde como condição para atividades de trabalho. São necessidades básicas da população em situação de rua, cujo atendimento permite, simultaneamente, tornar menos precárias as condições da vida diária nas ruas e centros de acolhida, assim como contribui para obtenção da autonomia.

Na apresentação dos programas que integram a rede de proteção social à população em situação de rua, foram consideradas as Secretarias Municipais cujo escopo de atuação inclui, de forma exclusiva ou no âmbito do atendimento universal, essa população. Posto isso, foram consideradas a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria Municipal da Habitação (Sehab), Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SMTE), Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDH). Certamente, é possível expandir os limites da rede de proteção social, incluindo outras instituições e serviços, não apenas no âmbito municipal, mas das outras esferas de competência do poder público. A análise dos programas ofertados

pelas secretarias municipais parte, também, do pressuposto de que a atenção à população de rua deve atender as múltiplas dimensões da reprodução da sua vida diária. Como expressão extrema da condição de pobreza absoluta, a multiplicidade de privações se manifesta em todas as esferas da vida pessoal e das condições sociais de sociabilidade (Censo da População de Rua, 2015).

Antes da apresentação dos trabalhos das Secretarias Municipais, é necessário considerar que as redes de proteção/atenção social são programas de transferência de renda que procuram atender a população com grande vulnerabilidade à pobreza ou a choques temporários. Tais redes podem ser mantidas tanto pelo Estado como por agentes privados. A função de uma rede de proteção social pode ser dividida basicamente em duas. A primeira e mais tradicional função é oferecer renda e recursos à população quando esta vivencia situações que levem a uma redução da renda no curto prazo e condições extremas de pobreza. Dessa forma, a rede de proteção social pode ser vista como uma estrutura que combate a pobreza e condições de vulnerabilidade temporárias e suas consequências.

Uma segunda e mais recente função designada às redes de proteção social é a de oferecer suporte para que pessoas ou famílias que vivem situação de pobreza ou instabilidade social permanente possam ultrapassar a linha da pobreza. Assim, a rede de proteção social é pensada, também, como uma estrutura de transferências que objetiva superar as referidas condições (Censo da População de Rua, 2015).

2. 2. Os programas ofertados¹

Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS

A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social é a responsável pela maioria dos serviços e programas voltados exclusivamente para a população em situação de rua. Segundo dados de janeiro de 2015, existem 41 Centros de Acolhida (CA). Destes, 7 oferecem 1.292 vagas de 16 horas e 34 oferecem 8.445 vagas de 24 horas. Além disso, há 23 Centros de Acolhida Especiais (CAE) que respondem por 2604 vagas a pessoas ou grupos que necessitam de atendimento especializado como idosos, mulheres, famílias, imigrantes, catadores e convalescentes. São ofertadas, ainda, 190 vagas em 8 Repúblicas, modalidade de acolhimento destinada a jovens que estão em fase transição para saída da rua, assim como para idosos com autonomia para desenvolver suas atividades diárias.

1. Censo da População de Rua. 2015. Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/censo/1862%20-%20PRODUTO%2015%20-%20OUT%2015.pdf>

Em 2010, 25% dos adultos e 50% dos jovens com menos de dois anos de permanência nas ruas se desligaram das Repúblicas porque conseguiram reconquistar a autonomia. Há, ainda, os serviços que não oferecem pernoite, como os 5 Espaços de Convivência com capacidade para 1350 pessoas em situação de rua. Estes serviços prestam atendimento com atividades que visam dar apoio e estimular a saída da situação de rua, focando nas pessoas que já passam por essa transição e/ou possuem maior autonomia.

Para pessoas que possuem maior grau de autonomia, também são ofertados os cursos de capacitação pelo Centro de Capacitação Técnica para Adultos em Situação de Rua e pelo Serviço de Inclusão Social e Produtiva. Em 2014, o primeiro foi responsável por 80 vagas e o segundo, por 200 vagas. Outros programas importantes de assistência à população de rua são o Bagageiro, que teve 272 vagas em 2014 e a Operação Baixas Temperaturas, que realizou nesse mesmo ano, 62.405 abordagens. O serviço de bagageiro assegura a guarda provisória de objetos pessoais dos moradores de rua e o atendimento para sua inserção na rede de serviços de SMADS e a Operação Baixas Temperaturas acolhe pessoas para pernoite em vagas adicionais nos centros de acolhida quando a temperatura atinge 13º centígrados.

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC

O principal programa da Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania é o Pronatec/PopRua. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo governo federal em 2011, e, em março de 2013, junto da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, a SMDHC criou o Pronatec/Pop Rua. Ao todo, 462 vagas foram ofertadas e 402 matrículas foram feitas (60 vagas não preenchidas). O programa contou com 193 concluintes, 165 evadidos e 44 reprovados. No total, 67 currículos foram encaminhados para processos seletivos em empresas parceiras e 21 foram contratados. Entretanto, o programa tem enfrentado dificuldades em inserir os formandos no mercado formal de trabalho pela cultura de preconceito contra essa população, seja das empresas, seja da sociedade.

A SMDHC, em parceria com SMADS, é responsável pelo Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI), criado em 2014, mesmo ano em que entrou em vigor o programa De Braços Abertos (DBA), administrado em conjunto com as secretarias municipais de Saúde (SMS), Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SMDTE) e Segurança Urbana (SMSU). Em seu primeiro ano de funcionamento, o programa De Braços Abertos contou com 453 beneficiários cadastrados. Mais de 490 pessoas conseguiram novos documentos ao longo de 2014 e 18 beneficiários ingressaram em cursos no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico

e Emprego (Pronatec) e 21 beneficiários entraram em processo de autonomia, trabalhando fora do programa. Na atual gestão, entretanto, o programa está sendo progressivamente desmontado.

Secretaria Municipal de Saúde – SMS

A Secretaria Municipal da Saúde (SMS) é responsável por alguns programas específicos para a população em situação de rua, entre os quais o Consultório na Rua, o qual conta hoje com 13 equipes e está em vigor desde 2013. O programa contabilizou a realização de 8976 atendimentos em março de 2015. As equipes móveis prestam atenção integral e individualizada à saúde da população em situação de rua, considerando suas diferentes necessidades de saúde e trabalhando junto aos usuários de crack, álcool e outras drogas de acordo com estratégia de redução de danos. Cada equipe responde pela cobertura de uma determinada região, visando atender a todo morador de rua encontrado nas vias, praças e demais logradouros de sua área. Além do atendimento, as equipes também são responsáveis pelo encaminhamento à Unidade Básica de Saúde (UBS) e posterior acompanhamento do caso para que o morador de rua não deixe de tomar a medicação prescrita e não abandone o tratamento (Fipe 2015).

Em relação ao atendimento à saúde mental, os Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) prestam serviços à população em situação de rua e totalizam 56 unidades, assim como pelos Centro de Atendimento Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPS- AD), com 26 unidades.

De acordo com a pesquisa realizada pela Fipe em 2015, estima-se que 58% dos moradores de rua e 71% dos acolhidos recorreram às Unidades Básicas de Saúde (UBS). Esses resultados indicam um significativo acesso da população de rua e dos Centros de Acolhida (CAs) aos serviços de saúde, provavelmente em função do trabalho realizado pelas equipes de divulgação.

Secretaria Municipal da Habitação - Sehab

A Sehab é responsável por programas de subsídio de aluguéis e auxílio financeiro, assim como pelos programas de provisão de moradia. O programa Locação Social, em vigor desde 2003, destinado a pessoas sós e famílias cuja renda seja de até 3 salários mínimos, priorizando a população em situação de rua, oferece aluguéis subsidiados, mas ainda em pequena escala. Em 2008, foram oferecidos cinco empreendimentos para um total de 853 famílias.

O programa de Parceria Social destina-se às pessoas ou famílias com renda de 1 a 3 salários mínimos, incluindo a população em situa-

ção de rua, concedendo subsídios de até R\$ 300,00 mensais para o pagamento de aluguel, tendo entrado em vigor em 2009. Atualmente, encontra-se suspenso.

Por último, há o programa de Auxílio Aluguel, que abrange famílias afetadas por obras públicas ou localizadas em área de risco, concedendo auxílio financeiro para pagamento de aluguel. Atualmente, conta com 30.134 munícipes beneficiados (Fipe 2015).

Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo - SMTDE

A Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo não possui programas ofertados exclusivamente para a população em situação de rua. No entanto, essa população é elegível, desde que atenda aos requisitos para os cursos de capacitação ofertados pela secretaria, visando à reinserção de desempregados vulneráveis ao mercado de trabalho, através do Programa Bolsa Trabalho, criado em 2004 e Programa Operação Trabalho, criado em 2001. Esses programas oferecem bolsa auxílio em valor que varia de acordo com a carga horária semanal.

O Programa Operação Trabalho atende a 1413 beneficiários de cursos de qualificação em diversas áreas, oferecidos em parceria com instituições públicas e privadas, destinados a pessoas com 18 anos ou mais que estejam desempregados há mais de 4 meses e não estejam recebendo qualquer benefício. O Bolsa Trabalho desenvolve 7 projetos com um total de 316 beneficiários de cursos de capacitação nas áreas de audiovisual, comunicação, varejo e remanufatura de computadores, a jovens de 16 a 20 anos de idade, com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, alto índice de vulnerabilidade e que estejam matriculados em cursos do sistema nacional de ensino ou que tenham concluído o ensino médio.

A SMTDE também ofereceu aos beneficiários do Programa de Braços Abertos, capacitação nas áreas de jardinagem, paisagismo e cultivo urbano, no âmbito do Programa Fábrica Verde (Fipe 2015).

2. 3. As necessidades atendidas pelos programas²

2. Censo da População de Rua. 2015. Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/censo/1862%20-%20PRODUTO%2015%20-%20OUT%2015.pdf>

Acolhimento

A rede de atendimento da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) vem atuando em duas frentes: aumentar o número de vagas nos centros de acolhida assim como diversificar os beneficiados. Dessa maneira, além dos centros de acolhida, vêm sendo criados centros de acolhida especiais, identificando públicos-alvo diferenciados como famílias, idosos, mulheres, imigrantes, catadores e convalescentes. O esforço em diversificar o público-alvo é recente, e procura contemplar um conjunto de pessoas com necessidades especiais, de modo a aumentar a eficiência da rede por meio da ampliação do foco do atendimento.

Os serviços ofertados podem ser agrupados em dois conjuntos. O primeiro deles representa os centros de acolhida e os centros de acolhida especiais. Contabilizam 77 centros que oferecem cerca de 9 mil vagas para pernoite. Há, também, um conjunto de programas que oferecem atividades diversas: cursos, desenvolvimento da socialização, entre outras. Guarda de pertences e as operações de atendimento em períodos de baixas temperaturas completam o leque de atuação da SMADS.

Os centros de acolhida são serviços de acolhimento e as vagas de pernoite oferecidas, em regime de permanência de 16 ou 24 horas, ultrapassam 7 mil. Os centros especiais totalizam pouco mais de 1.700 vagas. Por fim, as Repúblicas que abrigam adultos jovens em fase de reinserção social e saída das ruas completam a rede de serviços de acolhida, com 190 vagas (Censo da População de Rua, 2015).

Trabalho

O Pronatec- PopRua, como demais programas profissionalizantes, busca a requalificação dos trabalhadores, tornando mais favoráveis as condições de empregabilidade dos participantes. Adicionalmente, há uma série de cursos oferecidos pela Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, com o mesmo objetivo de qualificar profissionalmente pessoas em situação de rua. Entretanto, a existência de postos de trabalho para essa população é condição igualmente necessária para a possível reinserção no mercado de trabalho, condição que excede o âmbito de atuação da secretaria. Iniciativas para envolvimento de empresas “parceiras” estão presentes, em escala limitada, o que dificulta a eficiência do programa (Censo da População de Rua, 2015).

Saúde

O atendimento à saúde é bastante presente. A pesquisa do perfil socioeconômico da população em situação de rua da Flpe estimou

que 58% dos moradores de rua e 71% dos acolhidos recorreram às Unidades Básicas de Saúde (UBS). Estimou-se, também, que 42% dos moradores de rua e 44% dos acolhidos procuram o serviço das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) ou hospitais quando têm algum problema de saúde. As estimativas podem ser tomadas como análise da cobertura do programa.

Deve-se mencionar ainda, o atendimento específico à população de rua, mediante, principalmente, o programa Consultório na Rua. A população em situação de rua também conta com o programa De Braços Abertos, que na atual gestão foi renomeado como “Redenção”, administrado em conjunto com as secretarias municipais de Saúde (SMS), Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SMDTE) e Segurança Urbana (SMSU). A análise da efetiva atenção dispensada à população em situação de rua pelos programas em atividade só poderá ser de fato conclusiva se baseada em avaliações da qualidade do atendimento e cobertura, o que não constitui objetivo do presente trabalho. De fato, a descrição da oferta de programas existentes e as condições diferenciadas de grupos prioritários para SMADS constituem a condição inicial indispensável para análise das mais adequadas políticas públicas para a população de pessoas em situação de rua (Censo da População de Rua, 2015).

2. 4. Grupos especiais para atendimento

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMADS) identificou quatro grupos de interesse entre a população de rua após seminário realizado com o Observatório de Políticas Sociais e a área de Proteção Especial. São eles: “Família em situação de rua”, “Acolhidos sós, com autonomia”, “Adultos jovens de 18 a 35 anos” e “Idosos dos centros de acolhida”, unidades de análise não definidas nas pesquisas anteriores da Fipe.

Adicionalmente aos grupos definidos pela SMADS, são considerados os grupos de egressos do sistema carcerário e o grupo de LGBT's, julgados como importantes subsídios para traçar o quadro das necessidades da população de pessoas em situação de rua em São Paulo (Censo da População de Rua, 2015).

Para concluir esse tópico, seguem os atuais programas e ações de acolhimento e cuidados específicos para a população em situação de rua de São Paulo.

Programa Redenção

Em 26 de junho a Prefeitura de São Paulo divulgou as principais diretrizes do projeto Redenção, criado para substituir o Programa De Braços Abertos, da gestão anterior. Entre os principais objetivos do novo programa, está o de “tratar o paciente com dependência química em sua integralidade, durante e após a desintoxicação, e disponibilizar equipes de abordagem e acolhimento no território, permanentemente”³. O documento prevê ainda, a cada beneficiário do programa, o Projeto Assistencial Singular, ou atendimento correspondente com as especificidades de cada indivíduo, através de política de redução de danos e/ou promoção de abstinência (www.capital.sp.gov.br).

As diretrizes preveem ações programáticas, como a criação de rede de moradias monitoradas no município e de uma rede de residências terapêuticas para a continuidade do atendimento aos beneficiários. O encaminhamento de ex-usuários para o programa Trabalho Novo, também será ofertado para promover a reinserção social (www.capital.sp.gov.br).

Respondem pelas diretrizes: Secretaria da Saúde, Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria de Segurança Urbana, Secretaria dos Direitos Humanos e Cidadania, Secretaria do Urbanismo e Licenciamento, Sehab, Prefeituras Regionais e Prefeitura Regional da Sé (www.capital.sp.gov.br).

Diretrizes do Programa Redenção⁴:

- 1 - SAÚDE (MEDICINAL);
2. ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA (SOCIAL);
3. URBANÍSTICO E ZELADORIA (OPERACIONAL);
4. SEGURANÇA PÚBLICA (POLICIAL);
5. EDUCACIONAL.

Programa Autonomia em foco⁵

O Programa Autonomia é um serviço que incentiva cada beneficiário a alcançar seus objetivos de vida e enfrentar suas restrições

3. Disponível em : <capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sp-divulga-principais-diretrizes-do-projeto-redencao>.

4. Idem

5. Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/>.

reconquistando a autonomia e a responsabilidade. O serviço é mantido por meio de convênio entre a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e organizações sociais.

A as ações do novo programa de acolhimento de assistência social oferecem abrigo para famílias ou pessoas sozinhas em situação de rua que já têm renda e estão próximas da autonomia plena. O projeto começou com a transferência de 186 pessoas que ocupavam um terreno próximo à alça de acesso à avenida no Parque Dom Pedro, na região central. As famílias foram encaminhadas a dois hotéis na região central da capital paulista, que funcionariam como um abrigo, gerido por uma entidade conveniada à administração municipal, mas com mais autonomia dos moradores. O diferencial do programa Autonomia em Foco é a oferta de moradia combinada a outros serviços complementares. Algumas instalações possuem ainda brinquedoteca, sala de informática e de TV.

Essas primeiras famílias beneficiadas puderam levar aos hotéis seus pertences pessoais, como roupas e TVs. Geladeiras, fogões e outros objetos maiores foram enviados a um depósito da Subprefeitura Sé. Em contrapartida, concordaram com a proposta de trabalho do programa que espera uma atitude proativa em seu processo de reinserção social.

A administração municipal, da gestão do então prefeito Fernando Haddad (2014), construiu o projeto a partir da experiência acumulada no programa De Braços Abertos, na região da Luz, baseado na importância do protagonismo do morador de rua.

O grupo é responsável pela própria alimentação e pela limpeza de seus quartos. As crianças e adolescentes têm garantidas vagas em creches, escolas e no Centro de Convivência da Criança e do Adolescente no contraturno escolar. Os beneficiados podem ainda fazer cursos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec) e têm ajuda no encaminhamento profissional para o mercado de trabalho. Também contam com acompanhamento psicológico e de assistentes sociais.

Na atual gestão municipal (2017), o Autonomia em Foco atua em parceria com o programa Trabalho Novo, já que a maior dificuldade apresentada pelos beneficiários do programa é a inserção no mercado formal de trabalho para obtenção de renda. O Trabalho Novo constitui um programa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMADS) e tem o objetivo de proporcionar vagas de empregos para pessoas em situação de rua até o final de 2017.

O custo mensal da locação dos imóveis onde funcionarão os novos abrigos é de R\$ 110 mil. Já em relação aos investimentos aplicados em cada convênio, totalizam R\$ 122 mil mensais para o atendimento permanente das famílias, 24 horas por dia. São duas entidades diferentes cuidando de dois centros de acolhimento, que ofertam o que é exigido na portaria municipal* que estabelece as diretrizes do

Autonomia em Foco. Todos os serviços da Assistência Social são previamente estabelecidos, desde o número de funcionários, o tipo de funcionários e se há necessidade de psicólogos e/ou assistentes sociais.

Atualmente, o programa conta com uma estruturação que prevê psicólogos e educadores, com um gerente de serviço e um grupo técnico para atender aos beneficiários. O Autonomia em Foco também beneficiou quatorze pessoas que participaram do programa De Braços Abertos que, em razão da evolução do tratamento, alcançaram a autonomia e estavam empregadas.

Consultório na Rua ⁶

O programa Consultório na Rua foi institucionalizado pela Portaria GM Nº 2488/2011, seguindo a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Desenvolvido com o objetivo de facilitar o acesso da população de rua aos profissionais de saúde, o que costuma ser situação complexa, o programa procurou construir e implementar uma política pública intersecretarial e intersetorial.

Da junção entre o programa Consultório de Rua (equipe itinerante com foco na saúde mental) e do programa Estratégia da Saúde da Família Sem Domicílio - ESF (com equipes específicas para atenção integral à saúde da Pop Rua), foi criado o dispositivo Consultório na Rua, que consiste então em uma equipe itinerante para atenção integral à saúde dessa população.

As equipes de Consultório na Rua são formadas pelos chamados agentes sociais, que são profissionais de diversas áreas que desempenham atividades que buscam garantir atenção, defesa e proteção às pessoas em situação de risco pessoal e social. Para tanto, agregam conhecimentos básicos sobre redução de danos, realizam atividades educativas e culturais, fazem a distribuição de insumos de proteção à saúde e encaminhamentos dos pacientes para rede de saúde e/ou programas intersetoriais, acompanhando o tratamento compassivo e continuado das pessoas em situação de rua.

Entretanto, desafios existem e abundam no tratamento da Pop Rua, de modo que além das dificuldades para realizar exames, tais profissionais lidam com pacientes que apresentam baixa adesão ao tratamento, falta de acesso ao serviço e acompanhamento. A vida nas ruas possui uma psicodinâmica que começa com os fatores que levaram o indivíduo a ir para as ruas e vai até a sua vivência. Para enfrentar esses obstáculos, diversas ferramentas foram pensadas para atuar de maneira efetiva na promoção da saúde entre a população

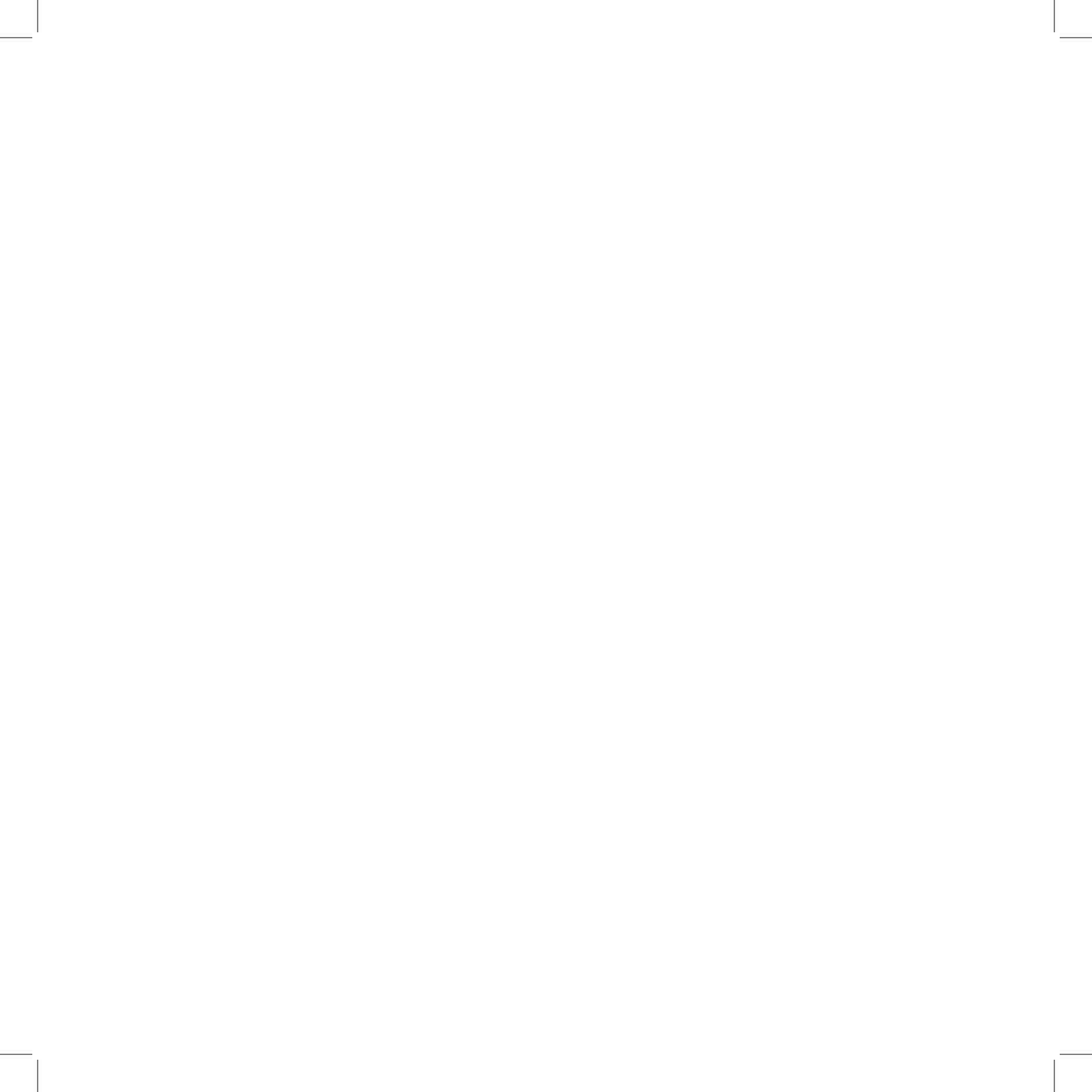
6. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html>.

que vive em situação de rua, como a composição multiprofissional que lida com os diferentes problemas e necessidades dessa população.

Atuando como componente da Atenção Básica na rede de atenção psicossocial de saúde da população em situação de rua, as ações do Consultório na Rua são compartilhadas e integradas às UBS, CAPS e aos Serviços de Urgência e Emergência e outros pontos de atenção, como o Projeto Terapêutico Singular, AMAs, Pronto Socorros, Hospitais Gerais, Hospitais Psiquiátricos, Comunidades Terapêuticas e Residências Terapêuticas Especiais. A atuação das equipes se apropria do território e forma redes de apoio com os vários equipamentos sociais da região dentro de um território definido, mas podendo ser itinerante indo até o usuário (SMS 2013).

Em São Paulo estão em atuação 16 equipes, da Modalidade III, que contam com 3 profissionais de nível superior e 3 profissionais de nível médio acrescida de 1 médico e 6 Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Uma equipe é designada para cada grupo de 80 a 1000 moradores em situação de rua. Os profissionais que compõem as equipes são: enfermeiro, psicólogo, assistente social, médico, agente social (acompanhamento, proteção, redução de danos) e técnico ou auxiliar de enfermagem.

As Equipes Consultório na Rua (EqCnaRua) têm acesso a processos de educação permanente, contemplando, dentre outros, a abordagem das diferentes necessidades de saúde da população em situação de rua bem como o desenvolvimento de competências para a prática da redução de danos. As equipes atuam in loco através de abordagem especializada, realizando o vínculo necessário para o desenvolvimento de ações em saúde e demais necessidades sociais. A Equipe Multidisciplinar amplia a visão e o entendimento do indivíduo de forma integral. Toda atuação das equipes são vinculadas a uma UBS onde são realizados procedimentos, consultas e encaminhamentos. Os encaminhamentos, por sua vez, são realizados de acordo com as necessidades de cada indivíduo.



3. ESTUDOS DE CASO

Este tópico do ensaio irá analisar os exemplos de políticas públicas, parcerias público privadas, ou ações de entidades sem fins lucrativos ou de caridade que foram especificamente direcionadas à população em situação de rua, tendo como princípio a oferta de habitação.

O Brasil, apesar de possuir a Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua, de 2006 - que define como princípio normativo a integração das ações dos diversos setores da esfera pública, como saúde, assistência social e moradia - ainda não assegurou a universalidade de direitos e a integralidade do atendimento dessa população, reintegrando-a à comunidade e a sua família. A Política delimita e orienta diretrizes protetivas dessa população em nível nacional, mas não instrumentaliza as medidas propostas em nível municipal.

Na cidade de São Paulo, para contemplar e iniciar a instrumentalização dessa política, foi proposto em 2016 o Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua, promovido pela Prefeitura de São Paulo. O documento propõem bases para uma solução inédita de habitação aliada a ações de acolhida e cultura, todavia, ainda não contempla a necessidade de um Plano de Habitação voltado especificamente para essa população.

Em vista desse cenário atual, os estudos de caso apresentados aqui serão majoritariamente exemplos internacionais, justamente porque são e foram políticas que, em um esforço conjunto do âmbito público e privado, têm efetivamente contribuído de maneira humanitária para extinguir o fenômeno de habitar as ruas. Deve-se ainda pontuar que os programas aqui estudados, para além de proporcionar moradia, são ações que partem tanto do âmbito da saúde como do serviço social, aliados a medidas de inserção do indivíduo na sociedade, seja oferecendo emprego, seja reaproximando-o da família. São bons exemplos as ações que necessariamente trabalham intersetorialmente.

O exemplo nacional será, portanto, o Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua. Os exemplos internacionais serão o programa canadense Housing First, o escocês Social Bite Village (ainda em experimentação), e as políticas adotadas pelo Departamento dos Desabrigados e Habitação de Apoio (Department of Homelessness and Supportive Housing), da cidade de São Francisco, EUA.

Por fim, os estudos de caso servirão de base para a proposição de diretrizes de habitação para Pop Rua, que serão desenvolvidas no tópico 4 desse ensaio. A proposta estará ainda baseada nos tópicos iniciais aqui estudados, que se complementam em diferentes níveis, proporcionando dados oficiais, informações atuais e subsídios programáticos para elaboração da proposta final.

3.1 Housing First¹

Housing First é uma abordagem para conectar rapidamente e com sucesso indivíduos e famílias que vivenciam a vida nas ruas à habitação permanente, sem condições prévias e barreiras à entrada, como sobriedade, tratamento ou requisitos de participação no serviço, constituindo um projeto de pesquisa e demonstração financiado pelo governo federal do Canadá.

Os serviços de suporte são oferecidos para maximizar a estabilidade da habitação e evitar retornos à falta de moradia, ao contrário de abordar metas de tratamento predeterminadas antes da entrada permanente na habitação. O programa foi desenvolvido como uma alternativa à abordagem linear em que as pessoas que viviam sem abrigo eram obrigadas a participar e se formar em programas residenciais e de tratamento de curto prazo antes de obter habitação permanente. Na abordagem linear, a habitação permanente era oferecida necessariamente depois que uma pessoa que vivia nas ruas demonstrasse aptidão para manter uma habitação.

Baseado nos resultados de outras organizações e comunidades em todo o país que adotaram a abordagem do Housing First, foi evidenciado que o programa é uma maneira efetiva de reduzir a população em situação de rua. O Housing First é focado na resolução do problema da falta de moradia crônica e episódica, ao mesmo tempo em que reduz a pressão sobre outros serviços de emergência. É ainda complementado pela prestação de serviço social, auxiliando o indivíduo na manutenção de sua habitação e trabalhando para a sua recuperação e reintegração na comunidade.

O Programa desenvolveu ainda a Estratégia de Parceria para População de Rua (HPS) em que apoia as comunidades na redução da pressão sobre os serviços de abrigo, saúde e justiça, enquanto continua a atender às necessidades dos mais vulneráveis. Essa



1. Tradução livre do Canadian Housing First Toolkit, 2104. Disponível em: <<http://housingfirsttoolkit.ca/>>. Acesso em 2 de set. 2017.

abordagem equilibrada assegura que as comunidades que adotam o Housing First permaneçam flexíveis para investir em outras estratégias, que comprovadamente complementam o programa e reduzem de maneira expressiva a falta de moradia a nível local.

Abordagem

A abordagem inicial do Housing First se concentra em mover as pessoas que são crônica ou episodicamente sem-teto o mais rápido possível da rua ou de abrigos de emergência para habitações permanentes, com apoios que variam de acordo com a necessidade de cada um. Os apoios são fornecidos por uma equipe de gerenciamento de casos e/ou um gerenciador de casos que serve como um ponto principal de contato para avaliação e acompanhamento de cada caso.

Princípios



1- Acesso imediato a habitação permanente sem requisitos de prontidão para ter uma habitação



2- Autodeterminação e liberdade de escolha



3- Recuperação e orientação individualizada & e suportes determinados pelo indivíduo



4- Política de redução de danos



5 e 6- Trabalho social e interação com a comunidade

Existem seis princípios obrigatórios no âmbito da abordagem da Estratégia de Parceria para População de Rua (HPS) do programa Housing First (HF):

1. **Habitação rápida com suporte:** envolve a ajuda direta da população em localizar e garantir a habitação permanente o mais rápido possível, auxiliando na mudança para a moradia, ou prestando serviço de saúde, se necessário. A autonomia não é um requisito para ter acesso à habitação;
2. **Oferecer a população em situação de rua a escolha de sua habitação:** o indivíduo deve ter a autonomia da escolha em termos de

opções de habitação, bem como os serviços que deseja acessar;

3. Separando a provisão de habitação de outros serviços: A aceitação de qualquer serviço, incluindo tratamento ou sobriedade, não é um requisito para acessar ou manter a habitação, mas os indivíduos devem estar dispostos a aceitar visitas regulares das equipes gerenciadoras ou do gerenciador que acompanha seu caso, muitas vezes semanalmente. Existe também um compromisso de realocar clientes conforme necessário.

4. Fornecer direitos e responsabilidades de arrendamento: os clientes são obrigados a contribuir com uma parcela de seus rendimentos em relação ao aluguel. A preferência é que os clientes contribuam com no máximo 30% de sua renda, enquanto o resto seria fornecido através de subsídios de aluguel;

5. Estabelecer relacionamento entre senhorio e inquilino: Os indivíduos alojados possuem direitos compatíveis com os atos e regulamentos aplicáveis aos proprietários e inquilinos. O desenvolvimento de relações amigáveis com os proprietários no setor privado e público é fundamental para a eficácia do programa;

6. Integração de moradias na comunidade: para responder à escolha feita da habitação, deve-se trabalhar para minimizar o estigma e incentivar a integração social do novo morador. Para tanto deve ser dada mais atenção às habitações do mercado público ou privado. Poderão ser oferecidas outras opções de habitação, tais como habitação social e moradias de apoio em contextos onde esses estoques de habitação existam e podem ser escolhidos por alguns beneficiários.

Baseado na promoção da autossuficiência/autonomia, o objetivo é garantir que esses novos moradores fiquem preparados e possam acessar um suporte regular, dentro de um prazo razoável, para que lhes seja permitida uma saída bem-sucedida do programa Housing First. O foco é o fortalecimento da autonomia e das habilidades dessa população, com base em metas autodeterminadas, que podem incluir emprego, educação, integração social, melhorias na saúde ou outros objetivos que ajudem a estabilizar sua situação e levá-la à reconquista da autonomia plena.

Tipos de Suporte

Em um primeiro momento esses suportes baseiam-se em uma série de critérios de fidelidade do programa, sendo o mais importante o princípio da escolha do cliente. Espera-se que os serviços sejam organizados e fornecidos com base no cumprimento desses critérios de

fidelidade na medida do possível. Por exemplo, as comunidades devem fazer todos os esforços para adaptar seus serviços do Housing First para atender às necessidades autodeterminadas de cada novo morador. Dessa maneira, é esperado que cada comunidade adapte sua abordagem para se adequar à sua situação local. Também é definido que os Conselhos Comunitários da Comunidade e Entidades Comunitárias decidam quem está apto a participar ou deixar o programa.

Dessa maneira é instituída uma Escala de Fidelidade (Fidelity Scale) do Housing First em conjunto com a Estratégia de Parceria para População de Rua (HPS) e que se destina a informar as comunidades do que é esperado em uma abordagem local. Também indica os critérios pelos quais a Estratégia avaliará até que ponto as comunidades estão implementando uma abordagem esperada do programa.

De acordo com essa premissa apresentada são fornecidos três tipos de suporte a serviços:

1. Habitação com apoio para ajudar os novos moradores a encontrar habitação, mudar-se e manter essa habitação;
2. Apoios clínicos que fornecem ou facilitam o acesso à saúde e assistência social para ajudar essa população a alcançar a estabilidade da habitação e incentivar o bem-estar;
3. Apoios complementares, como assistência para encontrar emprego, trabalho voluntário e acesso ao treinamento oferecido caso a caso para ajudar os novos moradores a melhorar sua qualidade de vida, integrar-se na comunidade e, na medida do possível, alcançar a autonomia.

A colaboração dos prestadores de serviços que fornecem esses apoios é fortemente encorajada e esperada. A abordagem do programa Housing First requer uma prestação de serviços colaborativa para garantir que as pessoas que estão cronicamente e episodicamente sem-teto recebam os apoios que eles precisam no momento certo e pelo serviço apropriado. Habitação, provedores de serviços clínicos e complementares trabalhariam juntos para atender todas as necessidades do indivíduo. A colaboração também é necessária para evitar a duplicação de serviços na comunidade e garantir a criação de um programa sustentável.

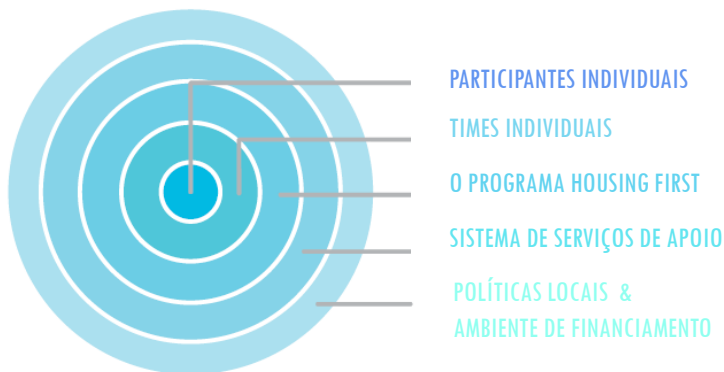
Os suportes podem ser especificados como:

1. Suporte habitacional

Os suportes habitacionais podem ser entregues através dos serviços de provedores habitacionais existentes. Além disso, as comunidades podem precisar criar equipes de suporte de habitação suplementares ou disponibilizar agentes de divulgação das moradias. Essas

equipes trabalhariam com aqueles que fornecem suporte clínico e suporte complementar. As principais atividades daqueles que fornecem apoio habitacional podem incluir:

- Trabalhar com abrigos e indivíduos que vivem na rua para identificar e localizar participantes para o programa;
- Assegurando habitação para os novos moradores, trabalhando com grupos como associações locais privadas e públicas de imóveis e proprietários para identificar unidades habitacionais que podem vir a ser usadas no programa;
- Determinar as preferências e as necessidades de habitação de cada caso e tipo de suporte;
- Construindo e mantendo relacionamentos com os proprietários;
- Fornecendo assistência de instalação nos apartamentos;
- Gerenciando subsídios de aluguel de curto prazo com limite de tempo com o objetivo de transição dos participantes para o sistema estadual/municipal de suporte ou outras soluções sustentáveis para longo prazo;
- Solicitando ou negociando acesso a habitação social, moradias sem fins lucrativos, suplementos de aluguel entre outros;



2. Suportes clínicos

Os suportes clínicos orientados para a recuperação da saúde dos novos moradores são necessários para que a maioria mantenha a estabilidade da habitação, melhore a qualidade de vida e, na medida do possível, consiga atingir a autossuficiência. Os serviços clínicos baseados na autodeterminação do indivíduo são fornecidos por uma abordagem de gerenciamento de casos, que fornece ou liga cada novo morador aos serviços necessários de saúde mental e dependência química.

A abordagem de gerenciamento de casos clínicos inclui serviços de apoio de divulgação/encaminhamento para tratamento existente em comunidades ou serviços de saúde oferecidos por estados e regiões, para uma coordenação mais intensiva com especialistas multiprofissionais. Em todos os casos, os tipos de serviços oferecidos através do gerenciamento de casos refletem a avaliação de necessidades

autodeterminada dos clientes e serão realizados na configuração da comunidade. Essa abordagem garante que cada caso receba o apoio necessário para manter sua habitação. Os gerentes de casos também se coordenariam com a Equipe de Habitação e os prestadores de serviços complementares que forem necessários.

Somente atividades específicas sob apoio clínico seriam elegíveis para financiamento sob a política da Estratégia de Parceria para População de Rua (HPS). A provisão direta de apoios clínicos (como psiquiatras, médicos, conselheiros de dependência) não é elegível para financiamento sob a política da Estratégia de Parceria (HPS). Do ponto de vista dessa política, a provisão direta de suporte clínico cria dependências de demandas que podem não ser sustentáveis a longo prazo. As comunidades são, portanto, fortemente encorajadas a se relacionar com os serviços clínicos existentes. Isso poderia assumir a forma de acessar equipes clínicas existentes ou conectar-se aos serviços principais. Um coordenador ou gerente de casos ou uma equipe de suporte poderia ser contratado para esse fim.

As comunidades possuem serviços locais de saúde e de assistência social que podem ter os conjuntos de habilidades disponíveis necessários para a prestação de serviços clínicos. É esperado que os prestadores de serviços do programa coordenem os suportes para os indivíduos sem duplicar os serviços existentes.

3. Suportes complementares

O acesso a outros apoios além da habitação e clínica geralmente é uma prioridade para os serviços do Housing First. Embora não sejam necessariamente o foco inicial para uma abordagem ou intervenção, eles podem ajudar a promover os objetivos de longo prazo da reintegração na comunidade e reconquista da autonomia.

Esses apoios incluem o fornecimento de acesso a:

- Apoio de renda a quem está elegível;
- Habilidades para a vida (cuidados da casa, orçamento doméstico, preparação de refeições);
- Apoio pré-emprego e ponte para o mercado de trabalho;
- Serviços para apoiar oportunidades educacionais (tutores);
- Apoio para reduzir o isolamento (trabalho voluntário).

Um fator na melhoria da estabilidade da habitação a longo prazo para esses indivíduos é fornecer apoios que os ajudem a se integrar

na comunidade. Por exemplo, os apoios ao emprego os ajudariam a participar do mercado de trabalho, sempre que possível. A educação proporcionada por meio de voluntariado da comunidade ajudaria os novos moradores a aprender habilidades para participar no mercado formal de trabalho, além do apoio de antigos participantes do programa, o que os auxiliaria a se inserir na comunidade como um todo.

Homeless Individuals and Families Information System (HIFIS) – Sistema de informação de indivíduos desabrigados e famílias.

HIFIS é um serviço nacional de informação que:

- Ajuda os provedores de serviços com suas operações diárias e atividades de planejamento através de software gratuito e fácil de usar;
- Inclui recursos para rastrear e apoiar a gestão das atividades do Housing First;
- Coleta dados sobre o uso do abrigo para ajudar a desenvolver um retrato nacional da população de rua.

Modelos de como organizar suportes habitacionais, clínicos e complementares

O Gerenciamento Intensivo de Casos (ICM) e o Tratamento Assertivo Comunitário (ACT) são dois modelos de gerenciamento de casos do programa Housing First (HF) que possuem padrões bem definidos e uma forte base de evidências. Esses modelos representam as duas principais formas pelas quais os apoios habitacionais, clínicos e complementares são organizados e fornecidos aos inscritos no programa. Deve-se notar que cada um desses modelos pretende ser entendido em um continuum e não como padrões absolutos. Também é esperado que as comunidades adaptem esses modelos de acordo com sua situação local.

Na prática, a maioria das comunidades aplica ICM e ACT de forma muito ampla, organizando habitação e apoios clínicos e complementares fornecidos aos clientes desabrigados com base na configuração particular da comunidade e as necessidades autodeterminadas de cada indivíduo.

Gerenciamento Intensivo de Casos (ICM)

O Gerenciamento Intensivo de Casos (ICM) é um modelo de equipe em que os funcionários do programa, trabalhando sozinhos ou em

grupo, vinculam os desabrigados a habitação convencional, suporte clínico e complementar. Os gerentes de casos fornecem divulgação, desenvolvem relacionamentos e coordenam com outros serviços para ajudar as pessoas a acessar os serviços necessários. As equipes de ICM podem incluir funcionários da equipe de habitação e de apoio complementar, que podem atuar como uma ligação aos serviços clínicos convencionais.

As características específicas do ICM incluem:

- Gestor de casos: auxilia no relacionamento com os inscritos no programa usando uma abordagem orientada para recuperação;
- Administra o acesso aos serviços convencionais que o inscrito identifica como necessários para alcançar seus objetivos;
- Conecta os inscritos à profissionais de saúde, entre outros serviços;
- Geralmente acompanha os indivíduos para reuniões e compromissos em apoio de seus objetivos/necessidades.

Os gestores de casos estão disponíveis numa programação regular, assim como o número de casos geralmente é compartilhado para garantir a cobertura sete dias por semana, doze horas por dia. A relação entre equipe e inscrito geralmente é de um gerente de caso para vinte inscritos.

A duração do serviço é determinada pelas necessidades de cada indivíduo, com o objetivo de diminuir os apoios e a transição para os serviços convencionais o mais rápido possível. Em alguns casos, pode ser possível transferi-los dentro de doze a dezesseis meses.

Tratamento comunitário assertivo

Tratamento Comunitário Assertivo (ACT) é um modelo abrangente, multiprofissional, orientado para a recuperação, que geralmente inclui apoios clínicos abrangentes, como um psiquiatra, médico, enfermeiro e especialistas em abuso de substâncias químicas em uma única equipe, e essa equipe atende a todas as necessidades dos inscritos no programa. Habitação e apoios complementares também podem ser fornecidos pela equipe. Uma equipe de ACT fornece um serviço intensivo centrado nos indivíduos que apresenta problemas significativos de saúde mental e/ou vícios. Eles fornecem uma gama de apoios diretamente para aqueles que não estarão prontos para a integração na sociedade por algum tempo (por exemplo, serviços de recuperação e bem-estar, apoio aos pares, integração de suporte à saúde mental e dependência).

As características das equipes ACT incluem:

- Uma equipe multidisciplinar de profissionais de saúde que fornece serviços de cuidados aos inscritos;
- Os membros da equipe estão disponíveis vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana e oferecem suporte em tempo real;
- A equipe ACT se reúne regularmente com o novo morador e entre si (pode ser diariamente);
- A equipe é móvel, muitas vezes atendendo cada indivíduo em sua casa;

A proporção de pessoal de ACT para cada inscrito é geralmente uma equipe de ACT para cada 10 indivíduos. A equipe é acionada pela escolha do cliente, apoio aos pares e uma orientação de recuperação. Também são oferecidos serviços por tempo ilimitado, com transferências planejadas para serviços de baixa intensidade para aqueles que se tornarem estáveis.

Em todos os casos, as comunidades são encorajadas a trabalhar com parceiros locais, autoridades de saúde e províncias /territórios para fornecer serviços coordenados necessários para os clientes de forma sustentável que promova a autossuficiência e que evite criar qualquer tipo de dependência a longo prazo.

Housing First: Análise programática

O programa Housing First foi elencado para estudo de caso por propor, de maneira inédita, a oferta de habitação para população de rua sem pré-requisitos para sua aceitação. Dessa maneira, a moradia é oferecida em primeiro lugar, e os serviços subsequentes vem posteriormente, como tratamento de dependência química, obtenção de emprego, autossuficiência para realizar a manutenção da habitação, entre diversos outros apoios complementares que cada caso demande. Nas situações em que o indivíduo necessite de acompanhamento médico intensivo por doença grave ou corra risco de morte, esses casos demandam tratamento intensivo assistido, pela perda total da autonomia do indivíduo.

A iniciativa do programa se baseia na intersetorialidade de ações para garantir resultados continuados e permanentes. Também trabalha ativamente com as governanças e comunidades locais para melhor se adaptar à sua realidade e a preparar a população para receber os participantes de volta a sociedade.

Por se tratar majoritariamente de habitações ofertadas em edifícios privados, escolhidos pelos inscritos, podem haver uma série de conflitos entre locatários e locadores com os novos moradores que ainda estão reaprendendo a viver em sociedade, a lidar eventualmente com dependência química ou doenças mentais, o que muitas vezes pode gerar o despejo do participante do programa de sua moradia. Por

esta razão, a mediação de conflitos e sua prevenção pelos agentes qualificados é essencial.

Os serviços de saúde e orientação estão sempre disponíveis para os participantes, que contam cada um com agentes capacitados para tal e equipes especializadas, seja em saúde mental ou física.

O financiamento, por sua vez, varia de acordo com a localidade ao qual o programa é adotado, buscando parceiros privados, acionistas, agências, entidades beneficentes, de caridade e ONG's, todos eles parceiros que atuam na gestão do programa de acordo com suas prerrogativas de ações, oferecendo serviços de cuidados de maneira compreensiva e engajada. A manutenção desses investidores é aumentada quando há avaliação continuada dos resultados e performance seja da evolução dos participantes, seja do programa como um todo.

O fato de se adaptar às comunidades locais, e a partir dessa especificidade implantar o Housing First, torna o programa flexível e mais possível de se alcançar o sucesso em combater a falta de moradia para a população de rua e lhes ajudar a recuperar sua autonomia. No entanto, como é incorporado as realidades locais é recomendado que as lideranças do programa sejam atuantes e fortes para preservar os princípios - chave do programa, assim como para buscar alternativas de financiamento caso elas mudem durante o processo de sua implantação.

Pontos chave:

- Oferta de habitação sem pré-requisitos;
- Trabalho intersetorial;
- Parcerias de financiamento diversificadas;
- Autoavaliação continuada através de pesquisa e sistemas de informação;
- Engajamento da comunidade;
- Princípios -chave inalteráveis e guiadores;
- Mediação continuada de conflitos entre comunidade e locadores/locatários;

3.2 Social Bite Village²

A empresa social Social Bite começou sua jornada em 2012 ao abrir uma pequena loja de sanduiches na Rose Street, em Edimburgo, Escócia. Empregou pessoas da comunidade dos sem-teto quando um vendedor local, morador de rua, pediu um emprego. Em seguida, foi introduzido um serviço “Pay it Forward” (Pague Adiantado) onde os clientes podiam comprar comida antecipadamente para os sem-abrigo. Com o desenvolvimento da empresa, hoje distribuem mais de 100 mil itens de alimentos e bebidas quentes por ano e empregam mais de cem pessoas, muitas delas ex-moradores de rua.

O objetivo do projeto da aldeia Social Bite Village é criar um plano para lidar com a população de rua e sua vulnerabilidade social. Trabalhando ao lado de diversas instituições de caridade, do setor privado e do Estado, pretende-se acabar com o círculo vicioso da falta de moradia para a população, em especial para os trabalhadores da própria empresa.

A base da iniciativa que pretende acabar com a questão da população de rua se baseia em três pilares:

1. Uma casa para viver;
2. Suporte estruturado para lidar com os aspectos psicológicos e psicológicos subjacentes/questões práticas;
3. Um trabalho.

O Social Bite Village pretende criar um ambiente de vida inovador, de baixo custo e seguro para até vinte pessoas por cerca de 12 a 18 meses. Durante este período, receberão suporte extensivo em um ambiente comunitário onde os residentes aprendem novas habilidades e recuperam a autonomia. Os residentes também receberão estágios de trabalho extensivos e suporte à empregabilidade. Após 12-18 meses, contarão com auxílio para a transição para um alojamento permanente e serão providenciados caminhos para os empregadores do mercado formal de trabalho até essas pessoas. Encerrado esse período, outros vinte residentes se instalarão na aldeia.

Os residentes serão compostos por pessoas que vivem em acomodações temporárias sem qualquer tipo de auxílio como abrigos, albergues e B & Bs, e contarão com uma equipe dedicada de suporte da empresa Social Bite e da entidade Cyrenians para ajudá-los na transição para acomodação permanente e emprego. A aldeia proporcionará um ambiente de vida seguro para até vinte indivíduos que

2. Tradução livre. Disponível em: < <http://www.socialbitevillages.co.uk/> >.

moravam nas ruas pelo período de doze a quinze meses, para assim iniciarem a transição de volta a sociedade. O objetivo é apoiar os residentes para que consigam construir e nutrir seus relacionamentos, encontrar emprego, gerenciar sua renda e uma vez que deixem a vila, para conseguirem manter uma residência.

Criando um plano

O objetivo da vila é oferecer o apoio certo, ambiente de vida e oportunidades para alguém de uma situação de sem-abrigo para se tornar um membro independente da sociedade. Ao fazê-lo, a ambição é criar uma solução de círculo completo para a questão da falta de moradia - da habitação ao apoio ao emprego. Espera-se alterar a vida de algumas das pessoas mais vulneráveis da Escócia para melhor: trocar um destino de pobreza e exclusão por um de apoio e inclusão humanitária. Isso, por sua vez, fornecerá um plano para lidar com a população de rua que, se bem-sucedido, pode ser replicado por outros indivíduos particulares, outras instituições de caridade ou governos na Escócia ou outros países. É uma iniciativa pensada para um subconjunto da população sem-teto que tem necessidades menos complexas, que não tem um problema atual de dependência química e são motivados por viver em uma comunidade e alcançar emprego e vida independente. Para eles a vila poderia ser uma solução.

O resultado final será um protótipo de comunidade inclusiva e compassiva que proporcionará um suporte vital em rede para pessoas que estão prontas para serem reinseridas à sociedade, servindo de modelo de como as empresas sociais, a caridade, o conselho municipal e o setor privado podem trabalhar em conjunto em uma solução que busca reestruturar o sistema atual. O principal parceiro na criação do projeto da Vila é a entidade de caridade Cyrenians.

Programa

Durante o período de 12 a 18 meses em que os residentes vivem no local, será oferecido suporte extensivo nas seguintes áreas:

- Lições de culinária;
- Educação financeira;
- Aconselhamento;
- Oportunidades de voluntariado e colocação;

- Oportunidades de emprego e colocação no mercado de trabalho;
- Instalações de esporte e meditação;
- Suporte na aplicação de alojamento permanente;
- Outros requisitos de suporte necessários;
- Período significativo de pós-atendimento quando os residentes se mudarem para um arrendamento permanente.

Assim, os membros da Social Bite Village devem se comprometer a viver uma vida comunitária, pelo que se entende a vida compartilhada de comer e trabalhar juntos, apoiando-se mutuamente em tempos de desafio e de celebração, como parte do processo de recuperação de sua autonomia. Os membros devem comprometer-se a contribuir ativamente para a comunidade como meio de desenvolver suas próprias habilidades, confiança e autoconfiança e com o objetivo de apoiar as pessoas que virão em seguida.

Os membros também estarão envolvidos como voluntários das tarefas da comunidade, assim como participarão de um programa de saúde e bem-estar, oportunidades de treinamento / apoio e emprego, bem como participação na vida comunitária. Aqueles que estão mais estabelecidos na comunidade serão encorajados e apoiados para atuar como mentores de pares para membros mais recentes, atuando como modelo e parte da estrutura geral de suporte, sendo designados como Anjos Comunitários.

A aldeia contará com funcionários, conhecidos como Community Builders (Suporte Comunitário) e Community Concierge (Conselheiros Comunitários), que oferecerão diferentes níveis de suporte e desafio, organizando atividades comunitárias, além de apoio individual e oportunidades para os membros. Eles oferecerão o suporte de outras agências, conforme apropriado, e também fornecerão manutenção da aldeia e estarão presentes no local todos os dias, podendo ser solicitados a qualquer hora. Uma série de empresas locais e regionais de Edimburgo ofereceram uma variedade de oportunidades de emprego. Vários grupos comunitários locais e da cidade também ofereceram seu apoio.

A Vila Social Bite

Composta por dez casas de dois quartos que podem ser movidas e transportadas, a vila foi construída em um terreno de 1,5 acres de terras do município na área de Granton que foram doados à entidade Social Bite pelo Conselho da cidade de Edimburgo em uma base de uso temporário, o que significa que poderá ser usado enquanto seja necessário, com posterior devolução. A vila terá uma área comum onde

os moradores podem comer juntos, socializar, trabalhar, aprender e obter apoio. Ainda contará com espaço para horta, uma granja, e uma oficina de móveis.

Designada como NestHouses , o protótipo das casas é design de Jonathan Avery e Tiny House Scotland, especificamente encomendado para a Social Bite. Edifício de madeira com materiais de alta qualidade, oferecem proteção integral, sendo leve e confortável. A Tiny House Scotland finalizou a construção do protótipo NestHouse em junho de 2016, após dois anos de pesquisa e desenvolvimento para produzir uma pequena eco-casa móvel modular altamente independente.

Eficiente em termos energéticos, ecológicos e sustentáveis, o projeto NestHouse reúne a física da construção com design estético para criar uma nova alternativa para a vida sustentável. O ambiente da casa é significativamente melhorado em comparação aos modelos tradicionais de alojamento temporário para a população de rua, contando ainda com o fato de ser móvel. Sua construção utiliza ideias inovadoras e os materiais são escolhidos a partir de fontes sustentáveis. Toda a madeira da habitação é certificada, sendo projetada para longevidade e facilidade de manutenção.

As casas são baseadas em um modelo de habitação inovador e de baixo custo. O critério para o desenvolvimento do projeto das residências preconiza:

1. Ser um ambiente dinâmico, esteticamente agradável e edificante;
2. Ser pré-fabricado fora do local de instalação e móvel: Cada casa de dois quartos deveria custar até £ 30.000 (cerca de R\$ 125.000).

Social Bite Village: Análise programática

O Programa Social Bite Village foi escolhido como estudo de caso principalmente por se configurar como uma iniciativa de uma empresa privada, sem fins lucrativos. O fator de ter sido elaborado por uma empresa social, a Social Bite, uma rede de cafeterias, já indica que a motivação inicial foi, para além de caridade ou filantropia, um engajamento real nos problemas da sociedade e do papel crucial que a iniciativa privada pode ter na geração de mudança da sociedade.

Sendo a Social Bite uma empresa social, onde o objetivo final não é gerar lucros, mas solucionar problemas sociais específicos, o intuito foi o de promover a criação de um protótipo de programa de reabilitação da população de rua da Escócia que fosse economicamente sus-

tentável, de qualidade, e que servisse como exemplo para políticas públicas, iniciativas privadas ou de caridade interessadas em promover bem-estar da sociedade através da contribuição para o fim do ciclo da falta de moradia. A busca de parceiros diversos para financiamento do projeto e o apoio das esferas públicas de governo foi essencial para a concretização do projeto, no que tange o projeto arquitetônico das casas, sua execução, manutenção do programa e disponibilização de local para sua instalação.

O fator arquitetura de qualidade é algo que também se destaca no programa, pois a preocupação em criar um design sustentável ambientalmente e financeiramente viável, com alta qualidade e conforto, é um princípio norteador essencial para garantir a qualidade de vida e bem-estar dessa população que deixará as ruas.

Dentre os diversos pontos positivos da iniciativa, para além da habitação, estão o atendimento continuado e extensivo dos participantes com acompanhamento da saúde mental e aconselhamento (24 horas por dia). A oferta de diversos cursos de capacitação e profissionalizantes é também primordial para a recuperação da autonomia e desenvolvimento da autoestima dos participantes.

Pontos Chave:

- Empresa social — nova maneira de fazer negócios não voltada para o lucro;
- Foco na moradia e em emprego;
- Suporte continuado e intensivo de conselheiros e de agentes de saúde mental;
- Capacitação profissional;
- Parceiros investidores diversos;
- Qualidade arquitetônica da habitação como melhoria da qualidade de vida;
- Recuperação da autonomia e vida em sociedade e Assistência/Acompanhamento pós participação no programa.

3.3 Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua de São Paulo³

O Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua do Município de São Paulo - Plano Pop Rua, de 2016, é um instrumento orientador para as políticas públicas municipais voltadas à população de rua, elaborado pelo Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua — Comitê PopRua, construído a partir de diversas reuniões e encontros, diálogos e demandas da sociedade civil. O processo participativo permitiu garantir a identificação de diversas demandas e necessidades da população em situação de rua e a elaboração de ações orientadas por eles próprios na implementação de uma Política voltada para a garantia dos direitos humanos.

O Plano se divide em quatro eixos, aqui apresentados com ênfase no Eixo I (Habitação):

Eixo orientador I — Habitação

Objetivo estratégico: Direito à Moradia Digna

Ações programáticas:

a) Programa de Locação Social

Estrutura-se como uma modalidade de provisão de moradia definitiva a famílias de baixa renda em áreas em processo de valorização ou já valorizadas que sejam destinadas para composição de parque público de habitações ou para aluguel parcial ou totalmente subsidiado.

Responsável: Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB).

Ações:

- 1) Destinar 30 (trinta) unidades do Edifício Asdrúbal do Nascimento para a Pop Rua;

3. Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua, 2016. Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Plano%20PopRua.pdf>.

- 2) Destinar porcentagem das novas unidades habitacionais disponibilizadas no município para a Pop Rua; e
- 3) Criar portaria intersecretarial para definição do fluxo de acesso ao Programa de Locação Social e caracterização da demanda.

b) Serviço de Moradia Social

É a ação de iniciativa pública que associa a produção habitacional de interesse social por meio do atendimento emergencial e transitório, destinado a dois segmentos: famílias de baixa renda removidas de seu local de moradia por obras públicas ou por risco ambiental; e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, conforme art. 295 estabelecido na lei 16.050/2014.

Responsável: Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB).

Parceiros: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

Ações:

- 1) Implantar edifícios para Serviço de Moradia Social em cada uma das seis subprefeituras com maior concentração de Pop Rua;
- 2) Criar portaria intersecretarial para definição do fluxo de acesso à moradia definitiva e caracterização da demanda; e
- 3) Cadastramento no Serviço de Moradia Social, entre outras políticas habitacionais, para acesso à moradia definitiva.

c) Serviço de Atenção à Pop Rua com Perda de Autonomia Definitiva

Serviço para atendimento da Pop Rua com perda de autonomia definitiva e com necessidade de cuidados integrais que não estão no período de convalescença, isto é, que possuem condições de saúde e de vida a priori definitivas e que, na ausência de familiares ou outra rede de suporte, necessitam de moradia com suporte presencial das equipes de saúde para auxílio na realização das necessidades humanas básicas.

Responsáveis: Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) / Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB).

Parceiros: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

Ações:

- 1) Construir e implantar Serviço de Atenção à Pop Rua com Perda de Autonomia Definitiva e com necessidade de cuidados integrais que não estão no período de convalescença; e
- 2) Criar portaria intersecretarial para definição do fluxo de entrada no Serviço de Atenção à Pop Rua com Perda de Autonomia Definitiva e caracterização da demanda.

d) Serviço de Cuidados Integrais para pessoas em situação de rua portadora de transtornos mentais severos

Casas no modelo de moradia de longo prazo para até dez moradores, que garantam abrigo às pessoas em situação de rua com transtornos mentais severos, respeitando sua singularidade, com privacidade e liberdade de ir e vir. Esses equipamentos deverão trabalhar de forma articulada com o Centro de Atenção Psicossocial e Unidade Básica de Saúde. Os recursos humanos envolvem cuidadores 24 horas por dia e técnico com formação em nível superior, que colaborarão com a rede intersectorial para a construção dos planos individuais de atenção psicossocial e articulação com demais recursos do território.

Responsáveis: Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

Parceiro: Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) / Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB)

Ações:

- 1) Construir e implantar o Serviço de Cuidados Integrais para pessoas em situação de rua portadora de transtornos mentais severos; e
- 2) Criar portaria intersecretarial para definição do fluxo de entrada no Serviço de Cuidados Integrais para pessoas em situação de rua portadora de transtornos mentais severos e caracterização da demanda.

e) Repúblicas

Unidade de acolhida com característica residencial, desenvolvida em sistema de co-gestão, destinada a atender jovens, adultos e idosos, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores. Conta com supervisão técnico- profissional para a gestão coletiva da moradia. Seu objetivo é acolher e fortalecer os usuários visando à inclusão social, à conquista da autonomia e ao exercício de

sua cidadania, conforme a Portaria 46/2010/SMADS.

Responsável: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

Parceiro: Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB).

Ações:

- 1) Ampliar a oferta de repúblicas, inclusive para jovens e mulheres;
- 2) Criar portaria intersecretarial para definição do fluxo de saída das repúblicas para moradia definitiva e caracterização da demanda;
- 3) Cadastramento no Serviço de Moradia Social, entre outras políticas habitacionais, para acesso à moradia definitiva.

Eixo orientador II – Cultura, Conhecimento e Trabalho

Seção I - Estratégia Pop Rua: Inserção da Pop Rua no mundo do trabalho, com formação e qualificação profissional, visando ao Trabalho Formal, Empreendedorismo, Economia Solidária e/ ou Economia Criativa.

Ações:

- 1) Desenvolver projetos para fomentar associativismo, cooperativismo por meio de formação, incubação (gestão financeira, contábil, econômica, jurídica, organização da produção, desenvolvimento de produtos, comercialização e formação de redes e cadeias produtivas), tendo como principal instrumento a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários, instituída pelo Decreto n° 56884, de 21 de março de 2016 de forma a incluir à Pop Rua;
- 2) Fomentar o acesso da Pop Rua aos serviços de microcrédito;
- 3) Fortalecer ações de economia criativa; e
- 4) Realizar contratações locais e compras públicas sustentáveis com percentual de Pop Rua em projetos da SMC.

b) Cursos profissionalizantes

Ações:

- 1) Aumentar a oferta de vagas de cursos profissionalizantes;

- 2) Criar fluxo de divulgação e ingresso nos cursos;
- 3) Realizar acompanhamento individualizado dos alunos;
- 4) Propor cursos técnicos na área de saúde para Pop Rua.

c) POT - Programa Operação Trabalho

Ações:

- 1) Criar projeto POT específico para a Pop Rua; e
- 2) Criar portaria intersecretarial para definição do fluxo de acesso ao projeto POT e caracterização da demanda.

d) CATe - Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo/ SINE - Sistema Nacional de Emprego

Ações:

- 1) Inserir a Pop Rua que faz cursos e/ou POT à política pública de emprego, trabalho e renda desenvolvida pela SDTE, por intermédio do CATe, por meio da inscrição no Sistema Nacional de Emprego - SINE;
- 2) Articular CATe aos serviços Pop Rua para disponibilizar vagas de emprego formal e outras formas de geração de emprego e renda e acompanhamento profissional individualizado; e
- 3) Construir, a partir do CATe, fluxo de diálogo permanente com empresas para captação de vagas de emprego para Pop Rua.

Seção II – Educação e Cultura

a) EJA – Educação de Jovens e Adultos

Ações:

- 1) Adequar o plano político pedagógico das unidades escolares, incluindo-se a implantação de módulo adicional para atender a retomada da vida escolar com conteúdo e metodologia atrativos à realidade da Pop Rua, por meio de gestão intersecretarial; e
- 2) Incentivo ao despertar de interesse da Pop Rua nos serviços da rede socioassistencial, garantindo o acesso e a permanência deste público em instituições de ensino.

b) MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

Ações:

- 1) Construir módulos do MOVA com conteúdos de interesse da Pop Rua; e
- 2) Criar portaria intersecretarial para definição das formas de construção dos módulos de MOVA com conteúdos de interesse da PopRua, para definição da ampliação das salas de MOVA nos serviços para Pop Rua e caracterização da demanda.

c) CIEJA - Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos

Ações:

- 1) Adequar o plano político pedagógico dos CIEJAS, com conteúdo e metodologia atrativos à realidade da Pop Rua, nos módulos escolares;
- 2) Divulgar os módulos nos serviços voltados à Pop Rua;
- 3) Construir estratégias de acesso e permanência; e
- 4) Construir parcerias para inserção da Pop Rua em cursinhos pré-vestibulares.

d) Educação Básica

Ações:

- 1) Priorizar a busca ativa dos agentes da saúde, assistência social e conselho tutelar para identificar crianças que estão em situação de rua para acesso à CEI para cumprir o direito à educação;
- 2) Criar a busca ativa dos agentes da saúde, assistência social e conselho tutelar para identificar crianças e adolescentes em situação de rua para efetivar o acesso ao Ensino Fundamental e Ensino Médio e demais serviços da Educação Municipal; e
- 3) Acompanhar as famílias, conforme critérios de cadastro do CadÚnico.

e) Tema Pop Rua nas escolas

Ação:

- 1) Incluir o tema da Pop Rua relacionado à inclusão social, direitos humanos, cidadania e políticas públicas no currículo escolar.

f) Programação Cultural Diversificada

Ação:

- 1) Dar continuidade à oferta de programação cultural diversificada através de uma política integrada na abrangência das subpre-feituras de maior concentração de Pop Rua, por meio de ações culturais inclusivas, como Cine Direitos Humanos, SP Cine, cotas sociais do Theatro Municipal, entre outros.

Eixo orientador III – Atendimento Humanizado

Seção I - Serviços de Sobrevivência

a) Centro de acolhida

Ações:

- 1) Continuar a política de implementação de centros de acolhidas para atender aos diferentes perfis, em especial na modalidade República e Autonomia em Foco, e incluir a disponibilização de espaços apropriados para o acolhimento de animais de pequeno e médio porte que eventualmente acompanhem a Pop Rua, conforme Lei nº 16.520 de 22 de julho de 2016, e de carroças;
- 2) Criar prêmio para identificar e disseminar boas práticas dos serviços;
- 3) Construir, em diálogo com o Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), uma proposta de revisão das portarias 46 e 47/2010, conforme o Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- 4) Fortalecer as assembleias dos centros de acolhida, realizando reuniões locais no âmbito de cada subprefeitura;
- 5) Realizar estudo de viabilidade para oferta de verba destinada ao transporte do usuário para atividades externas de natureza socioeducativa, profissionalizante e de lazer; e
- 6) Criar portaria intersecretarial para caracterização da demanda.

b) SEAS - Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua

Ações:

- 1) Reduzir o número de usuários por dupla de profissionais responsáveis pela abordagem social;
- 2) Criar portaria intersecretarial para definição da caracterização da demanda, definição de metodologia de construção e troca de diagnósticos entre profissionais da assistência, saúde, habitação, e direitos humanos, incluindo-se a criação de protocolos e fluxos de atendimento; e
- 3) Incluir o código de endereçamento postal (CEP) dos pontos abordados no preenchimento do formulário de atividades da equipe;
- 4) Continuidade e ampliação da estratégia de atendimento transversal para as pessoas na rua e em situação de rua que fazem uso das ruas para o consumo abusivo de substâncias psicoativas, a exemplo do SEAS - Modalidade 4.

c) Centro Pop/CREAS/Núcleo de Convivência

Ações:

- 1) Ampliar a verba destinada a oficinas e atividades ofertadas nesses serviços;
- 2) Criar edital específico para as atividades culturais, envolvendo a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) na gestão compartilhada;
- 3) Incluir a previsão de oficineiro nos Núcleos de Convivência; e
- 4) Designar, em cada serviço referenciado no CREAS e no Centro POP, ao menos um profissional responsável por preencher o sistema SISA e operacionalizá-lo.

d) De Braços Abertos

Ação:

- 1) Implantar o programa De Braços Abertos nas subprefeituras com pontos de concentração de uso abusivo de substância psicoativa e ampliar as vagas nos territórios onde o programa é realizado.

e) Espaço de Moradia para Tratamento e Acompanhamento Supervisionado para Pop Rua com TB, HIV, Hepatites

B e C

Ações:

- 1) Construir e implantar Espaço de Moradia, Cuidado e Tratamento supervisionado para pessoas em situação de rua com HIV/Aids, Tuberculose e Hepatites Virais; e
- 2) Criar portaria intersecretarial para definição do fluxo de entrada no Espaço de Moradia, Cuidado e Tratamento supervisionado para pessoas em situação de rua com HIV/Aids, Tuberculose e Hepatites Virais e caracterização da demanda.

f) Consultório na Rua (CnaR)

Ações:

- 1) Priorizar os encaminhamentos vindos do Consultório na Rua na rede pública de saúde;
- 2) Criar portaria intersecretarial para caracterização da demanda, para implantar e/ou realocar equipes de CnaR aos territórios prioritários onde o serviço ainda é inoperante; e
- 3) Inserir a Pop Rua na rede de cuidados em saúde local, como as Unidades Básicas de Saúde, Centros de Atenção Psicossocial, Centros de Tratamento DST/Aids, dentre outros, e como qualquer outro cidadão e munícipe desta cidade, deverá acessar o Sistema Único de Saúde - SUS, independente da presença de Consultório na Rua no seu local de referência.

g) SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

Ações:

- 1) Ampliar o serviço do SAMU para redução no tempo de atendimento; e
- 2) Disseminar informações à Pop Rua das situações em que o SAMU deve ser acionado.

h) Serviços de Convalescência para Pop Rua

Ações:

- 1) Efetivar os Serviços de Convalescência com gestão híbrida nas subprefeituras de maior concentração da PopRua; e
- 2) Criar portaria intersecretarial para definição do fluxo de entrada nos Serviços de Convalescência para PopRua e caracterização da

demanda.

i) Tratamento à PopRua nas ações de zeladoria urbana

Ações:

- 1) Continuidade do monitoramento das ações de zeladoria urbana;
- 2) Ofertar formações continuadas aos agentes da zeladoria urbana nas subprefeituras de maior concentração de PopRua e nas demais que eventualmente solicitarem; e
- 3) Encaminhar queixas e denúncias à Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos para apuração dos casos de violação de direitos.

Seção II - Serviços de Cidadania

a) UOM - Unidade Odontológica Móvel

Ações:

- 1) Implantar UOMs para cobertura nas Coordenadorias Regionais de Saúde;
- 2) Criar portaria intersecretarial para definição do fluxo de acesso a UOM e caracterização da demanda; e
- 3) Inserir a PopRua na rede de cuidados em saúde local, como as Unidades Básica de Saúde, Centros de Atenção Psicossocial, Centros de Tratamento DST/Aids, dentre outros, e como qualquer outro cidadão e munícipe desta cidade, deverá acessar o Sistema Único de Saúde - SUS, independente da presença de Unidades Odontológicas Móveis no seu local de referência.

b) Bagageiros

Ações:

- 1) Implantar serviço específico de bagageiro na área de abrangência das subprefeituras de maior concentração de PopRua; e
- 2) Adequar os bagageiros existentes nos equipamentos de atenção à PopRua para ampliar a segurança, a capacidade e a utilização.

c) Restaurante Comunitário

Ações:

- 1) Implantar restaurantes comunitários, de preferência restaurantes-escola, integrando a PopRua ao funcionamento nas subpre-feituras de maior concentração de PopRua; e
- 2) Realizar estudo de viabilidade para a oferta de vale-refeição à Pop Rua.

d) Banheiros Públicos

Ações:

- 1) Implantar banheiros públicos, incluindo a PopRua na manutenção e zeladoria dos equipamentos, mediante capacitação;
- 2) Criar portaria intersecretarial para caracterização da demanda; e
- 3) Avaliar a possibilidade de reabertura dos banheiros públicos desativados.

e) Fonte de água potável

Ações:

- 1) Implantar fontes de água potável, incluindo a PopRua na manutenção e zeladoria dos equipamentos mediante capacitação; e
- 2) Criar portaria intersecretarial para caracterização da demanda.

f) Acesso à internet

Ação:

- 1) Realizar estudo de viabilidade para implantar, gradualmente, internet sem fio (Wi-Fi) gratuita em todos os Centros de Acolhida, Centros Pop, CREAS e Núcleos de Convivência.

Seção III - Mobilização

a) Campanhas de visibilidade

Ações:

- 1) Realizar campanhas massivas de mobilização para conscientização da sociedade civil quanto à realidade da PopRua, incluindo estratégias de comunicação e intervenções artísticas e culturais; e
- 2) Promover ações nas escolas para divulgação de informações referentes à PopRua, incluindo o Dia Nacional de Luta da População de Rua - 19 de agosto.

b) Acesso à informação

Ações:

- 1) Realizar campanhas de disseminação de informação para a PopRua sobre os serviços a ela ofertados, incluindo a divulgação pelos serviços da prefeitura dos critérios para gratuidade ao transporte do desempregado, conforme Decreto Municipal nº 56.585 de 9 de novembro de 2015; e
- 2) Capacitação dos servidores públicos acerca da realidade da PopRua.

Eixo orientador IV – Gestão

Ações programáticas:

a) Comitê PopRua

Ações:

- 1) Assegurar a participação da SMDHC/Coordenação PopRua nos seguintes conselhos participativos: Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), Conselho Municipal de Saúde (CMS) e Conselho Municipal de Habitação (CMH), Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
- 2) Ofertar formação específica aos membros do Comitê acerca da política para PopRua, a cada nova gestão; e
- 3) Fortalecer as ações de acompanhamento aos serviços voltados à PopRua.

b) Ouvidoria Pública de Direitos Humanos

Ação:

- 1) Ampliar canal de denúncia para a apuração de casos de violação de direitos, garantido o atendimento à PopRua.

c) Capacitação transversal e territorial

Ação:

- 1) Implantar equipe intersecretarial para desenvolver a formação transversal dos profissionais que trabalham com a PopRua, incluindo agentes públicos na ótica do “cuidado ao cuidador”.

d) Contratação da PopRua aos serviços municipais

Ação:

- 1) Criar mecanismos nos editais dos órgãos municipais que estimule a contratação da PopRua pelas OSCs e empresas prestadoras de serviço à prefeitura.

e) Central 156

Ações:

- 1) PopRua ser incluída permanentemente como uma das opções de atendimento do menu principal; e
- 2) Revisar o protocolo de atendimento em conjunto com o Comitê PopRua anualmente.

f) CAPE – Coordenadoria de Atendimento Permanente e de Emergência

Ações:

- 1) Criar uma central que reúna todas as vagas de acolhida para gerenciamento com funcionamento 24 horas e que efetive os dos usuários.

g) Sistemas de Informação

Ações:

- 1) Criar equipe para realizar o monitoramento do andamento dos casos pelo SISA e o cruzamento de informações com outros

sistemas;

- 2) Divulgar semestralmente os dados do CUBUS em relatórios gerenciais com informações dos serviços, em formato aberto e resguardada a privacidade da Pop Rua; e
- 3) Implementar metodologia de disseminação de informações relevantes dos serviços com interface entre sistemas, com o objetivo de identificar vagas de acolhimento, pontos de concentração de PopRua, abordagens por território,.

Plano Pop Rua municipal: Análise programática

O Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua contém uma série de eixos, como cidadania, trabalho, saúde, educação e habitação, desenvolvendo para cada tópico ações programáticas para sua estruturação, de modo a atender de maneira mais efetiva as necessidades da população de rua.

O eixo Habitação aparece como item inédito em uma política para Pop Rua, para qual tradicionalmente é ofertada como única alternativa de moradia os centros de acolhida. O plano, por sua vez, apresenta cinco estratégias para o acesso à moradia digna, baseadas em algumas estratégias do Caderno para Discussão Pública - PMH, de 2016, da Prefeitura de São Paulo. Dentre elas estão o Programa de Locação Social, o Serviço de Moradia Social, assim como a proposição do Serviço de Atenção à Pop Rua com Perda de Autonomia Definitiva, e, por fim, a oferta de Repúblicas.

O eixo Cultura, Conhecimento e Trabalho tem como objetivo fortalecer os vínculos educacionais e profissionais da população em situação de rua, incluindo ações de inclusão nos equipamentos de cultura. Em Educação e Cultura, a alfabetização e ensino básico são o foco das estratégias e ações propostas.

Na seção dos Serviços de Cidadania, destacam-se o atendimento às necessidades básicas do cidadão, por meio de itens emergenciais e indispensáveis, pois colaboram para a saúde dessa população e proporcionam um mínimo de dignidade, por meio da implantação de bebedouros e banheiros públicos. A manutenção e zeladoria desses equipamentos seria realizada pelos próprios usuários.

Por fim, item importante considera assegurar a participação do Comitê Pop Rua, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SMDHC), nos Conselhos Municipais, para garantir a representação da população de rua de maneira intersecretarial e transversal. A cada nova gestão os membros do Comitê passariam por formação específica acerca da política para Pop Rua para fortalecer as ações de acompanhamento

aos serviços voltados a essa população.

Pontos Chave:

- Moradia digna através do Plano Municipal de Habitação: Locação Social e Serviço Social de Moradia;
- Trabalho intersecretarial e transversal;
- Participação do Comitê PopRua em Conselhos gestores estratégicos;
- Promover educação e cultura;
- Cuidados continuados e assistidos;
- Serviços de cidadania ampliados e socialmente compreensivos;
- Sistema de informação e divulgação para PopRua.

3.4 Departamento da População de Rua e Habitação de Apoio - Department of Homelessness and Supportive Housing (HSH) da cidade de São Francisco, CA, EUA⁴

Através da prestação de serviços coordenados, individualizados e de alta qualidade, o Departamento da População de Rua e Habitação de Apoio (HSH) pretende tornar a falta de moradia na cidade de São Francisco rara, breve e única. Lançado em 1 de julho de 2016, o Departamento combina os principais programas e contratos de atendimento aos desabrigados do Departamento de Saúde Pública (DPH), da Agência de Serviços Humanos (HSA), da Câmara Municipal de Habitação e Desenvolvimento Comunitário (MOHCD) e o Departamento de Jovens e suas Famílias (DCYF). Este departamento consolidado e intersecretarial tem um foco singular na prevenção e rompimento do ciclo da falta de abrigo para a população de São Francisco.

O Departamento visa oferecer assistência e apoio a jovens, adultos e famílias desabrigados e em risco de irem para as ruas para prevenir episódios iminentes de aumento da população de rua na cidade. Para isso conta com diversos serviços de apoio e estratégias, incluindo atividades de divulgação, prevenção, centros de ingresso, moradias de transição, habitação de apoio, abrigos de emergência, subsídios de aluguel de curto prazo e serviços de apoio para ajudar as pessoas a sair das ruas.

Um processo de planejamento estratégico ocorrerá durante o primeiro ano de operação do Departamento para determinar os objetivos a longo prazo e as ações as quais será responsável. Alguns desses objetivos são:

1. Tirar das ruas oito mil pessoas nos próximos quatro anos reduzindo o período de tempo em que esses indivíduos permanecem sem moradia, reduzindo o crescimento da população de rua;
2. Desenvolver uma estratégia e um plano para enfrentar a falta de moradia em São Francisco;
3. Prioridades do novo departamento: implantar o programa Housing First - um sistema focado em habitação permanente e um modelo de reabastecimento rápido com base na cultura dos serviços centrados no cliente - no sistema de atendimento e habitação da cidade continuando a avançar em direção a um sistema totalmente coordenado com transparência no processo de alocação da habitação, priorizando aqueles que estão vivendo a mais tempo nas ruas.

4. Tradução livre. Disponível em: < <http://hsh.sfgov.org/> >.

Alocação de habitação para famílias

Entre as ações do Departamento está o financiamento de subsídios de aluguel de curto prazo para famílias que podem ser utilizados no mercado imobiliário privado. Esta assistência fornece serviços de apoio durante o período do subsídio às famílias que deixaram as ruas.

Habitação de apoio permanente para famílias

O Departamento faz parcerias com várias organizações sem fins lucrativos para fornecer serviços de habitação e de apoio às famílias que vivem nas ruas.

Habitação permanente para adultos

O Departamento administra moradias de apoio local e financiadas pelo governo federal para fornecer habitação acessível a longo prazo com serviços sociais no local para pessoas que enfrentam a falta de moradia crônica.

Os programas de habitação para adultos de São Francisco oferecem moradia para aqueles sem residência e de baixa renda, bem como para casais filhos. Algumas das unidades disponíveis estão em hotéis que foram renovados por seus proprietários e são gerenciados por organizações sem fins lucrativos, que também oferecem serviço de suporte. Outras habitações são fornecidas em prédios de apartamentos que atendem aos requisitos específicos de elegibilidade demarcados pelo Departamento.

O acesso direto à habitação

O Acesso Direto à Habitação (DAH) é um dos programas permanentes de habitação de apoio do Departamento para adultos sem filhos. O DAH fornece moradia permanente para adultos desabrigados de baixa renda com necessidades especiais. Um programa de “limiar baixo” pois aceita adultos em habitação permanente diretamente das ruas, abrigos, hospitais e centros de cuidados prolongados. Por esta razão, o DAH se esforça para ajudar os inquilinos a estabilizar e melhorar suas condições de vida, apesar dos diagnósticos de doença mental, abuso de álcool, dependência química e / ou condições médicas complexas.

Único na prestação in-loco de serviços de suporte e de cuidados, a DAH atualmente abriga mais de 1.700 pessoas em trinta e oito

edifícios. Os inquilinos vivem de forma independente em suas próprias unidades, com acesso a serviços de suporte no local e funcionários de apoio que atendem 24 horas por dia, se necessário. A equipe de serviços de apoio auxilia os inquilinos nas seguintes atividades:

- Acesso a tratamento médico, mental e de abuso de substâncias psicoativas;
- Alimentos e roupas: preparação e cuidados;
- Interface com gerenciamento de propriedades para auxiliar na prevenção de despejo;
- A equipe de apoio também oferece outros serviços sociais e gerenciamento de casos individualmente.

1. Acesso a médicos

O cuidado médico é fundamental para o sucesso do programa Acesso Direto à Habitação (DAH). Todos os inquilinos podem optar por ter acesso a cuidados primários e / ou psiquiátricos através da Clínica de Saúde Urbana. Além disso, alguns edifícios têm uma enfermeira registrada no local para auxiliar os inquilinos com a administração de medicamentos e fornecer gerenciamento de casos de enfermagem.

2. Elegibilidade, Acesso e Referência

O sucesso da DAH depende da capacidade de colocar cada indivíduo na configuração mais adequada às suas necessidades. A variada disponibilidade de locais de habitação e o sistema de priorização de referência individual permite a colocação personalizada com base nas necessidades clínicas da população de rua, contando para isso com uma Equipe de Acesso e Referência DAH (DART).

O DAH trabalha com os provedores de serviços de São Francisco para manter uma demanda ativa de pessoas que receberão o benefício. Esses indivíduos são priorizados para o acesso à habitação com base no seu nível de gravidade médica, situação de vida atual, correspondência entre suas necessidades e serviços disponíveis no local, e disponibilidade e adequação de uma unidade DAH.

Para serem elegíveis para a DAH, esse candidato deve:

- Atualmente estar em situação de rua;
- Ter um diagnóstico de saúde mental e / ou um diagnóstico de uso de álcool / substância e / ou apresentar um quadro complexo de necessidades médicas;
- Residentes da cidade de São Francisco;

- Ser considerado “de extrema baixa renda”;
- Indicado por um gerente de caso ou assistente social.

Habitação de apoio para jovens em idade transitória

O Departamento administra habitação de apoio para jovens em idade de transição (18-24 anos) que deixaram as ruas.

Todos os jovens que buscam moradia são encaminhados a uma das agências de pontos de acesso identificadas para enviar um pedido de participação. O Gabinete de Habitação e Desenvolvimento Comunitário da prefeitura gerencia um portal online para oportunidades de aluguel, assim como para oportunidades de compra de imóveis a preços acessíveis em São Francisco.

Programa de Prevenção e Divulgação para Pop Rua - Homeless Outreach Team (SFHOT)

O programa de Prevenção e Divulgação para População de Rua de São Francisco (SFHOT) conecta os habitantes desabrigados com serviços de assistência médica e abrigo para ajudá-los a sair das ruas e estabilizar suas vidas. O SFHOT utiliza uma abordagem multidisciplinar para atender pessoas que vivem nas ruas. O programa também fornece assistência financeira a indivíduos e famílias com risco iminente de serem despejados, de modo a auxiliá-los a manter sua habitação ou encontrar moradias alternativas adequadas antes do despejo acontecer.

O SFHOT foi desenvolvido pelo Departamento de Saúde Pública (DPH) como uma resposta para envolver e estabilizar os indivíduos sem abrigo e vulneráveis, bem como para prevenir os efeitos nocivos da falta de moradia. Atualmente administrado pelo Departamento da População de Rua e Habitação de Apoio (HSH), o programa trabalha em pequenas equipes para fornecer gerenciamento de atendimento e suporte à população em situação de rua que têm doenças graves e correm alto risco de morte. Os serviços são fornecidos por equipes com experiência em questões complexas que são barreiras à estabilidade e autonomia para esta população.

As equipes disponíveis no programa são:

- Equipes qualificadas que oferecem suporte prático, informações, encaminhamento, avaliação detalhada e gerenciamento dos casos mais vulneráveis. Essas equipes de divulgação atuam em estreita colaboração com provedores do Departamento de Saúde Pública (DPH) e outros serviços municipais e comunitários. A coordenação do cuidado é fornecida às pessoas nas ruas para ajudá-los a utilizarem

os serviços oferecidos de modo a evitar a dependência de serviços de emergência e institucionais de alto custo;

- Equipes multidisciplinares que auxiliam os indivíduos a se estabilizarem, abordando os inúmeros problemas do dia a dia e de longo prazo relacionados à falta de moradia. O programa de Prevenção e Divulgação para População de Rua de São Francisco (SFHOT) fornece camas em abrigo e salas de estabilização dentro dos recursos disponíveis;
- Equipe médica que fornece cuidados de saúde usando um modelo adaptado centrado no paciente. A equipe de “medicina da rua” avalia pacientes e estabelece cuidados para doenças crônicas, como saúde médica, saúde mental, uso de substâncias e distúrbios cognitivos;
- Serviços de enfermagem são fornecidos em abrigos para pessoas sem-teto para promover a saúde, prevenir emergências e diminuir a dependência de serviços de ambulância.

Alguns programas de Prevenção e Divulgação para População de Rua são:

- Homeward Bound: reúne pessoas sem-teto que vivem em São Francisco com familiares e amigos dispostos e capazes de oferecer suporte contínuo;
- Prevenção de Despejo: fornece serviços que incluem fundos para pagamento do aluguel para evitar despejos, assistência emergencial de aluguel, fundos de depósito de segurança para entrar em habitação permanente, serviços jurídicos, aconselhamento e outros serviços de suporte.

1. Homeward Bound

O programa Homeward Bound foi concebido para ajudar a reunir as pessoas que vivem nas ruas em São Francisco com seus familiares e amigos dispostos e capazes de oferecer apoio contínuo. Através do Programa Homeward Bound, o Departamento da População de Rua e Habitação de Apoio fornece auxílio transporte para aqueles que são desabrigados, que tenham baixos rendimentos e vivem em São Francisco para se deslocarem até onde se encontram familiares e/ou amigos, desde que apresentem condições para viajarem sozinhos.

2. Serviços de Prevenção de Despejo

O programa oferece serviços de prevenção de despejo, incluindo fundos para pagar alugueis atrasados ou depósito caução, geren-

ciamento de casos, conselhos de orçamento, assistência jurídica e educação sobre direitos do inquilino, entre diversas outras questões. Este programa auxilia famílias de baixa renda que são locatárias em qualquer localidade de São Francisco. É administrado pela Catholic Charities, um parceiro sem fins lucrativos da Agência de Serviços Humanos. Para ser elegível a participação no programa, o indivíduo deve ter a custódia de crianças menores, ser aposentado ou ter 60 anos de idade ou mais.

Equipe de Resolução de Ocupações

O Departamento da População de Rua e Habitação de Apoio (HSH) procura conectar pessoas que vivem nas ruas com serviços e habitação, em parceria com outros departamentos da cidade para atender as condições daqueles que moram nas ruas. Para abordar as ocupações de forma eficaz e humanizada, foi criada pela Prefeitura a Equipe de Resolução de Acampamentos Urbanos (ERT). Durante a ação de resolução, a ERT colabora estreitamente com os moradores da ocupação, vizinhos, proprietários e outros departamentos da cidade para mediar a situação e ajudar as pessoas remanescentes a se conectarem com programas residenciais.

As abordagens às ocupações seguem padrões criados pelo Departamento, de acordo com as recomendações do Conselho Interagências dos EUA sobre População de Rua. Esses padrões incluem:

- Planejar e implementar uma estratégia de resolução/mediação de ocupação que inclua contribuições de todas as partes interessadas, desde as pessoas sem-teto até os residentes da área impactada. Colaborando em setores e sistemas, incluindo a parceria com o Departamento de Obras Públicas, Departamento de Saúde Pública, Departamento de Polícia e a comunidade.
- Fornecer um envolvimento e engajamento intensivos e persistentes através das Equipes de Resolução de Acampamentos Urbanos para a população desabrigada para garantir que as pessoas das ocupações não retornem às ruas;
- Criando vias para serviços de moradia de modo facilitado, sem barreiras, para aqueles priorizados para assistência imediata através de Centros de Informação e Centros de Recursos;
- Documentando os resultados, a fim de melhorar continuamente a resposta à falta de moradia;
- Evitar que as ocupações se reformulem em áreas previamente abordadas por meio do envolvimento contínuo das agências da cidade.

Em seu primeiro ano de operações (agosto de 2016 a agosto de 2017), a ERT resolveu 17 grandes ocupações. Através deste processo,

a ERT auxiliou mais de 450 pessoas, aproximadamente 70% dos quais foram colocadas em programas residenciais durante o processo de resolução.

1. Departamento de Saúde Pública (DPH)

O Departamento de Saúde Pública (DPH) presta cuidados físicos, de saúde mental e de abuso de entorpecentes aos habitantes desabrigados de São Francisco em uma variedade de configurações. A equipe de medicina de rua do DPH trabalha em estreita colaboração com o Programa de Prevenção e Divulgação para População de Rua (SFHOT) para fornecer cuidados e encaminhamentos para pessoas que vivem nas ruas e ocupações, além de fornecer cuidados clínicos em centros de móveis.

O Centro Operante do DPH fornece um lugar seguro para o repouso e avaliação médica para aqueles que são dependentes químicos. Os programas de acesso e eliminação do uso de drogas injetáveis incluem educação, divulgação e limpeza de áreas com descarte de seringas. O DPH é membro da Equipe de Resolução do Acampamento.

Programas de Transição de Habitação

A Habitação Transitória proporciona às pessoas a estabilidade da habitação com um lugar para viver e serviços sociais intensivos por até dois anos, enquanto eles trabalham para recuperar a autossuficiência e a estabilidade da habitação. As pessoas que utilizam o serviço da habitação de transição podem permanecer na habitação de seis meses a dois anos e receber serviços intensivos como educação, treinamento, colocação profissional, aconselhamento sobre abuso de substâncias, aulas para pais e serviços de assistência à infância. Os beneficiários geralmente custeiam trinta por cento de sua renda pelos serviços de suporte e habitação.

A Habitação Transitória é fornecida por parceiros sem fins lucrativos do Departamento da População de Rua e Habitação de Apoio (HSH). São apoios diversificados que oferecem uma gama de opções para diferentes casos:

- Habitação transitória para famílias e mulheres solteiras e/ou com filhos;
- SafeHouse for Women: Abriga mulheres solteiras que deixaram a prostituição;
- Habitação transitória para jovens;
- Instalações para sobreviventes de violência doméstica;

O Conselho de Coordenação Local da População em Situação de Rua

O Conselho de Coordenação Local da População em Situação de Rua, adotando o modelo do “Housing First”, prevê o desenvolvimento de um oferta contínua de serviços cujo objetivo final é prevenir e erradicar a falta de moradia na cidade e na região metropolitana de São Francisco. Todos os esforços visam soluções permanentes e a gama de serviços é projetada para atender às necessidades únicas e complexas de indivíduos que estão ameaçados ou que atualmente estão desabrigados.

Além dos serviços prestados pelo Departamento da População em Situação de Rua e Habitação de Apoio (HSH), existem inúmeros serviços essenciais prestados por parceiros em outras agências da cidade e por organizações sem fins lucrativos. Alguns deles são:

- Web One Home: Uma ferramenta de recursos que auxilia a encontrar habitação a preços acessíveis;
- Um Grau: Uma ferramenta que auxilia a encontrar serviços de suporte;
- Link SF: Ajuda a encontrar abrigo, comida, cuidados médicos, através de uma tecnologia que se baseia na localização do indivíduo e quais serviços oferecidos nesse local.
- São Francisco Assistência para Jovens Adultos: Um recurso para jovens em idade de transição (16-24) que inclui um diretório abrangente de referências de serviços, incluindo: força de trabalho, educação, habitação, bem-estar, advocacia e recreação.
- Wiki: Um guia de recursos colaborativos para divulgar informações sobre vários serviços, incluindo: abrigo, assistência médica, alimentos, jurídicos, emprego e outros;
- Serviço de Prevenção de Suicídio.

Departamento da População de Rua e Habitação de Apoio - Department of Homelessness and Supportive Housing (HSH) da cidade de São Francisco, CA, EUA : Análise programática

A estruturação do Departamento da População de Rua e Habitação de Apoio (HSH) da cidade de São Francisco, EUA, apresenta-se como o estudo de caso mais emblemático, seja por sua própria existência, inédita e experimental, seja por representar um esforço conjunto do poder público de erradicar a falta de moradia para a população de rua de maneira planejada, estratégica, eficiente e intersecretarial. Lançado em 1 de julho de 2016, o departamento combina os principais programas e contratos de atendimento aos desabrigados do

Departamento de Saúde Pública (DPH), da Agência de Serviços Humanos (HSA), da Câmara Municipal de Habitação e Desenvolvimento Comunitário (MOHCD) e o Departamento de Jovens e suas Famílias (DCYF).

O Departamento visa oferecer assistência e apoio à população de rua assim como prevenção de situações que aumentem este ciclo de falta de moradia e abrigo. Para isso conta com diversos serviços de suporte e estratégias, incluindo atividades de divulgação, prevenção, moradias de transição, habitação de apoio, subsídios de aluguel de curto prazo e serviços de apoio para auxiliar essas pessoas a saírem das ruas.

O Departamento tem a ambição de enfrentar a falta de moradia para população de rua em um plano de quatro anos, retirando 8 mil pessoas das ruas. Também conta com um plano de dez anos para manutenção de suas ações e prevenção de novos casos, com o objetivo final focado na erradicação da falta de moradia. Para tanto implantará o programa Housing First, já apresentado neste tópico, para ofertar moradia digna e permanente.

Pontos Chave:

- Institucionalização dos serviços prestados à população de rua através da criação do Departamento da População de Rua e Habitação de Apoio (HSH);
- Plano de erradicação do “homelessness”: falta de moradia para a população de rua, em nível municipal;
- Sistema de informações que avalia e aperfeiçoa a evolução das atividades;
- Programas de divulgação;
- Oferta de moradia de acordo com os princípios do Housing First;
- Diversificação de modalidades de moradia e acolhimento oferecidos;
- Conselhos de Coordenação Locais.
- Serviços de suporte médico e social.

4. POLÍTICA MUNICIPAL DE ACOLHIMENTO E HABITAÇÃO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE SÃO PAULO: DIRETRIZES

O objetivo desse tópico é assimilar os conteúdos apresentados até agora para desenvolver diretrizes de uma política habitacional voltada especificamente para a população em situação de rua de São Paulo. Os planos de habitação, nacional e municipal, assim como o próprio Plano Municipal para a População de Rua (2016), ainda não contemplam essa especificidade que é o morador de rua, de maneira a instrumentalizar, elencar, desenvolver parâmetros de legislação e ações programáticas para instituir uma política pública de habitação.

O esforço inicial foi contemplado com o caderno para discussão pública do Plano Municipal de Habitação de São Paulo de 2016 — que, por sua vez, não foi aprovado em Câmara Municipal — assim como o Eixo I - Habitação, do Plano Municipal para População de Rua.

Ainda que o primeiro não tenha sido aprovado, e o segundo não tenha entrado no mérito de detalhar a proposta de habitação, a partir destes esboços iniciais podem ser pensadas maneiras de se desenvolver uma proposta de política pública de habitação, partindo do princípio de que a conquista da autonomia é o principal objetivo daqueles que habitam as ruas, e a moradia é o primeiro passo para reconquistá-la.

Em um primeiro momento, para desenvolver as diretrizes da política, foi preciso identificar o público alvo, suas diversidades, suas características e diferentes demandas. Em um segundo momento foram estudadas as ações existentes e atuantes que servem como rede de acolhimento para a Pop Rua. Essa análise se mostrou essencial na medida em que permitiu observar qual a abrangência dos serviços prestados, assim como para detectar a existência de carências e obstáculos apresentados nessa rede. Detectadas suas deficiências e qualidades, podem ser propostas novas soluções ou manutenção daquelas que funcionam de maneira eficaz.

A terceira etapa consistiu nos estudos de caso, em sua maioria internacionais, que serviram como parâmetros para o desenvolvimento das diretrizes de política habitacional, pois, nacionalmente, a provisão de moradia ainda não é pensada como solução do “problema” da população em situação de rua. O que de fato se vê é a abundância de serviços que atuam a curto prazo, em especial na oferta de Albergues e Centros de Convivência.

Apresentadas as prerrogativas para o início dos trabalhos, passa-se a definir as bases para o desenvolvimento das diretrizes da agora designada Política Municipal de Acolhimento e Habitação para População em Situação de Rua, baseada em cinco pilares:

1. Sistema de Informações;
2. Habitação;
3. Saúde;
4. Educação e Emprego;
5. Gestão Mista.





SISTEMA DE INFORMAÇÃO

01

SISRUA

A proposta inicial, que atuará como um dos pilares da Política Municipal de Acolhimento e Habitação para a População em Situação de Rua, é a reativação do Sistema de Informações com foco na população de rua, criado pela Prefeitura através da Secretaria do Desenvolvimento Social (SMADS) denominado SisRua — Sistema de Atendimento do Cidadão em Situação de Rua - Acolhimento. O SisRua é um sistema que permite a inserção, atualização e controle dos dados dos usuários da rede socioassistencial em situação de rua. O sistema armazena os dados dos usuários que ficam vinculados aos serviços conveniados (no caso, centros de acolhida) utilizando os registros de abordagens do SEAS — Serviço Especializado de Abordagem a Adultos em Situação de Rua. Os agentes desse serviço devem alimentar este sistema e realizar a movimentação diária que diz respeito à frequência do usuário no serviço. As informações podem ser extraídas por meio de relatórios (www.dados.prefeitura.sp.gov.br).

O segundo serviço de informações municipal que atende a população em situação de rua é o Sistema de Informação do Atendimento aos Usuários — SISA, um sistema de informações que adota cadastramento e prontuário eletrônico unificado para todos os usuários da rede socioassistencial conveniada, e que permite a continuidade e a qualificação do atendimento prestado. O terceiro serviço é o CUBUS, que se trata de uma ferramenta que possibilita pesquisar as informações do sistema, de forma aleatória, possibilitando extrair as informações de maneiras diversas para gerar relatórios (PLANO POP RUA, 2016, p. 34).

Vistas as ferramentas de sistema de informação disponíveis, a proposta desse ensaio é, em um primeiro momento, a reativação do SisRua. Desativado há mais de dois anos, como pôde ser verificado na última atualização do sistema no ano de 2015, entende-se que esse recurso precisa ser reativado, ampliado e aperfeiçoado, a fim de atender não apenas os acolhidos, mas também os que vivem nas ruas.

Baseando-se nos sistemas de informação desenvolvidos por parceiros e agências sem fins lucrativos do Departamento da População de Rua e Habitação de Apoio — Department of Homelessness and Supportive Housing (HSH) da cidade de São Francisco, CA, EUA, que são o Link SF, o Wiki e o Web One Home, é possível desenvolver serviços análogos criando dispositivos que permitam integrar informações relevantes para a população de rua, seja para encontrar centros de acolhida, seja para o conhecimento dos diversos serviços de apoio da rede de acolhimento municipal, de moradia e de benefícios, assim como para divulgação da própria rede de acolhimento.

O SisRua também poderá se espelhar no Sistema de Informação de Indivíduos Desabrigados e Famílias — Homeless Individuals and Families Information System (HIFIS) desenvolvido no programa Housing First (HF), em uma experiência bem-sucedida em diversas cidades e províncias do Canadá. O HIFIS é um serviço nacional de informação que auxilia os provedores de serviços do programa em suas operações

diárias e atividades de planejamento através de software gratuito e de uso simplificado. Também inclui recursos para rastrear e apoiar a gestão das atividades do Housing First, assim como coleta dados sobre o uso de centros de acolhimento para ajudar a desenvolver um retrato nacional da população de rua. Permite ainda uma avaliação continuada da evolução do programa e de seus participantes.

Uma dificuldade que persistiu por todo o desenvolvimento do presente trabalho deveu-se, sobretudo, à falta de informação sobre os programas, ações e medidas específicos para a Pop Rua que estão em funcionamento na atual gestão (assim como aqueles que foram desativados). Não puderam ser encontradas avaliações de desempenho e evolução, e tampouco apresentações formais de alguns programas, com seus objetivos e ações detalhados, seja por cartilha, seja por portarias. São informações que podem estar em poder das próprias secretarias, como podem nem ao menos existir. É curioso observar que informações úteis tanto para a sociedade civil, que pode e deve cobrar medidas do poder público, como para pesquisadores, para o público alvo e para a própria municipalidade, podem inexistir. É fundamental tornar públicas essas informações, especialmente as avaliações de desempenho e relatórios de evolução; e, caso inexistam essas informações, que sejam levantadas e adotadas como parâmetro para sofisticação do desempenho das secretarias.

Visto isso, o SisRua deverá atuar em algumas frentes com o objetivo de municiar tanto a sociedade civil, no que diz respeito às políticas específicas para a população em situação de rua, como a própria população alvo, atuando no sentido de divulgação de material. O sistema pode fornecer informações a respeito de ações, centros de acolhida, atividades de zeladoria pública (e procedimentos que firam os direitos humanos), assim como programas de assistência, como o Cadastro Único, o Benefício da Prestação Continuada (BPC), o Consultório na Rua (CnaR) e programas como Autonomia em Foco, Família em Foco, entre outros diversos serviços; e, especialmente, informações para aplicação em programas de moradia.

O sistema deverá ainda atuar na organização da própria rede de acolhimento e assistência para a população em situação de rua. Por serem atribuições de diferentes secretarias, sendo desempenhadas por diferentes áreas de gestão, a transparência das atividades em desenvolvimento, dos programas, das políticas e ações atuantes da rede de acolhimento é essencial para direcionar esforços onde haja gargalos para sua efetividade, seja pela burocracia, seja por secretarias sobrecarregadas e/ou desequipadas para realizar suas atribuições, entre tantos outros obstáculos para a administração da rede.

Atualizações e avaliações de desempenho dos programas da rede de acolhimento de forma continuada também configuram ações fundamentais, tanto para o sucesso da rede como para a nova proposta de política de habitação para população em situação de rua.

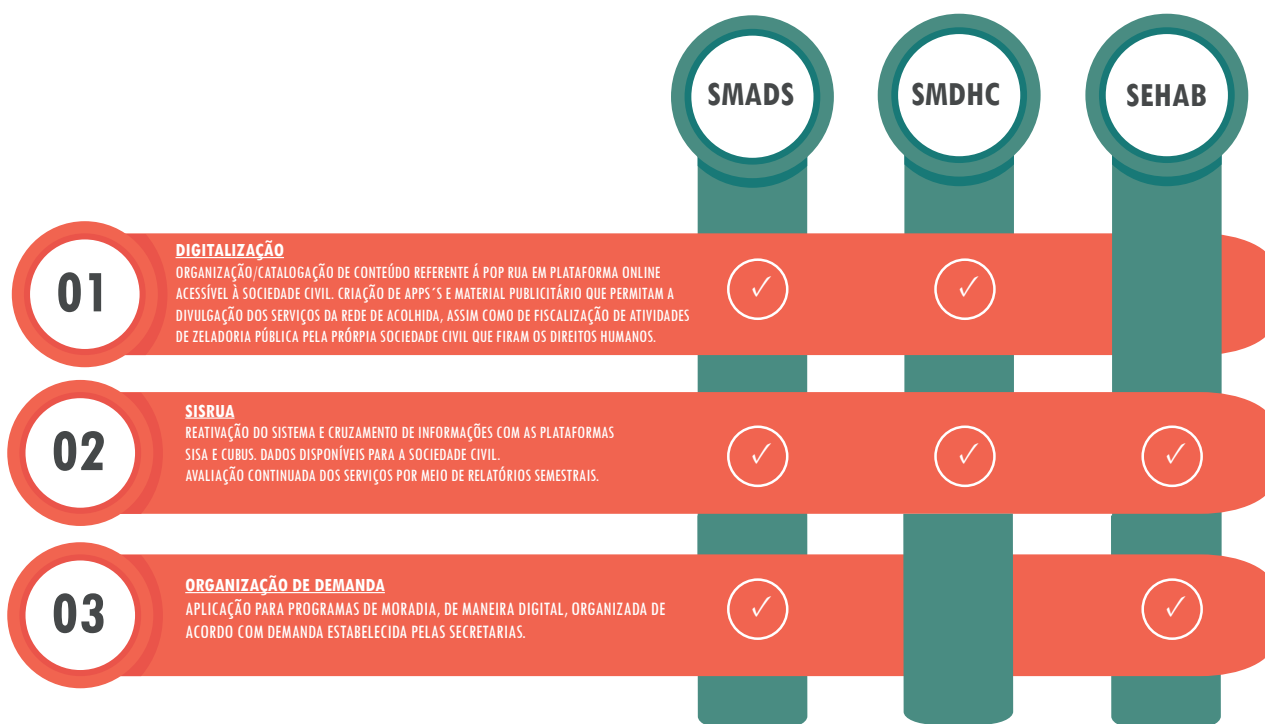
Para ampliar e aperfeiçoar o SisRua, também podem ser sugeridas as ações propostas pelo PLANO POP RUA de 2016, que determina:

1) Criar equipe para realizar o monitoramento do andamento dos casos pelo SISA e o cruzamento de informações com outros sistemas, como o SisRua e o CUBUS;

2) Divulgar semestralmente os dados do CUBUS em relatórios gerenciais com informações dos serviços, em formato aberto e resguardada a privacidade da Pop Rua; e

3) Implementar metodologia de disseminação de informações relevantes dos serviços com interface entre sistemas, com o objetivo de identificar vagas de acolhimento, pontos de concentração de Pop Rua, abordagens por território, temperatura, etc.

O sistema deverá se estruturar, portanto, segundo o infográfico a seguir, de acordo com as atribuições de cada secretaria:



designed by freepik.com



SISTEMA DE ACOLHIMENTO E HABITAÇÃO

designed by  freepik.com

02

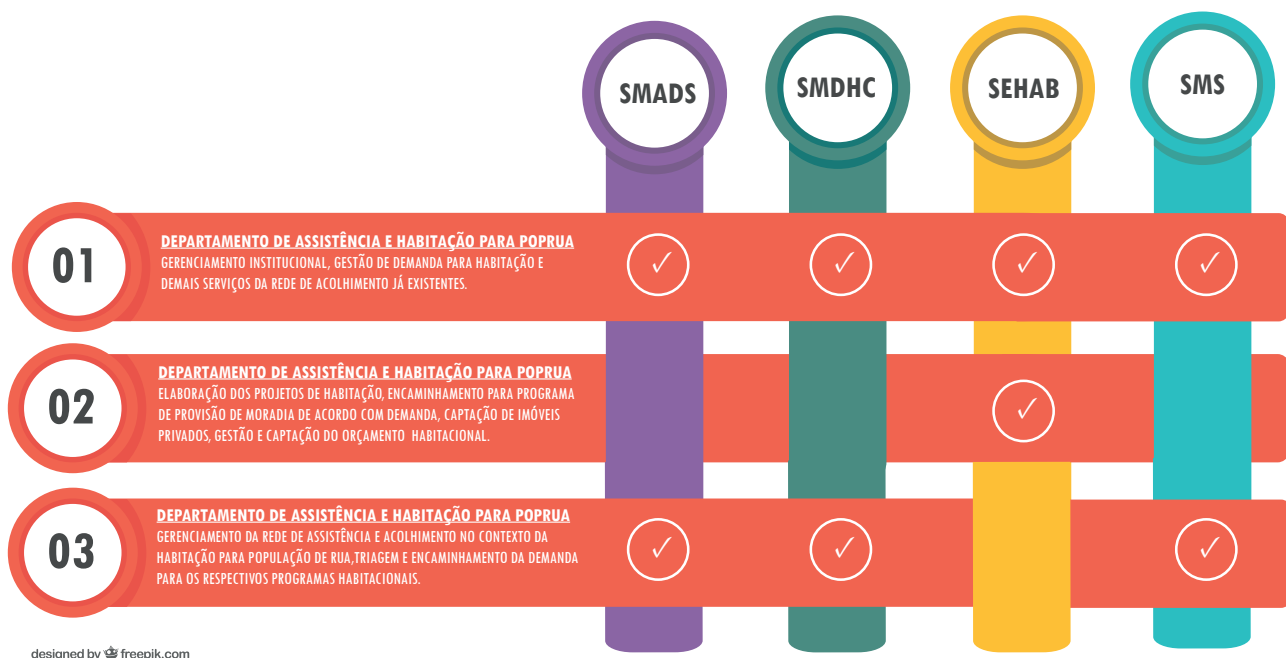
HABITAÇÃO

O pilar “Habitação” da proposta da Política Municipal de Acolhimento e Habitação para População em Situação de Rua baseia-se em diferentes frentes de ação. Como a Política se desenvolverá fundamentalmente de maneira intersecretarial, sua gestão e organização se dará de maneira transversal. O que se propõe aqui é que haja uma reestruturação das atribuições das secretarias, visto que a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social (SMADS) é a secretaria que atualmente dirige a rede de acolhimento e serviços específicos para Pop Rua, acumulando maior responsabilidade na gestão da rede. Dessa maneira, propõe-se então que a Secretaria da Habitação (Sehab) absorva atribuições e responsabilidades pelas políticas envolvendo a população em situação de rua, assim como seja ampliada a atuação da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), que já desenvolvem ações para a Pop Rua.

Neste segundo momento, tendo sido delineado o Sistema de Informações, que permitirá uma melhor instrumentalização das ações de aqui em diante, é proposta a criação de um Departamento de Assistência e Habitação à População em Situação de Rua — Depto Pop Rua, sob coordenação geral da Sehab, SMADS, SMDHC e SMS, mas com autonomia de atuação, pois, como já foi observado, a gestão intersecretarial é fundamental para o desenvolvimento da Política aqui desenvolvida.

A proposta de criação de um departamento específico para a população de rua se baseia diretamente na experiência estadunidense da cidade de São Francisco, por meio do Departamento da População de Rua e Habitação de Apoio — Department of Homelessness and Supportive Housing (HSH), já elencado e avaliado como estudo de caso neste ensaio. A sugestão de criação desse Departamento se deve, sobretudo, à necessidade de se concentrar esforços, programas, políticas e orçamento de maneira focalizada, qualificada e dedicada exclusivamente para o fim de se alcançar a erradicação do “Homelessness” paulista, ou seja, da erradicação do fenômeno de habitar as ruas. O objetivo, sendo ambicioso, ainda que urgente, deve estruturar as medidas e ações específicas para a população em situação de rua. Posto isso, não é escopo deste ensaio detalhar a implementação desse departamento, mas assumir, em um cenário ideal, que, a partir da institucionalização da demanda de políticas públicas para a Pop Rua, se possa delinear a Política Municipal de Habitação e Acolhimento. Também não é escopo desse estudo prever que haja uma estruturação estadual e nacional dessa política, ainda que esse seja o panorama ideal.

De modo geral, as atribuições das secretarias e a gestão do Depto Pop Rua poderão se configurar da maneira apresentada no infográfico da página seguinte:



1. Departamento de Assistência e Habitação à População em Situação de Rua – Depto Pop Rua

1.1 Demanda e grupos prioritários

Sob coordenação da Secretaria Municipal da Habitação (Sehab), da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social (SMADS), da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos (SMDH), o Depto Pop Rua deverá atuar de maneira intersecretarial, e, em um primeiro momento, concentrará seus esforços em elencar a demanda mais urgente para acesso direto à moradia.

Posto as secretarias responsáveis por esse encaminhamento, é preciso retomar os quatro grupos de interesse identificados pela SMADS, que configuram:

1. Família em situação de rua;
2. Acolhidos sós, com autonomia;

3. Adultos jovens de 18 a 35 anos;

4. Idosos dos centros de acolhida.

Assim como os grupos complementares:

1. Egressos do Sistema Carcerário;

2. LGBT's.

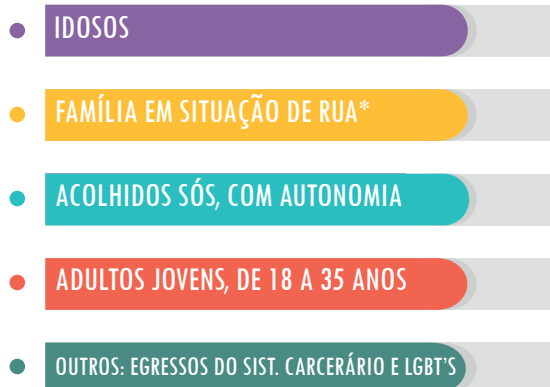
Para além do perfil etário e demográfico, o fator autonomia constitui característica fundamental para o desenho dos grupos que recebem as ações prioritárias pelas SMADS¹. Curiosamente, aqueles que ainda não alcançaram a autonomia plena² não são o foco da secretaria, ainda que sejam extremamente vulneráveis e, se considerados dentro da faixa etária de 31-49 anos (que representam 40,4% dos Acolhidos e 32,2% nas ruas) possam representar um número expressivo de indivíduos (Fipe, 2015). De fato, o que parece acontecer é que essa parcela da Pop Rua (adultos sem autonomia, ou parcialmente autônomos) parece estar mais aos cuidados da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e seus diversos serviços prestados do que propriamente dos programas ofertados pela SMADS.

Dessa maneira, se propõe, em contrapartida para os grupos de interesse já delimitados, a inserção de mais um grupo:

5. Adultos acolhidos e nas ruas sem autonomia ou parcialmente autônomos.

O que de fato se espera e almeja é que toda a diversidade da Pop Rua seja atendida pela Política de Acolhimento e Habitação, mas é necessário delimitar e encaminhar para atendimento prioritário aqueles que se encontram mais vulneráveis, pois a estadia nas ruas é perigosa à vida desses indivíduos.

GRUPOS PRIORITÁRIOS DE ATENDIMENTO



designed by freepik.com

1. Os grupos de interesse foram identificados pela SMADS ao término do seminário com o Observatório de Políticas Sociais e a área de Proteção Especial da mesma secretaria.

2. O termo “Autonomia” é definido pela SMADS da seguinte maneira: “Entendemos por autonomia a capacidade de um indivíduo gerir sua própria vida, tomar decisões por si só, não depender de terceiros.[...] Assim, o autônomo também se caracteriza como aquele cujo rendimento é suficiente para a cobertura de suas necessidades básicas, incluindo os gastos com moradia [...]”.

1.2 Triagem nos centros de acolhida

Denominados “porta de entrada” no sistema de acolhimento, os centros de acolhida atendem à necessidade de moradia de temporária, ou emergencial. Atualmente, dada a generalização dos centros de acolhida como forma tradicional de auxílio à população em situação de rua e a pouca diversificação da rede de atendimento, a população ali encontrada é bastante heterogênea. A ineficácia no critério de admissão, de modo a identificar a diversidade de condições e necessidades específicas daqueles que recorrem ao suporte desse serviço público, dificulta o alinhamento dessas diferenças individuais à diversidade de serviços. Ou seja, é baixa a relação entre a triagem nos centros de acolhida e o encaminhamento para

os centros especiais ou para outros serviços de suporte. Também há uma distância entre os centros de acolhida especiais e a diversidade de condições das pessoas que procuram a rede como, por exemplo, o tempo de chegada à rua e idade, o que, por sua vez, poderia auxiliar no encaminhando dos grupos prioritários ao acesso à moradia (Censo da População em Situação de Rua, 2015).

A diversidade da população abrigada em albergues leva ao pressuposto de que diferentes grupos de pessoas possuem condições diferenciadas para resolução dos problemas básicos de moradia, trabalho, educação e saúde. Em um cenário ideal, poderíamos pensar na saída das ruas a partir desses centros de acolhida provisórios, se o processo de triagem fosse adequado e eficiente. De acordo com os grupos prioritários, aquele de pessoas sós nos centros de acolhida, com e sem autonomia, seria atingido esse propósito. (Censo da População em Situação de Rua, 2015,p.60)

Estendendo a análise da demanda aos centros de acolhida especiais, onde é também pressuposta a diversidade da população acolhida, é possível identificar dentre os albergados um grupo de pessoas que possuem condições bastante favoráveis para sair da condição de rua e que se enquadram nos grupos prioritários de atendimento da SMADS como famílias, idosos, LGBT's e mulheres com filhos. Um grupo que pode ser considerado especial e que, embora não seja expressivo (1% do total de acolhidos), é o de imigrantes, que tem apresentado tendência de crescimento devido a conflitos internacionais, e também merece atenção (Censo da População em Situação de Rua, 2015).

GRUPOS DE ATENDIMENTO AMPLIADO



designed by freepik.com

2. Habitação Direta – Casa Primeiro

Atualmente são impostas condições especiais de preparação para a autonomia, para que posteriormente haja encaminhamento aos diversos serviços de suporte da rede de acolhimento ou mesmo para programas que ofereçam moradia. Essas condições geram entrave para grande parte da população em situação de rua que ainda não alcançou a autonomia plena, e que podem estar enfrentando dificuldades com a dependência química, doenças mentais ou físicas, entre diversos outros obstáculos e violências que a situação de rua impõe à vivência cotidiana.

De modo geral há uma espécie de evolução no acesso aos serviços de acolhimento e moradia disponíveis de acordo com o grau de autonomia que o indivíduo vai conquistando com o tempo:



Esse “percurso em escada”³ para o acesso à uma possível moradia é longo e excludente, e para superar essa situação é proposto nesse ensaio a implantação do “Programa Casa Primeiro”, diretamente baseado na experiência canadense do Housing First, já apresentado e estudado no Tópico 4: Estudos de Caso. O programa implantado no Canadá se mostrou eficiente em reabilitar socialmente a população em situação de rua através da oferta direta de moradia, sem pré-requisitos para aceitação e especialmente captando os mais vulneráveis, aqueles há mais tempo vivendo nas ruas, com doenças mentais severas e dependentes químicos. Trazer essa experiência para São Paulo e adaptá-la a nossa realidade social é uma alternativa plausível e necessária, pois a moradia é o primeiro passo para a reconquista da autonomia e dignidade da população em situação de rua.

Para implantação do Programa Casa Primeiro é preciso traçar algumas diretrizes de trabalho que serão operadas de maneira intersecretarial, mas matricial em sua estruturação, através do Departamento Pop Rua:

3. Segundo informações do Censo da População em Situação de Rua de 2015: As formas como são tratadas as condições para obtenção da moradia em um modelo “escada”, estão em discussão, no momento, nos países da União Europeia.

a) Elencar demanda: pode ser captada tanto nos centros de acolhida, de acordo com os já definidos grupos de interesse da SMADS, ou nas ruas, através de agentes de abordagem social especializados, sob coordenação da SMADS e SMDHC;

b) Encaminhamento para programas de habitação: através da Sehab, que será responsável por analisar a especificidade de cada caso e seguir com direcionamento para o programa de habitação mais adequado, se temporário ou permanente;

Paralelamente e simultaneamente devem ser consideradas algumas ações que serão tanto complementares como estruturadoras do programa:

c) Unidades habitacionais: de acordo com o parque público de edifícios, disponibilizar uma porcentagem para a Pop Rua. Também se faz necessário criar parcerias com o mercado imobiliário privado através de aquisição ou locação de unidades. A aquisição de novos terrenos ou utilização de terrenos públicos para a construção de novas unidades também é essencial para aumento do parque habitacional municipal, assim como a reabilitação de edifícios públicos ou estoque imobiliário ocioso.

d) Cadastrar os participantes do programa no Cadastro Único (CadÚnico) para posterior direcionamento e recebimento de auxílios de acordo com cada caso: Benefício de Prestação Continuada - BPC para os idosos; Bolsa Família, Renda Mínima e Renda Cidadã para as famílias; Aluguel Social para os adultos; Programas Ação Jovem para os jovens adultos; assim como outros diversos programas de transferência de renda do Governo Federal, estadual ou municipal. Para a manutenção da moradia é essencial o acesso a uma renda mínima de maneira continuada.

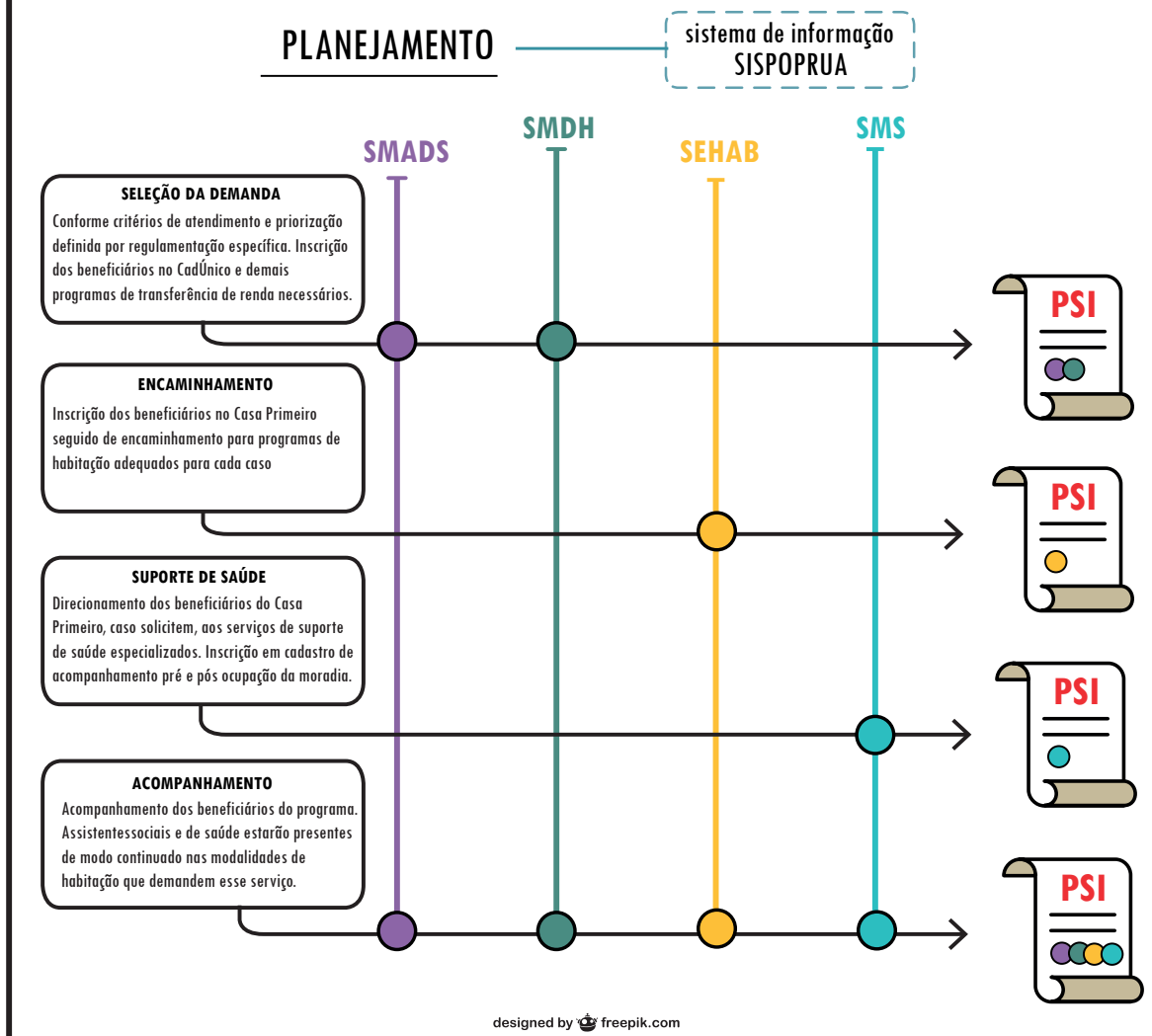
e) Direcionar os beneficiários do programa, caso solicitem, para os serviços de suporte de saúde física e mental.

Traçadas as primeiras diretrizes, é possível construir o plano de ação do Departamento de Assistência e Habitação à População em situação de Rua — Depto Pop Rua, como ilustrado na página a seguir:

GESTÃO MATRICIAL

DEPTO. POP RUA

Planos de Suporte Integrado (PSIs) operam a articulação dos programas na rede de acolhimento e habitação



2.1 A moradia como direito social

No Brasil, a habitação é historicamente tratada como sendo exclusivamente uma propriedade e não um instrumento de bem-estar social. Com um déficit habitacional de 6.186.503 milhões de unidades em nível nacional e de 623.653 mil unidades na Região Metropolitana de São Paulo*, uma das causas dessa situação reside justamente no fato de a política habitacional brasileira se basear na transferência final da propriedade ao beneficiário; entretanto, esse modelo único é insuficiente para fazer frente à diversidade de situações que compõem a demanda habitacional.

Contudo, em 2009, o Ministério das Cidades (MCidades) ao propor o Serviço de Moradia Social (SMS), apontou um avanço na direção da criação de uma efetiva e estruturada proposta de programa de habitação social. O Projeto de Lei (PL) nº 6.342, que institui o SMS, por sua vez, ainda se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados. Ainda que seja projeto de lei, o Serviço de Moradia Social no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social — SNHIS (instituído pela Lei Federal nº 11.124 de 2005), estatui que a universalização do acesso à moradia visa dar cumprimento à determinação constitucional contida no art. 6º da Carta Magna, que inclui a moradia entre os direitos sociais.

Dentro da lógica desse projeto de Lei, o programa Locação Social, implantado atualmente como protótipo na cidade de São Paulo, atende ao objetivo principal do então proposto Serviço de Moradia Social, que é o de ampliar as formas de acesso à moradia para a população de baixa renda, de forma complementar aos demais programas de aquisição de moradia social. A incorporação de políticas de aluguel subsidiado como uma alternativa definitiva de moradia, contrapondo-se à ideia tradicional da casa própria, pode ser uma solução para grupos socialmente vulneráveis.

Além da oferta de moradia, são objetivos do Serviço de Moradia Social a sua integração à rede socioassistencial, a utilização do estoque imobiliário ocioso e da infraestrutura já instalada. A proposição estabelece que esse serviço seja regido pelos princípios definidos no âmbito do SNHIS, e acrescenta outros, entre os quais merecem destaque: a oferta de moradia como serviço público permanente; a adequação às características da demanda local; o co-financiamento entre entes federados para a implementação das ações; e a garantia do direito à moradia por meio de acesso a fundo específico do serviço, a ser regulamentado.

O futuro determinará se o Serviço de Moradia Social será aprovado como lei no nível nacional, o que permitiria um grande avanço e diversificação da política pública de habitação brasileira; contudo, para fins de pesquisa, este ensaio se concentrará na experiência paulista

da Locação Social, que configura um dos pilares do serviço proposto.

Atualmente, o parque público de Locação Social existente conta com 903 unidades habitacionais distribuídas entre 6 empreendimentos, todos localizados em áreas próximas a região central da cidade⁴.

EDIFÍCIOS DO PROGRAMA LOCAÇÃO SOCIAL 2017



	1	2	3
	Res. Pq. do Gato, Ponte Pequena	Condomínio das Olarias, Canindé	Res. Vila dos Idosos, Pari
ABERTURA	2004	2004	2007
APARTAMENTOS	486	137	145
ALUGUEL MÉDIO	R\$ 39	R\$ 48	R\$ 112
CONDOMÍNIO	R\$ 22	R\$ 40	R\$ 35
	4	5	6
	Ed. Asdrúbal do N., Bela Vista	Ed. Senador Feijó, Sé	Palacete dos Artistas, Centro
ABERTURA	2009	2009	2014
APARTAMENTOS	40	45	50
ALUGUEL MÉDIO	R\$ 105	R\$ 105	R\$ 160
CONDOMÍNIO	R\$ 40	R\$ 40	R\$ 40

BENEFÍCIO

Para a prefeitura, a locação em áreas já urbanizadas sai bem mais barato do que começar do zero

Custo médio para construir uma unidade habitacional

R\$ 150 mil



No Minha Casa, Minha Vida

R\$ 70 mil



Na locação social

33 mil famílias

desalojadas para a construção de habitações recebem auxílio-aluguel de R\$ 400 enquanto esperam

130 mil inscritos

aguardam por apartamentos no cadastro da Cohab SP

Fontes: Sehab e Cohab SP

O Plano de Metas da atual gestão municipal apresenta a expectativa do Locação Social nos próximos anos⁵:

NOVOS PROJETOS

Plano de metas fala em mil apartamentos a serem alugados em 4 anos.

DE ONDE VIRÃO AS HABITAÇÕES



381
apartamentos

em 9 edifícios desapropriados pela Prefeitura de São Paulo

Fontes: Sehab e Cohab SP



91
apartamentos

em 2 terrenos de propriedade do INSS que serão transferidos para a prefeitura



772 imóveis

têm 5 anos para serem ocupados; caso não tenha como pagar IPTU, proprietário pode entrar no programa

COMO DEVE FUNCIONAR A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP)



Propriedades

Prefeitura deve disponibilizar terrenos e prédios desapropriados e fazer um chamamento a empresas



Concorrência

Ganha quem oferecer a melhor proposta para reformar e administrar as unidades e oferecer o menor valor de aluguel



Incentivos

Proprietários teriam redução do IPTU, permissão para construir mais m² e garantia de 100% de ocupação



Estrutura

Esses prédios teriam comércio no térreo —o que programas como o Minha Casa, Minha Vida sempre evitaram



Depois da locação

Após 30 anos, imóveis voltariam à prefeitura. Locatários teriam prioridade na compra, com desconto

Editoria de Arte/Folhapress

Em agosto, o Ministério das Cidades liberou para o município de São Paulo R\$ 50 milhões para reforma, requalificação e construção de dez edifícios para locação, com 441 unidades habitacionais na região central. Segundo o atual Secretário Municipal de Habitação, Fernando Chucre, esses imóveis devem ficar prontos para uso no final de 2018 ou início de 2019⁶.

Para estas moradias, a Secretaria Municipal da Habitação (Sehab) deve experimentar três modelos de gestão: o público (utilizado atualmente), o privado (com o chamamento de empresas terceirizadas) e o de entidades civis (como o Fundo Fica e movimentos de direito à habitação), segundo o Secretário⁷.

4. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/cotidiano>.

5. Idem

6. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias>>

A estratégia da locação social permitirá a provisão de moradia para as camadas mais carentes da população, por meio de imóveis localizados em áreas centrais, onde o custo do terreno inviabiliza fórmulas tradicionais de financiamento de interesse social, justamente por serem regiões munidas de infraestrutura urbana e equipamentos públicos como rede de transporte, saúde educação e emprego.

2.2 O Locação Social para a população em situação de rua

Para a população em situação de rua, o programa Locação Social se apresenta como a melhor alternativa para provisão de moradia, na medida em que os beneficiários não recebem a transferência final da propriedade; desta forma, por ser pública e intransferível, não sofrerá pressões do mercado imobiliário com a valorização das áreas centrais nem poderá ser revendida para famílias com maior poder aquisitivo.

Uma outra vantagem é o maior controle dos subsídios concedidos, permitindo sua recuperação financeira pelo poder público, já que os valores dos investimentos nas unidades habitacionais podem retornar para um fundo, através do pagamento dos aluguéis, contribuindo para o investimento no programa. Essa prerrogativa coloca o programa de Locação Social em um patamar muito mais vantajoso em termos de política habitacional em longo prazo do que os programas de financiamento de casa própria existentes, nos quais o subsídio público é transferido para o mercado imobiliário privado no processo de revenda das habitações. Outro ponto positivo do programa é a possibilidade de o poder público interferir no mercado popular de aluguel, reduzindo os abusos praticados por proprietários privados, normalizando o preço praticado nos aluguéis.

Com aporte da Prefeitura (com a previsão de entrega de mil unidades habitacionais nos próximos quatro anos), propõe-se a destinação de parte destas unidades para a população em situação de rua, que poderá ser determinada de acordo com a demanda prevista pelas Secretarias Municipais através do Departamento Pop Rua, sendo priorizadas no atendimento devido a sua vulnerabilidade extrema.

Uma característica importante da proposta deste tipo de programa de habitação, que é voltado principalmente para idosos, portadores

7. Destinadas exclusivamente à população de rua, celebrando vitória do Movimento Nacional dos Moradores de Rua, que após realizarem manifestação em 22 de novembro na capital paulista, tiveram garantidas essas 441 unidades habitacionais pelo Secretário.

de deficiência, moradores de rua e famílias em situação de risco, é o papel que a moradia exerce como forma de (re)inserção e desenvolvimento social, aliando-a a redes de apoio, sistemas de acompanhamento sócio-assistencial e políticas de desenvolvimento econômico e geração de renda, previamente à ocupação das unidades e no período pós-ocupação. Para a população de rua, especificamente, esses serviços são essenciais e ampliados, dentro da perspectiva do suporte da rede de acolhimento. Com isso, não se oferece apenas uma casa para essas pessoas, mas transforma-se sua realidade social, por meio da recuperação da dignidade e autonomia⁸.

Por outro lado, os beneficiários do Programa Locação Social poderão ser inscritos em outros programas habitacionais de interesse social, desde que atendam as regras de financiamento e, nesse caso, poderão ser transferidos do programa liberando vagas para os próximos usuários. A facilidade de migração para outros modelos de política habitacional, caso seja do interesse do morador sair do regime de locação para o da propriedade, é uma grande vantagem — uma vez que os vínculos na locação são muito mais flexíveis do que os vínculos criados com os financiamentos habitacionais, e os beneficiários não ficam presos a dívidas e obrigações contratuais⁹.

A gestão dos edifícios, como foi proposta pela Prefeitura, se dá de maneira compartilhada entre o poder público, o privado (com o chamamento de empresas terceirizadas) e entidades civis, observando-se, entre as atribuições do gestor, o monitoramento geral dos empreendimentos que constituem os referidos edifícios, assim como pelo recolhimento da parcela dos custos de manutenção do empreendimento pagos pelos beneficiários e sua correta destinação. A gestão condominial, por sua vez, poderá ser desempenhada por entidades sem fins lucrativos legalmente constituídas com finalidades estatutárias de apoio a melhoria das condições de vida da população em situação de rua, devidamente conveniadas para este fim com o ente local responsável pela administração do empreendimento¹⁰. Entre as atribuições do gestor do empreendimento estarão a administração condominial, o acompanhamento socioeducativo das famílias beneficiárias, a contribuição para o fortalecimento da participação social nos processos decisórios da organização condominial e a manutenção preventiva e corretiva dos empreendimentos, assim como no acompanhamento, monitoramento e resolução dos conflitos decorrentes da gestão das habitações, que pode ocorrer por meio de fóruns realizados pelo Depto Pop Rua.

2.2.1 Modalidades de Habitação

8. Disponível em: < <https://observasp.wordpress.com/2015/06/22/o-programa-de-locacao-social-em-sp-uma-revisao-necessaria/> >

9. Idem.

10. Ibidem.

Sob a perspectiva da Política de Acolhimento e Habitação e do Programa Casa Primeiro, são propostas três modalidades de habitação para o Locação Social previamente sugeridas pelo Plano Municipal de Habitação de São Paulo (caderno de discussão pública), de 2016. As modalidades se diferenciam nos aspectos de gestão, captação de recursos e tipo de imóvel (privado e público). São elas:

1. Locação Social de Promoção Pública;
2. Locação Social por Autogestão;
3. Locação Social de Mercado.

Para as duas primeiras modalidades, o presente ensaio propõe um programa arquitetônico de necessidades, de maneira a adequar os edifícios para receber a população de rua de maneira compassiva e digna, na medida em que a rede de acolhimento possa ser integrada ao projeto da habitação, especialmente para os beneficiários com perda parcial de autonomia, assim como aqueles que há muito tempo enfrentam a vida nas ruas. Essas modalidades foram escolhidas para adotarem projetos especiais de arquitetura porque, sendo uma de promoção pública e a outra por autogestão (e especialmente esta), não possuem vínculos com o mercado privado, que geralmente apresenta modelos fixos de habitação a fim de maximizar custos e cortar gastos, o que diminui sobremaneira a qualidade arquitetônica oferecida. Para esse segmento de moradia será proposto o Locação Social de Mercado, apresentado no tópico subsequente.

Nas páginas seguintes serão apresentadas as Modalidades I e II do Programa Locação Social sugeridas no Plano Municipal de Habitação de São Paulo (caderno de discussão pública), de 2016¹¹.

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. Plano Municipal de Habitação de São Paulo: caderno para discussão pública. 2016. São Paulo. Prefeitura Municipal de São Paulo.

MODALIDADE 1

Locação Social de Promoção Pública

o que é?

A Locação Social de Promoção Pública é a modalidade do programa Locação Social que oferece unidades habitacionais para aluguel em imóveis públicos, para atendimento em caráter definitivo, com valores de aluguel acessíveis às famílias de baixa renda oriundas do Serviço de Moradia Social e de cadastro específico do programa.

Essa modalidade prevê a permanência das famílias nos imóveis locados por longo prazo, permitindo que as mesmas estabeleçam vínculos comunitários e participem da gestão condominial.

como funciona?



FASE 1

1

VIABILIZAÇÃO DO IMÓVEL

2

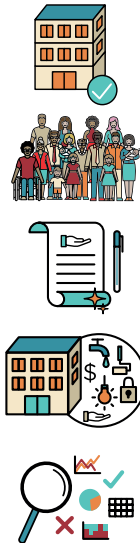
DESTINAÇÃO DAS UNIDADES

Para o atendimento no âmbito da modalidade 3 do Serviço de Moradia Social.

3

REALIZAÇÃO DA GESTÃO DO EMPREENDIMENTO

Conforme definido no plano de trabalho a ser elaborado pelas secretarias envolvidas, prevendo a atuação e responsabilidade de cada uma delas, com a possibilidade de participação, por meio de parceria, de Organizações Sociais sem fins lucrativos).



FASE 2

1

VIABILIZAÇÃO DO IMÓVEL

2

SELEÇÃO DA DEMANDA

Conforme critérios de atendimento e de priorização definidos por regulamentação específica.

3

FORMALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

Contrato contendo regras e condições do atendimento.

4

REALIZAÇÃO DA GESTÃO DO EMPREENDIMENTO

Conforme definido no plano de trabalho a ser elaborado pelas secretarias envolvidas, prevendo a atuação e responsabilidade de cada uma delas, com a possibilidade de participação, por meio de parceria, de Organizações Sociais sem fins lucrativos).

5

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A partir de procedimentos e indicadores desenvolvidos para esta modalidade.

onde?

Todo o município, prioritariamente em MEM, MUC, OUC, AIU e PIU.

MODALIDADE 2

Locação Social por Autogestão

o que é?

A Locação Social por Autogestão é a modalidade do programa Locação Social que viabiliza a construção de unidades habitacionais em imóveis públicos para atendimento em caráter definitivo, por meio da oferta de moradia a valores de aluguel acessíveis às famílias de baixa renda indicada por entidades organizadoras, mobilizadas por chamamento público, segundo critérios de atendimento e priorização estabelecidos por regulamentação específica desta modalidade. As entidades serão responsáveis pela realização da gestão condominial e social dos empreendimentos.

Também nessa modalidade é prevista a permanência de longo prazo nos imóveis pelas famílias atendidas.

como funciona?



1

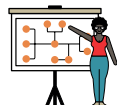
CHAMAMENTO PÚBLICO

Para habilitação e cadastramento de entidades interessadas em participar da modalidade.



2

VIABILIZAÇÃO DO IMÓVEL



3

APRESENTAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO

Condominial e social do empreendimento pelas entidades interessadas.



4

SELEÇÃO DA ENTIDADE ORGANIZADORA

Conforme critérios definidos por regulamentação específica.



5

INDICAÇÃO DA DEMANDA

Pela entidade organizadora selecionada, conforme critérios de atendimento e de priorização definidos por regulamentação específica.



6

FORMALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

Por meio de contrato contendo regras e condições do atendimento.



7

REALIZAÇÃO DA GESTÃO DO EMPREENDIMENTO

(Conforme definido no plano de trabalho a ser elaborado pelas secretarias envolvidas, prevendo a atuação e responsabilidade de cada uma delas, com a possibilidade de participação, por meio de parceria, de Organizações Sociais sem fins lucrativos).



8

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Realizada pelas Entidades Organizadoras a partir de procedimentos e indicadores desenvolvidos para esta modalidade.

onde?

Todo o município, prioritariamente em MEM, MUC, OUC, AIU e PIU.

2.2.2 Sistema de Acolhimento e Habitação: Programa de necessidades

Devido à heterogeneidade da população em situação de rua, algumas modalidades de moradia podem ser propostas para o Programa de Locação Social com vistas a atender essa diversidade. Por se tratar de um sistema de habitação e acolhimento, o programa de necessidades é diferenciado na medida em que os beneficiários para essa habitação possuam demandas específicas para o suporte de suas individualidades e recuperação da dignidade e autonomia, de modo que no espaço do empreendimento habitacional devam coexistir serviços de suporte multidisciplinares.

Conforme foi proposto no Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua do Município de São Paulo — Plano Pop Rua, no Eixo orientador I — Habitação¹², alguns desses serviços são:

1. Serviço de Atenção à Pop Rua com Perda de Autonomia Definitiva

Serviço para atendimento da Pop Rua com perda de autonomia definitiva e com necessidade de cuidados integrais que não estão no período de convalescença, isto é, que possuem condições de saúde e de vida a priori definitivas e que, na ausência de familiares ou outra rede de suporte, necessitam de moradia com suporte presencial das equipes de saúde para auxílio na realização das necessidades humanas básicas.

2. Serviço de Cuidados Integrais para pessoas em situação de rua portadora de transtornos mentais severos

Abrigo às pessoas em situação de rua com transtornos mentais severos com privacidade e liberdade de ir e vir. Esses equipamentos deverão trabalhar de forma articulada com o CAPS e UBS. Os recursos humanos envolvem cuidadores 24 horas por dia e técnicos com formação em nível superior, que colaborarão com a rede intersetorial para a construção dos planos individuais de atenção psicossocial e articulação com demais recursos do programa.

Ambos os serviços estarão disponíveis no local 24 horas por dia, de maneira continuada para atender a demanda específica.

12. Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Plano%20PopRua.pdf>.

Na perspectiva de projeto arquitetônico das moradias são propostos três tipos de moradias:

1. Repúblicas

Unidade de acolhida com característica residencial, desenvolvida em sistema de cogestão, destinada a atender jovens, adultos e idosos, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores. Conta com supervisão técnico-profissional para a gestão coletiva da moradia. Seu objetivo é acolher e fortalecer os usuários que ainda não alcançaram a autonomia plena, visando à inclusão social, à conquista da dignidade e ao exercício de sua cidadania. Contarão com apartamentos de 135m², para 6 pessoas.

2. Residências unifamiliares

Apartamentos de 2 e 3 quartos para famílias com filhos, respectivamente 63m² e 72m²;

Apartamentos de 1 quarto para famílias sem filhos, com 54m².

3. Residência unipessoal

As residências unipessoais serão ofertadas em maior número, de forma a atender a maioria do perfil demográfico da população em situação de rua, que compreende pessoas sós (Fipe 2015). Os apartamentos, por sua vez terão metragem de 45 m².

Além dos Serviços de Atenção e Cuidados Integrais são sugeridas modalidades complementares:

4. Serviços complementares

- a. Apoio psicossocial: salas de terapia coletiva e individual (apoio Secretaria Municipal da Saúde);
- b. Assistência social com agentes qualificados para tratar população em situação de rua no local;
- c. Espaço para atividades socioeducativas, de lazer e esportivas;
- d. Salas de apoio para enfermeiros;
- e. Agentes de Suporte, que acompanhem e auxiliem a evolução dos beneficiários do programa, de forma familiar e individual;
- f. Apoio local para administração condominial e gestão de conflitos.

2.3 Parcerias Público Privadas - PPP's para provisão de moradia

Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)¹³

Uma alternativa para a provisão de moradia permanente através de PPP's é o programa federal Minha Casa Minha Vida (PMCMV), ainda que o ritmo do programa tenha desacelerado nos últimos anos*. O programa foi lançado em março de 2009 pelo Governo Federal, em parceria com Estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos para permitir o acesso à casa própria para famílias de renda baixa e média, oferecendo condições atrativas para o financiamento de moradias nas áreas urbanas*. Também foi idealizado com o objetivo de estimular a cadeia produtiva da indústria da construção civil com a geração de empregos e renda para milhares de trabalhadores, além de ganhos significativos para o comércio e a indústria. O programa está ligado à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, que coordena a concessão de benefícios junto à Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, governos e entidades locais.

O principal requisito para participar do programa e adquirir um imóvel é estar enquadrado nas faixas de renda previstas no programa. Famílias com renda bruta mensal até R\$ 5 mil podem participar do programa, desde que não possuam casa própria ou financiamento em qualquer unidade da Federação, e não tenham recebido anteriormente benefícios de natureza habitacional do Governo Federal. A seleção dos beneficiários, por sua vez, é de responsabilidade das prefeituras.

As faixas de renda abrangidas pelo programa são:

- Famílias com renda de até R\$ 1.800,00:

FAIXA 1 - Com financiamento de até 120 meses, e prestações mensais que variam de R\$ 80,00 a R\$ 270,00, conforme a renda bruta familiar. A garantia para o financiamento é o próprio imóvel a ser adquirido.

- Famílias com renda de até R\$ 2.600,00:

FAIXA 1,5 - Taxas de juros de 5% ao ano e até 30 anos para pagar, contando com subsídios de até 47,5 mil reais.

- Famílias com renda de até R\$ 4.000,00:

FAIXA 2 - Famílias com renda bruta de até R\$ 4.000,00, com subsídios de até R\$ 29.000,00.

13. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>

- Famílias com renda de até R\$ 7.000,00:

FAIXA 3 - Para famílias com renda bruta de até R\$ 7.000,00, a faixa 3 do Programa Minha Casa Minha Vida oferece taxas de juros diferenciadas em relação ao mercado.

Nas FAIXAS 2 e 3 o beneficiário tem até 30 anos para pagar o financiamento, podendo comprar um imóvel novo ou na planta, comprar terreno e construir, ou construir em um terreno previamente adquirido.

Para a população em situação de rua pode ser delineada a participação na Faixa 1 do programa, especialmente entre aqueles que buscam centros de acolhimento para a pernoite, onde é maior o grupo que declara ter emprego fixo, com ou sem registro formal (17,9% entre os acolhidos, de acordo com o Censo Pop Rua 2015). Segundo o relatório do Censo Pop Rua 2015, para este grupo, estima-se uma renda mensal média de R\$ 1.024,00 e mediana de R\$ 967,00. O valor mínimo encontrado foi R\$ 500,00 e o máximo foi de R\$ 2.000,00. A renda obtida pelos trabalhadores assalariados sem registro em carteira é inferior à dos que trabalham com vínculos formais. Assim, 25% da população acolhida ganha até pouco mais de meio salário mínimo (R\$ 460,00). É preciso esclarecer que as estimativas obtidas representam meras referências de ordem de grandeza, sem pretensão de utilizá-las como estimativa do ganho monetário de fato auferido por essa população; entretanto, pode-se pensar em organizar uma demanda que atenda aos critérios de participação para programa.

Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV - Entidades)¹⁴

O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades é uma modalidade do programa habitacional do Governo Federal, no qual grupos sociais, associações, famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais, movimentos sociais e demais entidades privadas sem fins lucrativos podem fazer a gestão de todo o processo de desenvolvimento das moradias, desde a concepção do projeto até a execução da obra. Isso permite uma redução de custos e utilização mais eficiente dos recursos disponibilizados. Nesse formato de contratação, as famílias beneficiadas participam diretamente da gestão dos recursos, acompanhando de perto o processo de construção das unidades habitacionais, em todas as etapas.

A grande diferença da modalidade “Entidades” é que os grupos a serem beneficiados com as unidades habitacionais são os res-

14. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/>>

ponsáveis pela gestão e o acompanhamento dos empreendimentos. Esse acompanhamento próximo permite um uso mais eficiente dos recursos e, eventualmente, melhorias necessárias para atender às demandas de um determinado grupo, permitindo um fortalecimento da organização social e comunitária. Além disso, o programa cria maiores possibilidades de acesso à moradia por parte de grupos sociais organizados, atendendo indígenas, extrativistas, quilombolas, pescadores e outras comunidades tradicionais. Outra importante vantagem é a gestão dos recursos por parte dos futuros moradores do empreendimento, permitindo um maior controle social.

Desde a criação do Programa Minha Casa Minha Vida, em 2009, foram entregues cerca de 7,8 mil unidades habitacionais da modalidade Entidades. Outras 12,5 mil já tiveram os projetos aprovados e estão em fase de construção ou de regularização. No total, já foram empenhados R\$ 2,5 bilhões no período* (Fonte: Portal Brasil, com informações da Caixa e do Ministério das Cidades).

Para a população em situação de rua, essa modalidade do PMCMV pode configurar uma alternativa viável de provisão de moradia permanente, tanto pela possibilidade de suporte de entidades tradicionalmente comprometidas com a Pop Rua como pela autonomia da gestão do empreendimento.

Locação Social de Mercado

A última modalidade do Programa Locação Social, o Locação Social de Mercado, configura uma PPP que pode ser ofertada para a população de rua — especialmente para aqueles que tenham maior autonomia, não necessitando de assistência intensiva e continuada da rede de acolhimento, mas que não tenham condições de compra de uma residência própria, ainda que altamente subsidiada.

A modalidade configura opção com grandes vantagens, sobretudo para o poder público, que fica desonerado dos gastos com compra de edifícios e terrenos para composição do parque público de habitação, assim como altos investimentos na construção de novos edifícios residenciais.

Essa modalidade possui grande potencial para ampliação e diversificação das estratégias de políticas públicas de habitação, principalmente em relação às camadas mais socialmente vulneráveis, servindo ainda como mecanismo de pressão pela redução dos valores excessivos praticados pelo mercado formal de aluguéis de forma generalizada.

De acordo com a Política de Acolhimento e Habitação e sob a perspectiva do Programa Casa Primeiro, é proposto que uma parte das unidades habitacionais no Locação Social de Mercado seja ofertada à população em situação de rua, que seria priorizada no atendimento

e seleção de demanda. A seguir é apresentada a modalidade, desenvolvida pela Sehab em 2016:

MODALIDADE ÚNICA

Locação Social de Mercado

o que é?

O programa Locação Social de Mercado pretende aumentar a oferta de imóveis de aluguel acessíveis a famílias de baixa renda. Para tanto, a Sehab realizará uma dupla intervenção. De um lado, poderá oferecer incentivos tributários, financeiros e urbanísticos para estimular proprietários a adaptar, qualificar e colocar seus imóveis para alugar a preços compatíveis com as políticas municipais. De outro lado, a Sehab poderá conceder apoio financeiro por meio da Bolsa Aluguel aos beneficiários da política habitacional, de tal maneira que viabilize a eles alugar imóveis particulares no âmbito do programa Locação Social de Mercado.

O grande potencial de ampliação do programa Locação Social de Mercado deve repercutir na forma de pressão pela redução dos valores praticados no mercado de aluguel em geral. Com isso, promove-se o enfrentamento do ônus excessivo com aluguel, retirando do contingente total do déficit habitacional uma grande quantidade de famílias de baixa renda (até três salários mínimos) que hoje gastam mais de um terço de sua renda com a locação de sua moradia. Também se incluem entre os possíveis beneficiários a participar do programa as famílias que vivem em coabitação indesejada ou em condição de adensamento excessivo.

como funciona?



onde?

Em todo o município de São Paulo.

2.4 Modalidades complementares de moradia

Completando as possibilidades disponíveis para oferta de moradia para a população em situação de rua estão duas alternativas, desenvolvidas pela Sehab em 2016 e apresentadas no Plano Municipal de Habitação de São Paulo (caderno de discussão pública). São elas: o Acolhimento Institucional Intensivo e o Aluguel de Imóveis Privados para Abrigamento Transitório.

Estas modalidades podem exercer função transicional ou de recepção para os programas de habitação permanente já apresentados nesse ensaio, de acordo com a Política de Acolhimento e Habitação, sob as diretrizes do Departamento Pop Rua, que selecionará a demanda de maneira intersecretarial.

Acolhimento Institucional Intensivo

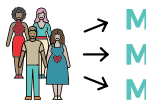
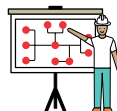
o que é?

O Acolhimento Institucional Intensivo é a modalidade do Serviço de Moradia Social que oferece atendimento assistido intensivo a famílias em situação de alta vulnerabilidade e risco social. Esta modalidade constitui-se a partir de uma articulação intersecretarial, uma vez que ela exige ações integradas, acompanhamento permanente e uma estrutura de gestão compartilhada entre as secretarias parceiras (SMADS, SMDHC, SMPM, Sehab/Cohab-SP, entres outras).

Esta modalidade será efetivada, prioritariamente, em imóveis privados já existentes e, eventualmente, em imóveis públicos construídos ou reabilitados no âmbito do programa Locação Social.

A modalidade Acolhimento Institucional Intensivo admite imóveis com unidades incompletas — com banheiro, cozinha e/ou área de serviço compartilhados. No entanto, para garantir condições dignas de habitabilidade nestes imóveis, de habitabilidade nestes imóveis, será necessária a revisão da Lei Moura (Lei n. 10.928/1991), para o estabelecimento de novos parâmetros.

como funciona?



onde?

Em todo o município, com prioridade inicial na região central.

criação de grupo de trabalho

Intersecretarial permanente, com as seguintes competências:

- (1) Formulação e regulamentação;
- (2) Definição dos critérios de atendimento e priorização de demanda;
- (3) Planejamento orçamentário; e
- (4) Acompanhamento e avaliação do andamento.

viabilização do imóvel

Por meio de locação de prédio inteiro ou dos pavimentos superiores (excetuando o térreo comercial, quando for o caso), pela Sehab/Cohab-SP, responsável também pela gestão condominial do edifício, que pode ter UHs completas e/ou incompletas

desenvolvimento de um plano de trabalho

Por empreendimento, com a definição de:

- (1) Segmentos a serem atendidos;
- (2) Agentes e atribuições e
- (3) Estimativa de custos.

realização da gestão do empreendimento

Gestão do empreendimento pelas secretarias envolvidas, prevendo a atuação e responsabilidade de cada uma delas, com a possibilidade de participação, por meio de parceria, de Organizações Sociais sem fins lucrativos.

monitoramento e avaliação

A partir de procedimentos e indicadores desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho Intersecretarial Permanente do Acolhimento Institucional Intensivo.

encaminhamento para outra modalidade

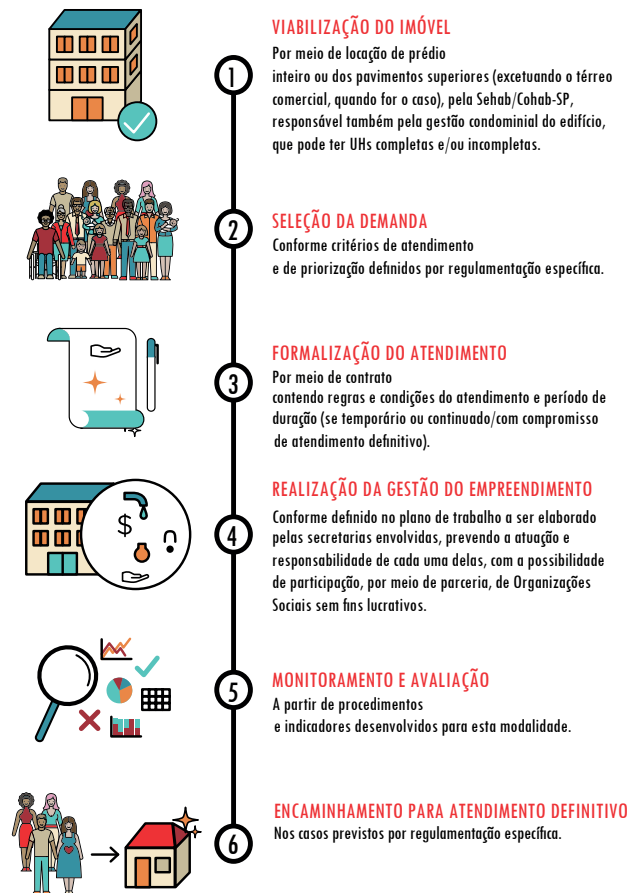
de Moradia Social, nos casos previstos por regulamentação específica, pela secretaria responsável pelo acompanhamento da demanda, em função de avanços no grau de autonomia do beneficiário.

Aluguel de Imóveis Privados para Abrigamento Transitório

o que é?

O Aluguel de Imóveis Privados para Abrigamento Transitório é a modalidade do Serviço de Moradia Social que viabiliza moradia provisória para famílias de baixa renda removidas para a realização de obras públicas, por risco hidrológico e geológico ou vítimas de desastres e para famílias em situação de vulnerabilidade que não demandem atendimento assistido intensivo. É composta por imóveis privados existentes, com unidades completas (com banheiro e cozinha em cada unidade). Para a viabilização desses imóveis, será priorizada a utilização do parque privado ocioso e/ou subutilizado de modo articulado à aplicação dos instrumentos de controle da função social da propriedade, bem como oferecidos incentivos urbanísticos, tributários e financeiros para a ampliação do interesse privado em direcionar seu imóvel ou produzir unidades habitacionais para esta modalidade. Diferentemente da primeira modalidade, de Acolhimento Institucional Intensivo, o Aluguel de Imóveis Privados para Abrigamento Transitório pode se configurar como um atendimento transitório de maior prazo, sobretudo para as famílias à espera de atendimento habitacional definitivo por meio da linha programática Provisão de Moradia. Dessa maneira, constitui-se numa alternativa não financeira ao atual Auxílio Aluguel.

como funciona?

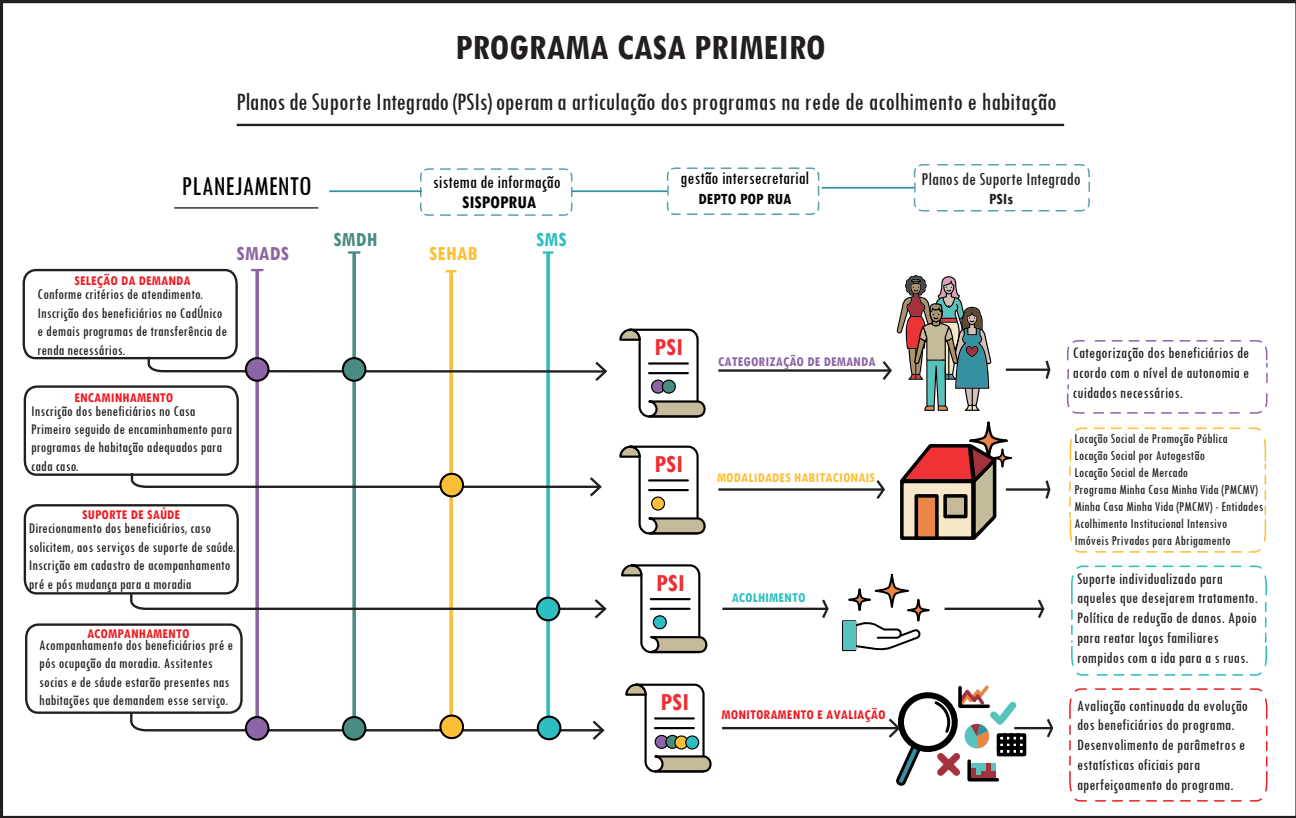


onde?

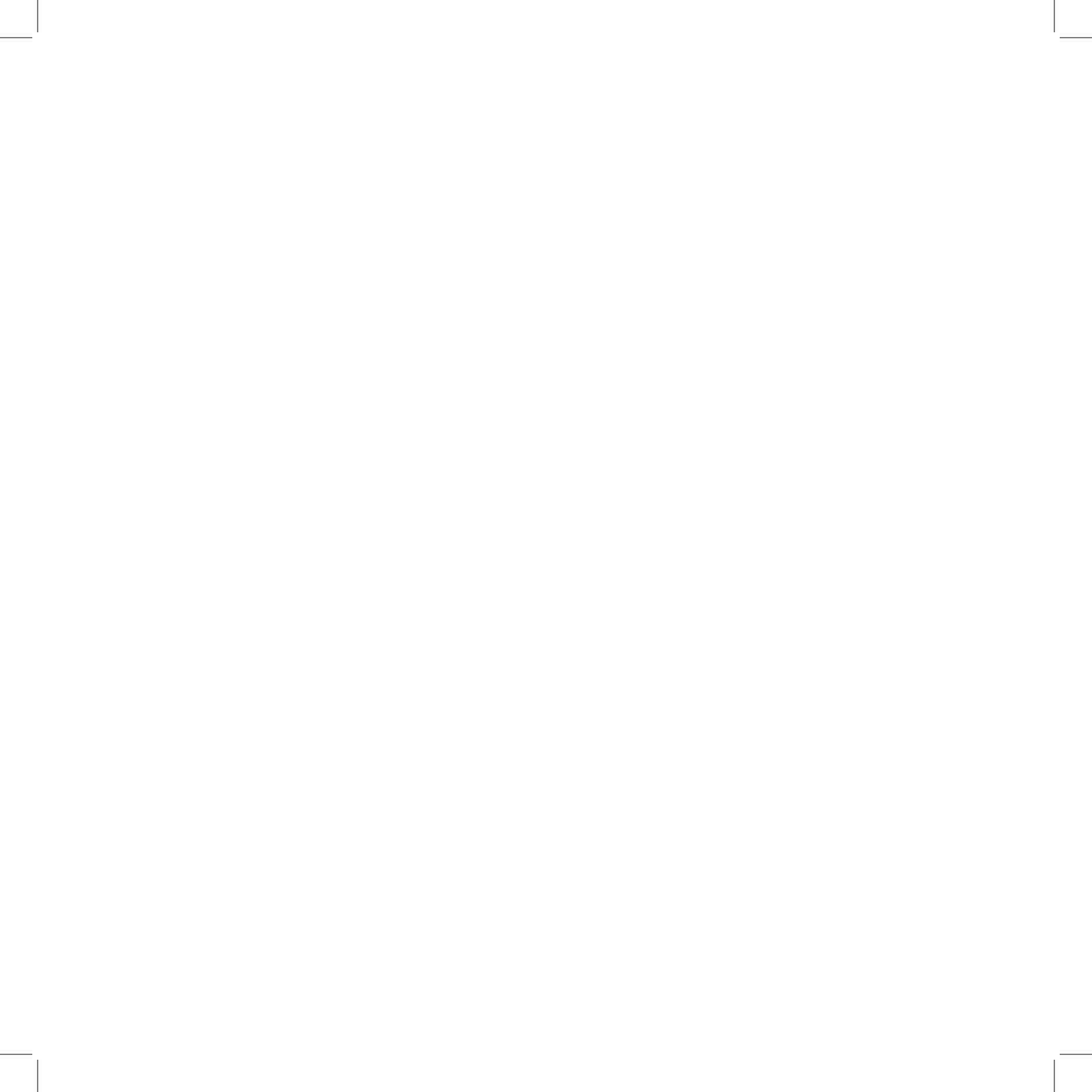
Em todo o município, com prioridade inicial na região central.

Articulação do Programa Casa Primeiro

Apresentadas as possibilidades de modalidades de moradia, o Programa Casa Primeiro deverá se articular da seguinte maneira



designed by freepik.com



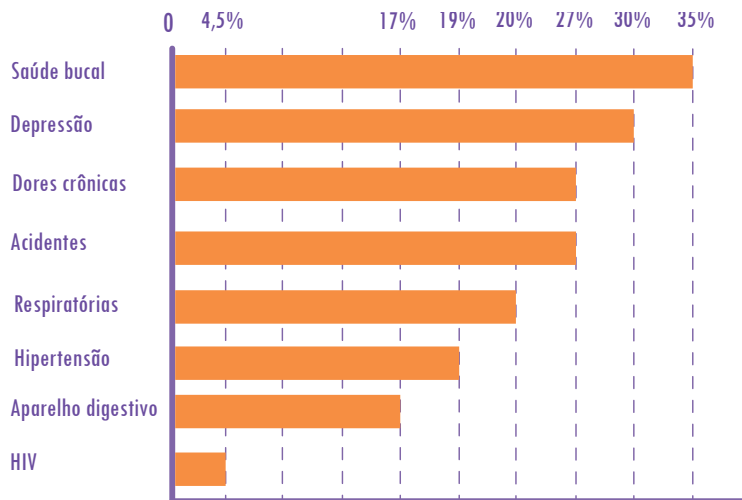


SISTEMA DE SAÚDE

03
SAÚDE

designed by  freepik.com

Conforme apresentado por esse ensaio no Tópico 1 “Pop Rua: Estatísticas, dados e análises”, grande parte da população em situação de rua enfrenta problemas de saúde. A vivência nas ruas de maneira prolongada, assim como condições extremas de vida, acaba por fragilizar a saúde física e mental das pessoas que nelas vivem; da mesma forma que acaba por deteriorar as relações sociais e familiares estabelecidas pré-ida às ruas. O rompimento dos laços afetivos e a falta da segurança de uma moradia desencadeiam fatores agravantes de saúde, como os levantados pelo Censo da



Fonte: Censo da população de rua de SP (2015) designed by freepik.com

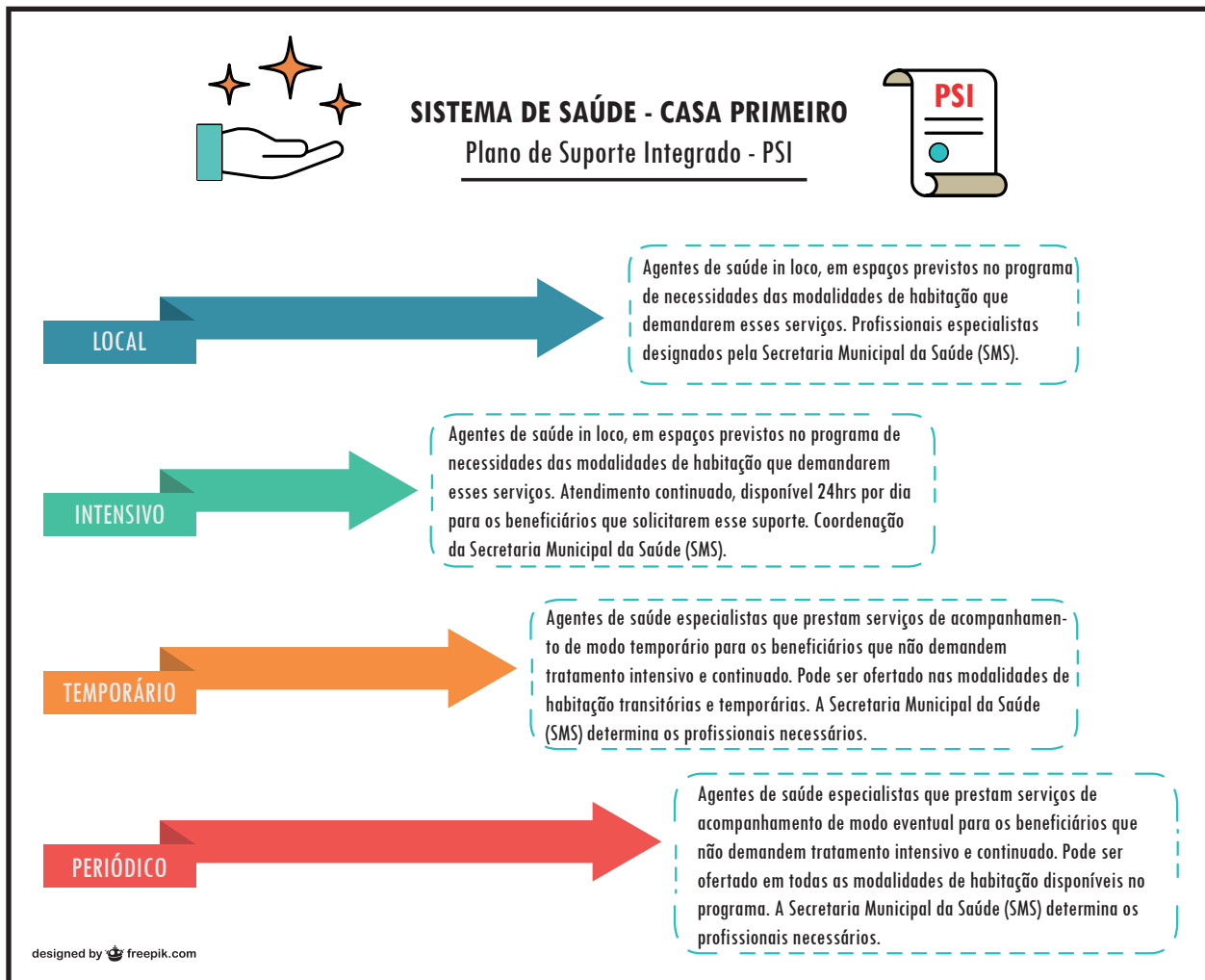
População de Rua de São Paulo (2015) apresentados no gráfico apresentado acima.

Outro agravante da experiência de habitar as ruas diz respeito ao uso de substâncias psicoativas. Estima-se que 45% dos acolhidos e 88% dos moradores de rua estão na condição de consumidores de álcool, drogas ou ambos. Considerando somente o segmento dos moradores de rua “[...] a proporção dos que atualmente fazem uso dessas substâncias pouco se diferencia em relação à situação anterior, ou seja, antes de passarem para a situação de rua (82%). Entre os acolhidos observa-se que o uso atual de álcool e drogas combinados diminuiu (34% antes da ida para as ruas e 22% atualmente). Essa diminuição do consumo entre os acolhidos é atribuída à omissão de declaração de uso por temerem represálias das instituições de acolhimento. As drogas ilícitas mais utilizadas são o crack, maconha e cocaína, em proporções sempre mais elevadas entre os moradores de rua, comparativamente aos acolhidos [...]” (Fipe, 2015).

Diversos são os motivos que levam essas pessoas para as ruas, mas todas têm em comum a perda da dignidade e da autonomia na medida em que, à margem da sociedade, ficam impedidas de exercerem seu papel de cidadãos e de desfrutarem de seus direitos civis. Para tanto, a Política de Acolhimento e Habitação para a População em Situação de Rua procura estabelecer o beneficiário como foco a partir do qual são desenvolvidas suas ações.

Sob a perspectiva do Sistema de Saúde e sua rede de suporte e apoio, os trabalhos desenvolvidos para o Programa Casa Primeiro, pro-

posto na Política de Acolhimento e Habitação, contarão com quatro diferentes tipos de serviços prestados aos beneficiários do programa, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS). O sistema poderá contar com os apoios já oferecidos pela Secretaria através dos Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS), CAPS-AD (Álcool e Drogas), dentre os diversos profissionais disponíveis pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como enfermeiros, dentistas, psicólogos, psiquiatras e terapeutas ocupacionais.





SISTEMA DE ALFABETIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO

04

EDUCAÇÃO E EMPREGO

designed by freepik.com

Como a necessidade de geração de renda para a manutenção da moradia e da subsistência passa pela formação profissional e educacional, a Política de Acolhimento e Habitação para População em Situação de Rua, de acordo com a ótica do Programa Casa Primeiro, propõe alternativas para implantação de um Sistema de Alfabetização e Emprego.

A questão do nível de escolaridade é preocupante. O Censo da População de Rua de 2015 identificou que mais de 25% dessa população declara não ter estudado, o que sugere altas taxas de analfabetismo, especialmente entre os idosos — sendo de 12% entre os acolhidos e de 20% entre os moradores de rua (Censo da População de Rua, 2015).

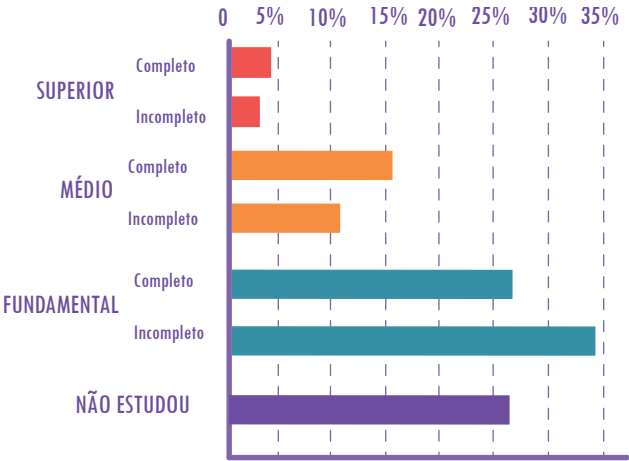
Essa realidade aponta a necessidade de alfabetização de boa parte da Pop Rua previamente à profissionalização. A capacidade de ler e escrever não constitui apenas fator para se conseguir um emprego, mas permite a recuperação da cidadania, da dignidade e da autonomia por meio da cultura. As diretrizes da Política de Acolhimento e Habitação, em concordância com o Plano Pop Rua 2016, lista os seguintes encaminhamentos para os beneficiários, em ação paralela e simultânea ao Programa Casa Primeiro:

a) EJA — Educação de Jovens e Adultos

É o ensino ofertado nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Fundamental e Médio e de Educação Bilíngue para Surdos, no período noturno, e tem como objetivo ampliar as oportunidades de acesso à educação e de conclusão do Ensino Fundamental para jovens e adultos.

As ações esperadas para inserir a população de rua nesse serviço são:

1) Adequar o plano político pedagógico das unidades escolares, incluindo-se a implantação de módulo adicional para atender a realidade da vida escolar com conteúdo e metodologia atrativos à realidade da Pop Rua, por meio de gestão intersecretarial; e



Fonte: Censo da população de rua de SP (2015) Pesquisa reúne 526 moradores de rua. designed by freepik.com

2) Incentivo ao despertar de interesse da Pop Rua nos serviços da rede socioassistencial, garantindo o acesso e a permanência deste público em instituições de ensino.

b) MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

Criada pela Lei nº 14.058, de 10 de outubro de 2005, a proposta do MOVA é estabelecer classes de alfabetização inicial para combater o analfabetismo, oferecendo o acesso à educação de forma a contemplar as necessidades e condições dos jovens e adultos. As salas do MOVA estão instaladas em locais onde a demanda por alfabetização é grande e as classes são agrupadas em núcleos que desenvolvem atividades educativas e culturais presenciais.

As ações esperadas para inserir a população de rua nesse serviço são:

- 1) Construir módulos do MOVA com conteúdos de interesse da Pop Rua; e
- 2) Criar portaria intersecretarial para definição das formas de construção dos módulos de MOVA com conteúdos de interesse da Pop Rua, para definição da ampliação das salas de MOVA nos serviços para Pop Rua e caracterização da demanda.

c) CIEJA - Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos

Criado pelo Decreto nº 33.894, de 16 de dezembro de 1993, e alterado pelo decreto 43.052, de 4 de abril de 2003, o CIEJA é um programa que articula em seu projeto pedagógico o ensino fundamental e a qualificação profissional inicial. Trata-se de um curso de duração de quatro anos estruturado em quatro. Módulos: Alfabetização, Básica, Complementar e Final.

As ações esperadas para inserir a população de rua nesse serviço são:

- 1) Adequar o plano político pedagógico dos CIEJAS, com conteúdo e metodologia atrativos à realidade da Pop Rua, nos módulos escolares;
- 2) Divulgar os módulos nos serviços voltados à Pop Rua;
- 3) Construir estratégias de acesso e permanência; e
- 4) Construir parcerias para inserção da Pop Rua em cursinhos pré-vestibulares.

d) Educação Básica

Os Centros de Educação Infantil — CEIs e Creches, unidades de Ensino Fundamental e de Ensino Médio compõem o ciclo da educação básica, que visa a assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Os CEIs e Creches são espaços coletivos de vivência da infância que contribuem para a construção da identidade social e cultural das crianças, fortalecendo o trabalho integrado do cuidar e do educar, em uma ação complementar à da família e da comunidade. O trabalho educacional proporciona segurança, alimentação, cultura, saúde e lazer, com vistas à adequada inserção na sociedade, prevenção de doenças e conflitos familiares, promoção da saúde e proteção à infância. A provisão dos serviços deve ser registrada pelo Cadastro Único— CadÚnico, instituído pelo Decreto Federal nº 6.135 de 2007 como instrumento de pesquisa social que visa a coletar os dados e informações com o objetivo de encontrar e identificar as famílias de baixa renda que existem em todo o país. Essas famílias, através do CadÚnico, poderão se inscrever nos programas do Governo Federal como Bolsa Família, Projovem Adolescente/ Agente Jovem, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil — Peti, Tarifa Social de Energia Elétrica, entre outros.

As ações esperadas para inserir a população de rua nesse serviço são:

- 1) Priorizar a busca ativa dos agentes da saúde, assistência social e conselho tutelar para identificar crianças que estão em situação de rua para acesso à CEI para cumprir o direito à educação;
- 2) Criar a busca ativa dos agentes da saúde, assistência social e conselho tutelar para identificar crianças e adolescentes em situação de rua para efetivar o acesso ao Ensino Fundamental e Ensino Médio e demais serviços da Educação Municipal; e
- 3) Acompanhar as famílias, conforme critérios de cadastro do CadÚnico.

e) Programação Cultural Diversificada

Organizar a programação cultural dos equipamentos culturais, espaços públicos e eventos para planejamento e gestão, o que contempla todas as atividades passíveis de circulação pelos equipamentos e espaços culturais, de forma integrada pelos territórios. O objetivo é atender às necessidades territoriais, aos artistas locais, à produção contemplada pelas ações de fomento da Secretaria Municipal de Cultura e à participação da população local na definição da programação e nos projetos integrados propostos pela SMC, ampliando o acesso à fruição cultural.

As ações esperadas para inserir a população de rua nesse serviço são:

1) Dar continuidade à oferta de programação cultural diversificada através de uma política integrada na abrangência das subprefeituras de maior concentração de Pop Rua, por meio de ações culturais inclusivas, como Cine Direitos Humanos, SP Cine, cotas sociais do Theatro Municipal, entre outros.

Para os beneficiários do Programa Casa Primeiro que possuem maior nível de escolaridade, assim como para aqueles que completarem sua alfabetização e ensino básico, são propostas ações programáticas para sua inserção no mercado de trabalho, com o principal objetivo de formalização das relações de trabalho, garantindo renda fixa tanto para manutenção da moradia como para a subsistência.

Alguns programas de trabalho já foram sugeridos no Plano Pop Rua 2016, e aqui são reafirmados:

a) POT - Programa Operação Trabalho

Política de transferência de renda condicionada à realização de atividades de qualificação, capacitação e formação profissional, instituída pela Lei nº 13.178, de 17 de setembro de 2001, com nova redação na Lei nº 13.689, de 19 de dezembro de 2003, como programa cujo objetivo é conceder atenção especial ao trabalhador desempregado, visando a estimulá-lo à busca de ocupação e a incentivar sua reinserção no mercado de trabalho.

As ações esperadas para inserir a população de rua nesse serviço são:

- 1) Criar projeto POT específico para a Pop Rua; e
- 2) Criar portaria intersecretarial para definição do fluxo de acesso ao projeto POT e caracterização da demanda.

b) CATe - Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo/SINE - Sistema Nacional de Emprego

Criado pela Lei nº 14.007, de 20 de junho de 2005, e renomeado pelo Decreto nº 56.474, de outubro de 2015, constitui a rede de unidades de atendimento aos cidadãos que buscam orientação profissional e inserção no mercado de trabalho, além da emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social — CTPS. O Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo — CATe, tem como finalidade captar, cadastrar e oferecer aos desempregados e trabalhadores em situação de vulnerabilidade oferecendo vagas para reinserção no mercado de trabalho, além de prestar os serviços de formalização do Microempreendedor Individual — MEI, orientação trabalhista e previdenciária para pessoa

física e microempreendedor individual, inserção socioeconômica e de fomento ao empreendedorismo ao cidadão.

As ações esperadas para inserir a população de rua nesse serviço são:

1) Inserir a Pop Rua que faz cursos e/ou POT à política pública de emprego, trabalho e renda desenvolvida pela SDTE, por intermédio do CATe, por meio da inscrição no Sistema Nacional de Emprego - SINE;

2) Articular CATe aos serviços Pop Rua para disponibilizar vagas de emprego formal e outras formas de geração de emprego e renda e acompanhamento profissional individualizado; e

3) Construir, a partir do CATe, fluxo de diálogo permanente com empresas para captação de vagas de emprego para Pop Rua.

Como complemento às estratégias de geração de emprego e educação propostas no Plano Pop Rua 2016, são indicados os seguintes programas que oferecem cursos profissionalizantes ou iniciativas de emprego específicos para a população em situação de rua: PRONATEC Pop Rua, Trabalho Novo e Renda Cidadã.

PRONATEC Pop Rua¹⁵

PRONATEC é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado pelo Governo Federal em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no País. Este programa compõe as ações de diversas políticas públicas, dentro do Plano Brasil Sem Miséria, para inclusão social dos beneficiários do CadÚnico.

Na cidade de São Paulo, para intensificar os esforços de inclusão socioeconômica das pessoas que vivem em situações de maior vulnerabilidade, o governo municipal lançou o PRONATEC/Pop Rua, em março de 2013. O programa oferece recursos como: cursos profissionalizantes (parceria com SENAI/SP e SENAC/SP), vale-transporte e alimentação, concessão de bolsa-presença (R\$ 2 hora/aula), certificado de conclusão e parceria com empresas a fim de garantir a empregabilidade dos alunos.

Os cursos ofertados nessa modalidade do PRONATEC são: auxiliar de almoxarife, almoxarife de obras, aplicador de revestimento, auxiliar administrativo, eletricista, mecânico de motores, padeiro, pedreiro e soldador.

Trabalho Novo¹⁶

15. Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/poprua/>.

Em janeiro de 2016, a Prefeitura de São Paulo implementou o projeto Trabalho Novo, que visa a capacitação de pessoas em situação de rua por meio da qualificação socioemocional, a fim de reinseri-los no mercado de trabalho por meio de parcerias com empresas. A meta da prefeitura de São Paulo é conseguir empregar 20 mil pessoas em situação de rua até dezembro de 2017. A Prefeitura afirma que já foram realizadas 1.045 contratações efetivas, com 94 demitidos e 91% de retenção (Prefeitura, 2016).

Embora esses programas resguardem alguns precedentes desvantajosos, como a dificuldade de empregabilidade dos formados no PRONATEC Pop Rua por preconceito das empresas, ou o despreparo dos participantes do Trabalho Novo em se adaptar à rotina de trabalho, o que gera demissões, essas opções podem ser ampliadas e aperfeiçoadas se houver um maior compromisso das gestões municipais, sensibilizando as empresas parceiras e apontando vantagens fiscais, a fim de captar mais vagas de emprego para a população em situação de rua. De fato, esses trabalhadores possuem especificidades que precisam ser entendidas pelos empregadores; e estes, por sua vez, devem adaptar-se para recebê-los. Voltar à vida social, ao trabalho formal, cumprir prazos e responsabilidades podem ser desafios esmagadores para aqueles que vivem nas ruas, especialmente para aqueles há muitos anos vivendo nessa situação de extrema vulnerabilidade. É preciso que se disponibilize treinamento, tempo para adaptação, e acompanhamento desses trabalhadores.

Para tanto, o Plano de Suporte Integrado (PSI), paralelamente ao Programa Casa Primeiro, propõe ações coordenadas e transversais entre as Secretarias para reabilitar a população de rua para o mercado formal de trabalho e para a formação educacional:

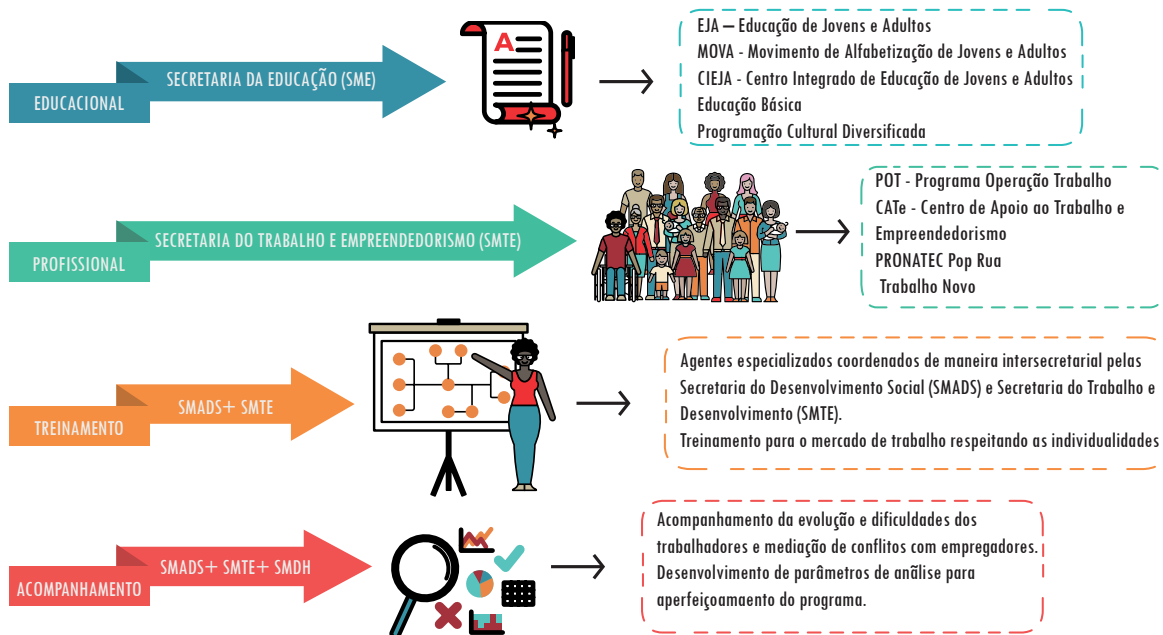
16. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1874091-acao-de-doria-para-moradores-de-rua-tem-de-demissao-a-autoestima-em-alta.shtml>>



SISTEMA DE ALFABETIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO



Plano de Suporte Integrado - PSI



designed by freepik.com



SISTEMA DE GESTÃO

05

GESTÃO MISTA

Finalizando a estruturação do Programa Casa Primeiro e apresentando a perspectiva geral da organização da Política Municipal de Acolhimento e Habitação para População em Situação de Rua, são elencadas formas diversificadas de estratégias de gestão para sua coordenação e funcionamento.

Sabendo da importância do bom uso dos recursos públicos, bem como a escassez orçamentária e cortes para o desenvolvimento de ações sociais na atual gestão municipal¹⁷, o presente ensaio entende que gestões mistas, que atuem de maneira transversal e intersecretarial, são opções viáveis para organização de uma política pública que não onere o poder público, ao mesmo tempo em que seja eficiente e garanta o resgate da dignidade e cidadania das camadas mais vulneráveis da população paulistana.

ORÇAMENTO PREFEITURA DE SÃO PAULO		
	2014	2017
Secretaria Municipal de Habitação	1.314.412.428	746.585.435
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	196.020.711	149.571.066
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	62.757.106	58.930.350

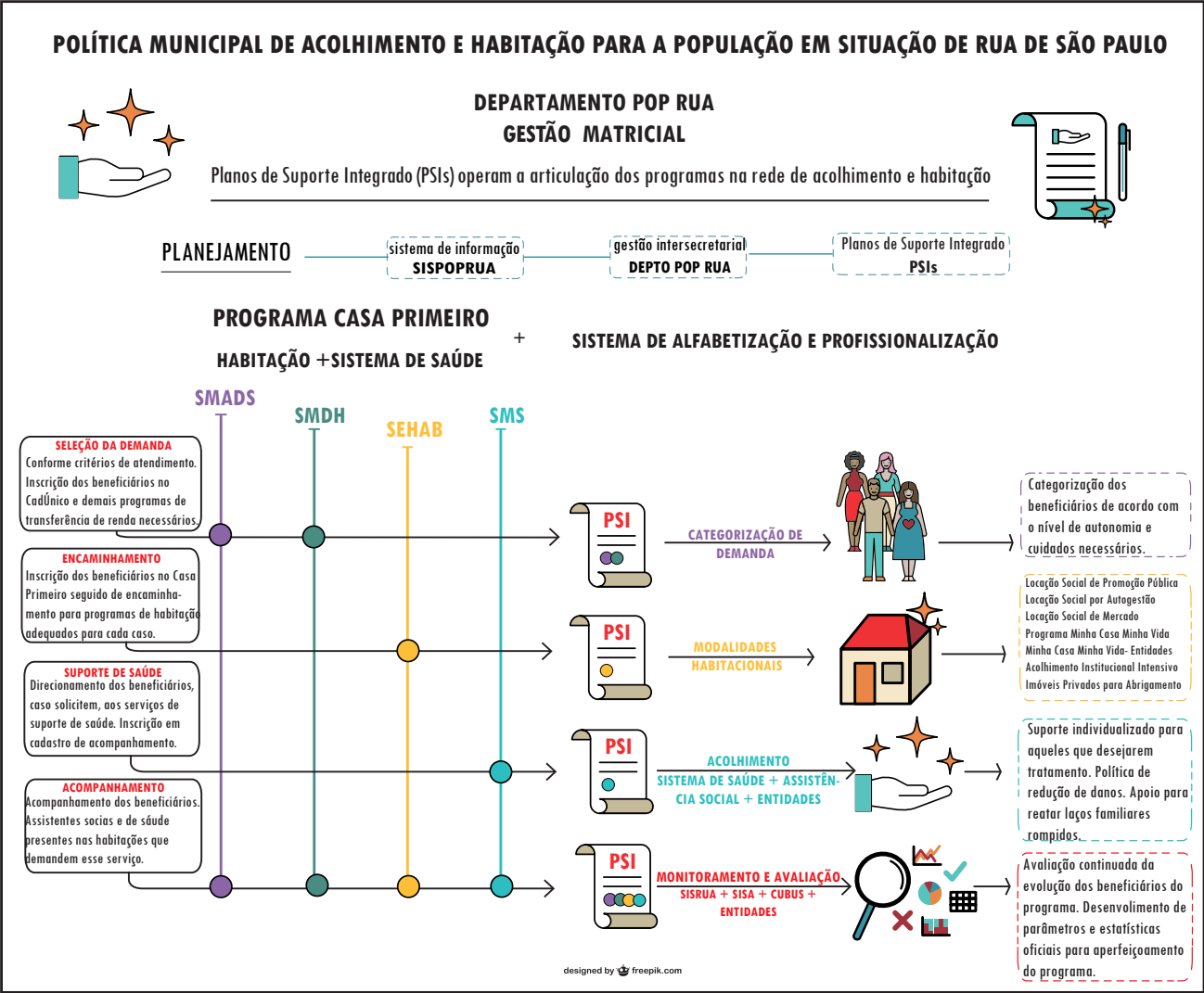
Para tanto, a necessidade de criar parceiras com entidades não financeiras, ONG's, movimentos sociais, empresas, entidades de caridade e comunidades organizadas é ponto fundamental para o desenvolvimento da Política de Acolhimento e Habitação. A gestão das atividades e o planejamento de ações, geridos de maneira matricial através do Departamento para a População de Rua (Depto Pop Rua), elaborando Planos de Suporte Integrado — que, por sua vez, delega e organiza as frentes de trabalho entre as diversas secretarias municipais — pretende contar com esses parceiros, principalmente na manutenção do programa e acompanhamento dos beneficiários.

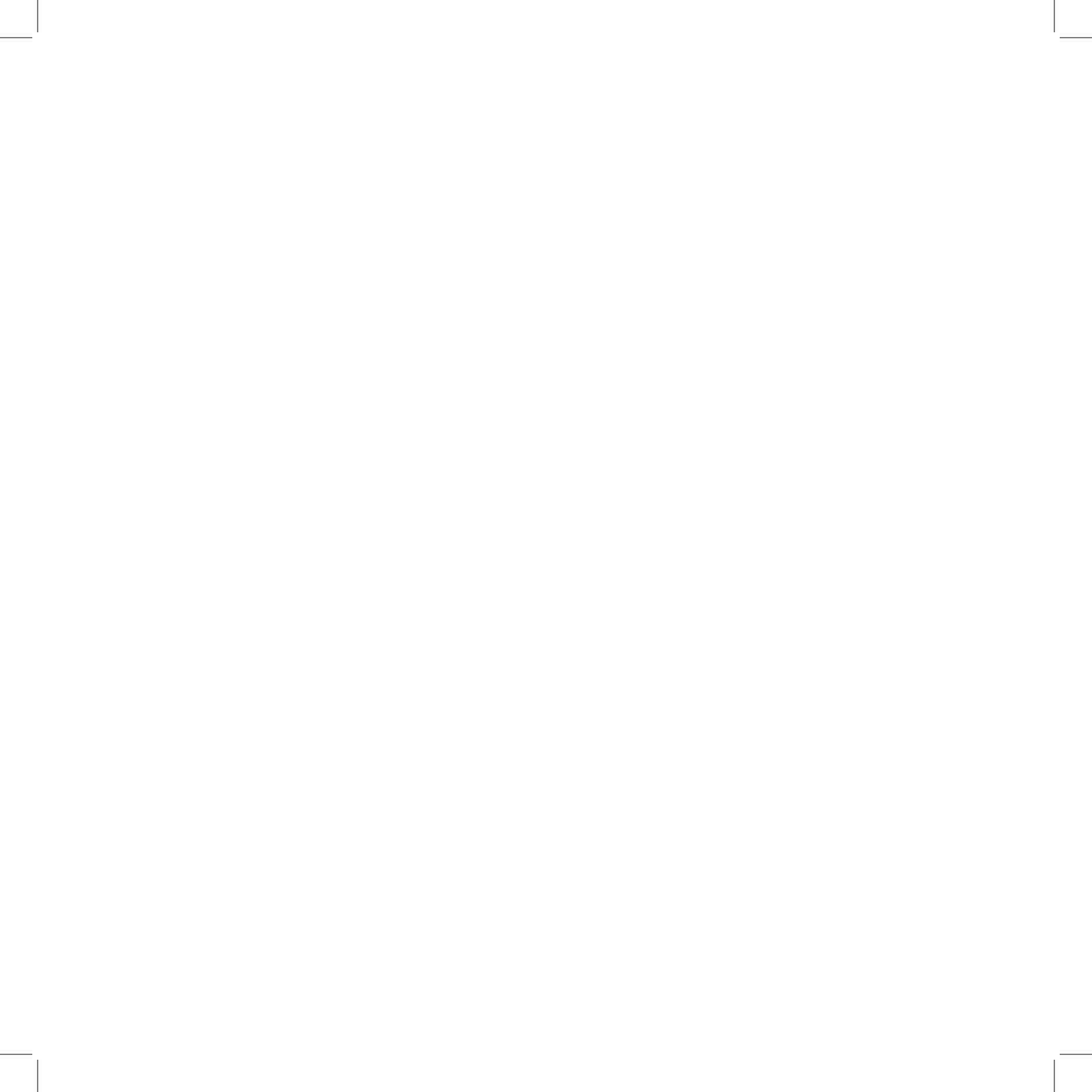
Sendo uma política, antes de tudo, de acolhida e de cuidados, o foco das ações e estratégias é o morador de rua, respeitando suas especificidades e dificuldades de maneira compassiva e individualizada. Posto isso, os parceiros poderão atuar desde a captação de beneficiários do Programa Casa Primeiro, nas ruas e centros de acolhida, atuando como agentes de abordagem social qualificados para tanto, como também no desenvolvimento de atividades educacionais, gestão condominial das habitações, treinamento e acompanhamento

17. Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

dos trabalhadores recém-inseridos no mercado de trabalho – dentre tantas outras atividades de suporte que não necessitem da atuação direta de servidores públicos, com a prerrogativa de que sejam seguidas as diretrizes de atuação e planejamento do Depto Pop Rua.

Fica constituída então a Política de Acolhimento e Habitação para a População em Situação de Rua da seguinte maneira:





CONCLUSÃO

O presente ensaio abordou a questão da criação de diretrizes para composição de uma política pública municipal de habitação para população em situação de rua na cidade de São Paulo. O tema é justificado pelo fato de que, historicamente, no Brasil segue persistindo a exclusão social que resultou em milhões de brasileiros vivendo à margem da cidadania e dos direitos humanos. Nas grandes cidades essa realidade aflora e se intensifica, e São Paulo constitui exemplo máximo de marginalização social, contabilizando mais de 15 mil de seus habitantes isolados e condenados a viver nas ruas. A eles foram negados seus direitos como cidadãos, em especial seu direito à moradia.

Por meio dos tópicos estudados neste ensaio, foi possível compreender que, para a população em situação de rua, a saída dessa condição de vulnerabilidade e a reconquista da autonomia são objetivos difíceis de ser alcançados, em função dos problemas acumulam — desde as razões que as levaram a essa situação, até as consequências do tempo em que habitam as ruas, tais como doenças físicas e/ou mentais, perda de vínculos familiares, violência física e/ou sexual; condições essas que poderiam ser desencadeadas ou acentuadas com a ida às ruas. A essa realidade ainda se somam a dificuldade de (re)inserção no mercado formal de trabalho e o abuso de substâncias psicoativas. Os serviços públicos de assistência social, habitação, trabalho e saúde ainda não conseguem dar vazão às demandas específicas e urgentes dessa população, de forma a alcançar, conjuntamente, o objetivo de tirá-las da situação de rua e evitar que para ela retornem (Censo da População de Rua, 2015).

De fato, uma deficiência alarmante que pode ser observada na rede de acolhimento de São Paulo é a utilização de fonte única para realização de pesquisa socioeconômica na qual baseia a elaboração de suas ações, constituída no documento do Censo da População em Situação de Rua, regularmente elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas — Fipe, desde o ano de 2000. São necessárias novas fontes de pesquisa, novas abrangências e métodos, a fim de evitar vícios de pesquisa e parcialidade nas informações, assim como transparência na utilização dos resultados, que são filtrados pela Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e disponibilizados de acordo com essa seleção. Também não foram encontrados relatórios de desempenho de avaliação e evolução dos programas assistenciais existentes, o que é de interesse tanto da sociedade civil como do público alvo dessas ações, bem como pesquisadores do assunto.

Entretanto, contando com os levantamentos realizados pela Fipe e por outras entidades, aliados às informações acumuladas com o tempo e espelhando-se em exemplos internacionais, é possível subsidiar, por sua vez, a discussão de políticas públicas que promovam a

saída dessa população das ruas, assim como a melhora na condição de vida daqueles que nelas vivem. Com isso em mente, pode-se pensar em dois requisitos que devem ser atendidos de maneira emergencial: moradia e renda. A moradia constitui a primeira prerrogativa para que as demais políticas de atenção operem de maneira satisfatória. Em relação a necessidade de geração de renda, devem ser pensadas maneiras de se disponibilizar oportunidades para essa população, seja através de formação profissionalizante, seja por meio de subsídios educacionais e acompanhamento socioemocional que lhes permitam a realocação no mercado formal de trabalho (Fipe, 2015).

Pensando então no encaminhamento de diretrizes para criação de uma política pública municipal de habitação para a população de rua, a fim de garantir a primeira condição de sucesso para a conquista da autonomia, levou-se em conta a diversidade de condições dessas pessoas, na medida em que ela se expressa em grupos com graus distintos de autonomia, que demandam encaminhamentos individualizados de soluções — o que exige uma análise prévia de caso a caso. O reconhecimento das diferentes condições de autonomia permite uma maior abrangência das ações da política pública na medida em que respeita as limitações de cada indivíduo.

O presente ensaio procurou, então, em vista dessas preexistências, propor diretrizes para uma política pública municipal de acolhimento e habitação que leve em conta as especificidades inerentes da população em situação de rua, de modo a abarcar o amplo conjunto de fatores a ser contemplados. “Saúde, educação, segurança alimentar, dignidade, cidadania, entre outros aspectos, são sobremaneira relevantes. Ainda assim, são interdependentes, criando sinergismo entre as várias ações” (Fipe, 2015). A proposta do Programa Casa Primeiro e dos serviços complementares do Sistema de Informação, Sistema de Saúde e do Sistema de Alfabetização e Emprego procuraram atender essas condições.

Por fim, é preciso reafirmar o caráter multidimensional da situação de rua, a fim de traçar diretrizes de uma política pública eficiente: “[...] A contrapartida para tal natureza complexa é a necessidade fundamental de atuação conjunta de políticas de atenção distintas que, na atual estrutura de divisão de atribuições e competências na esfera municipal, exige a atuação das várias secretarias que têm a população em situação de rua como uma de suas responsabilidades [...]”¹⁸. Da mesma forma, faz-se necessária a redistribuição dessas atribuições para secretarias que historicamente não desenvolvem ações para a população de rua, como a Secretaria da Habitação (Sehab), a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo e a Secretaria da Educação, a fim de melhor articular a aqui proposta Política de Acolhimento e Habitação Municipal para População em Situação de Rua de São Paulo.

18. Censo da População de Rua, 2015. Disponível em: < <http://www.prefeitura.sp.gov.br> >

BIBLIOGRAFIA

Livros:

SANTOS, M. Cidades de Plástico e Papelão: o habitat informal dos moradores de rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio. São Paulo, p.4-5, 2003.

Artigo publicado em periódico eletrônico:

GRAGNANI, J. Ação de Dória para moradores de rua tem de demissão a autoestima em alta. Folha de São Paulo, São Paulo, abril. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1874091-acao-de-doria-para-moradores-de-rua-tem-de-demissao-a-autoestima-em-alta.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

LORES, R. Com programa “Minha Casa” em crise, gestão Dória aposta em aluguel social. Folha de São Paulo, São Paulo, julho. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1900863-com-programa-minha-casa-em-crise-gestao-doria-aposta-em-aluguel-social.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

MONNERAT, A. Grupo de arquitetos aposta em propriedade coletiva para oferecer locação social em SP. Estadão, São Paulo, outubro. 2017. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,grupo-de-arquitetos-aposta-em-propriedade-coletiva-para-oferecer-lo-cacao-social-em-sp,70002047359>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

SECRETARIA NACIONAL DA HABITAÇÃO. MCMV Faixa 1 - Entidades. março. 2016. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO. Programa “Autonomia em foco” é iniciado com desocupação do Parque Dom Pedro. São Paulo, setembro. 2014. Disponível em: < <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/programa-201cautonomia-em-foco201d-e-iniciado-com>>. Acesso em: 17 de ago.2017.

GATTI,S. O programa de Locação Social em SP: uma revisão necessária. São Paulo, junho. 2015. Disponível em:< <https://observasp.wordpress.com/2015/06/22/o-programa-de-locacao-social-em-sp-uma-revisao-necessaria/>>. Acesso em 20 de nov.2017

Diário Oficial:

Cidade de São Paulo, Fernando Haddad Prefeito. São Paulo, 30 de dez. 2016. Número 245. Ano 61

Documento Legislativo disponível na Internet:

BRASIL. Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social — SNHIS. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm>. Acesso em: 20 de out. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Serviço de Moradia Social. Projeto de Lei (PL) nº 6.342, de 2009. Disponível em < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=458310>>. Acesso em: 10 de nov. 2017

BRASIL. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 13 de ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2012. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html>. Acesso em:

14 set. 2017.

Documento publicado na Internet

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Programa Família em Foco. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/?p=145008>. Acesso em: 12 de set.2017

SECRETARIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. Estratégia PRONATEC PopRua. Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/poprua/>. Acesso em: 26 de out.2017.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Pesquisa Censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. São Paulo, outubro. 2015. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/censo/1862%20-%20PRODUTO%2015%20-%20OUT%2015.pdf>. Acesso em: 10 de nov.2017.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua. Portaria Intersecretarial SMDHC/SMADS/SMS/SEHAB/SDTE nº 005, de 26 de dezembro de 2016. Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Plano%20PopRua.pdf>. Acesso em: 5 de out. 2017.

CAIXA FEDERAL. Minha Casa Minha Vida. 2017. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 12 de nov. 2017.

MENTAL HEALTH COMMISSION OF CANADA. 2014 Canadian Housing First Toolkit. Disponível em: <<http://housingfirsttoolkit.ca/>>. Acesso em 2 de set. 2017.

Evento:

Seminário : “ O direito à moradia do povo de rua”, Grupo de Trabalho. [5 de maio, 2017]. Sefras . São Paulo.

Tese:

BECKER, M. Gestão local e sustentável de habitação de baixa renda. 191 f. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2009.

SILVA, A. Habitação de Interesse Social para População em Situação de Rua. 30 f. Salvador. Dissertação (Curso de especialização em Assistência Técnica)- Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. 2015

Publicação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. Plano Municipal de Habitação de São Paulo: caderno para discussão pública. 2016. São Paulo. Prefeitura Municipal de São Paulo.

Fonte Online

Social Bite Villages. Disponível em: <<http://www.socialbitevillages.co.uk/>>. Acesso em:10 ago.2017.

Department of Homelessness and Supportive Housing. Disponível em: < <http://hsh.sfgov.org/>>.Acesso em 18 de nov. 2017.

Prefeitura de SP divulga principais diretrizes do projeto Redenção. Disponível em : <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sp-divulga-principais-diretrizes-do-projeto-redencao>>. Acesso em 20 de nov. 2017.